

Convergência

Janeiro, Fevereiro e Março • 2025 • ANO LX • N. 548



CRB NACIONAL
Conferência dos Religiosos do Brasil

Convergência ISSN 0010-8162

Diretora: Irmã Eliane Cordeiro de Souza, mc
Editor: Frei Vanildo Luiz Zugno, ofmcap
Redatora: Ir. Maria Neusa dos Santos,imc - MTB - 40099/SP

Conselho Editorial: Ir. Maria Neusa dos Santos, ciic
Fr. Oton da Silva Araújo Júnior, ofm
Ir. Edgar Nicodem, fsc
Ir. Silvânia Aparecida Coelho, sts
Ir. Zirlaide Barreto Mendonça, cp

Projeto Gráfico e Diagramação: Sirlete Regina da Silva
Revisão: Ir. Zirlaide Barreto Mendonça, cp
Impressão: Editora FTD - Sede São Paulo
Ilustração da Capa: Ir. Luiz Carlos Lima, FMS

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
SDS, Bloco H, n. 26, sala 507 – Ed. Venâncio II
70393-900 – Brasília - DF
Tel.: (61) 3226-5540
E-mail: publicacoes@cbnacional.org.br
www.crbnacional.org.br
Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do PDF sob o n. P. 209/73



EDITORIAL	5
ARTIGOS.....	9
CRB – elementos de sua memória (IV) <i>frater Henrique Cristiano José Matos</i>	9
Muito corpo em busca de alma: o Kairós fundacional da CRB em 1954 <i>Frei Luiz Carlos Susin</i>	37
Esperança na vida religiosa consagrada <i>Ir. Zuleica Silvano Ir. Joilson de Souza Toledo</i>	55
Indo, vivei o evangelho: pensar a ressignificação da VRC a partir da itinerância missionária <i>Pe. Daniel Rocchetti</i>	83
A presença profética da VRC junto às infâncias <i>Ir. Edgar Genuino Nicodem</i>	95
Vidas jovens importam: juventudes das fronteiras no caminho da ressignificação da VRC <i>Ir. Joilson de Souza Toledo</i>	111
Assumir o bem viver como um estilo de vida em defesa da casa comum <i>Pe. Aloir Pacini</i>	123
Orientações para os/as colaboradores/as	135





A esperança não decepciona!
Com esta afirmação do Apóstolo Paulo (Rm 5,5), o Papa Francisco nos convida, no ano de 2025, a viver o Jubileu da Esperança. Um ano “possa ser, para todos, um momento de encontro vivo e pessoal com o Senhor Jesus, ‘porta’ de salvação (cf. Jo 10, 7.9); com Ele, que a Igreja tem por missão anunciar sempre, em toda a parte e a todos, como sendo a ‘nossa esperança’ (1Tm 1,1). (*Spes non confundit*, 1).

Como Vida Religiosa Consagrada, acolhemos com alegria e compromisso o convite do Papa Francisco de pôr-nos a caminho em meio às alegrias e sofrimentos da porção do Povo de Deus com quem nos cabe viver e testemunhar a esperança sustentada pela força que brota da cruz e da ressurreição de Cristo. Com paciência e firmeza acolhemos as tribulações e os sofrimentos e os viemos na perspectiva de que é a força da Palavra que transforma as tribulações em esperança. (*Spes non confundit*, 4).

Para a Conferência dos Religiosos do Brasil, o Ano Jubilar vem dar continuidade ao tempo

de rememoração, comemoração e esperança da Celebração dos 70 Anos de sua existência. Nas palavras que animaram o nosso caminho celebrativo, estava já presente o chamado do Papa Francisco: Memória, Mística, Profecia e *Esperança*.

Este número da Revista Convergência quer ser a ponte entre os dois anos celebrativos. O primeiro artigo, *frater* Henrique Cristiano de Mattos conclui sua memória histórica desde a fundação até o fim da década de 1980. Uma contribuição ímpar tanto para os que viveram naquele período e indispensável para as novas gerações.

No segundo artigo, Frei Luiz Carlos Susin reflete sobre o significado eclesiológico da Conferência dos Religiosos do Brasil. A VRC consagrada participa da dinâmica da Igreja que, nos últimos 70 anos, passou por profundas transformações. De uma Igreja profundamente marcada pelo modelo de Cristandade da década de 1950, transitamos pelas profundas transformações do Concílio Vaticano II até chegarmos ao presente momento onde o Papa

Francisco nos convoca a reformas estruturais que possibilitem a todos as instituições eclesiais – VRC incluída – a colocarem-se em dinâmica de saída para que a Boa Nova do Evangelho chegue a todos e especialmente aos mais empobrecidos (EG, 27-33).

O terceiro texto é um desenvolvimento da palestra proferida por Irmã Zuleica Silvano e Irmão Joilson de Souza Toledo no Congresso dos 70 Anos da CRB Nacional. A partir da Palavra de Deus e da cultura popular, eles nos provocam não só a trazer ao coração o que dá esperança, mas a refletir sobre o lugar da esperança em nossos processos de ressignificação enquanto instituições de VRC tendo como horizonte o projeto de uma Igreja sinodal em um mundo ainda tão marcado pela desigualdade, violência e medo.

Os quatro textos seguintes respondem ao apelo do Papa a todos os cristãos de não apenas ter esperança, mas de *serem sinais de esperança* (*Spes non confundit*, 7-14). Ao planejar o triênio 2022-2025, a 26ª Assembleia Geral Eletiva CRB colocou em seu horizonte a *ressignificação da Vida Religiosa Consagrada em sinodalidade, missionariedade e contínua conversão à luz da Palavra*.

No primeiro dos quatro textos, Pe. Daniel Ronchetti traz uma

questão importante: o que está acontecendo com a VRC que, pouco a pouco, vai abandonando as longínquas e escondidas comunidades rurais, pequenas, pobres, menos estruturadas? Perdemos a esperança ou desistimos de ser sinais de esperança? Ante essa situação, o artigo nos convida a olhar para Jesus, particularmente para a dimensão orante e itinerante.

O texto do Irmão Edgar Nicodem procura delinear como a Vida Religiosa Consagrada pode ser uma presença sanadora e esperançadora em situações de abusos. O artigo não somente analisa o tema, mas também oferece uma série de indicações de como apresentar denúncias. Olhando a médio e longo prazo, uma educação de qualidade, acessível a todos, assume um papel fundamental.

Vidas jovens importam é a contribuição do Irmão Joilson de Souza Toledo. A proposta do artigo é reconhecer e identificar as contribuições das juventudes das fronteiras na ressignificação da VRC. Nessa perspectiva é importante perguntar como as juventudes estão no coração de nossos carismas e missão. Uma realidade destacada pelo artigo das juventudes das periferias são as vidas precarizadas, onde emerge o tema da *juvenecídio*. Falar de juventude

des é também considerar a cultura digital que tem modificado o jeito de ser, crer e viver das pessoas. O mundo digital apresenta novas oportunidades, ameaças e formas de tocar e ser tocado, configurando um desafio especial para a VRC.

No atual contexto de crise climática, não apenas os humanos precisam de esperança. A criação toda geme e chora na espera de proteção e esperança. Quem nos ajuda a aprofundar essa temática é Padre Aloir Pacini, SJ. Ele propõe que a VRC assuma a ecologia integral e o bem-viver como estilo de vida, na defesa da Casa Comum ao modo ou em comunhão com os povos originários. Como poderão ver no artigo, Pe.

Aloir partilha a sua rica experiência com os Warau e outros povos originários. O seu grande desejo é que cada religioso e religiosa encontre em cada pessoa dos povos originários um irmão ou irmã.

Que o ano de 2025 seja um tempo de caminhar a passos largos e rápidos para, juntos e juntas, ressignificarmos nossa Consagração àquele que é a nossa esperança (1Tm 1,1).

Frei Vanildo Luiz Zugno OFM Cap
Setor Publicações CRB Nacional

Ir. Edgar Nicodem fsc
Coord. Equipe Interdisciplinar

CERNE 125

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

EMAIL: formacao@crbnacional.org.br
Telefone/WhatsApp: (61) 98471-0242

*Convento São Lourenço -
Porto Alegre, RS*

*De 16 de fevereiro a 27
de março de 2025*



CRB – ELEMENTOS DE SUA MEMÓRIA (IV).

frater Henrique Cristiano José Matos, cmm¹

Resumo: No ano de 2024, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) completa 70 anos de existência. O objetivo deste texto é fazer memória das origens e desenvolvimento desta instituição tão significativa para a vida dos consagrados e das consagradas no Brasil com imensa contribuição para a Igreja e a sociedade. Neste quarto e último texto, dando continuidade aos textos anteriores, dedica-se ao período que vai de 1986 até o fim do segundo mandato do Irmão Claudino Falchetto na Presidência da CRB Nacional. Destaque especial é dado à presença dos Religiosos Irmãos e à crise em torno ao Projeto Palavra-Vida.

Palavras-chave: Conferência dos Religiosos do Brasil. Vida Religiosa Consagrada. Igreja.

Rumo à “Nova Evangelização”

A AGO de 1986

De 21 a 26 de julho de 1986 realizou-se em São Paulo, no Liceu do Sagrado Coração de Jesus, a XVI Assembleia Geral Ordinária da CRB. Foi reeleito como presi-

dente da CRB Nacional o Irmão Marista Claudino Falchetto.

O Brasil contava naquele ano um total de 48.267 religiosos, distribuídos em 9.062 Comunidades: 38.220 religiosas; 7.716 religiosos sacerdotes; 2.331 Irmãos Religiosos. Havia no país a presença de 548 Ordens ou Congregações, en-

¹ Membro da Congregação dos Irmãos (Frateres) de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia. Graduado em História e Pedagogia. Mestre e Doutor em Teologia. Endereço para contato: fraterhenriquecmm@gmail.com

tre as quais 126 dedicadas à Vida Contemplativa.

Importante é não perdermos de vista o contexto histórico global daqueles anos. No que diz respeito à História internacional, recordamos o fim do “Muro de Berlin”, a 9 de novembro de 1989, símbolo da vitória do capitalismo sobre o comunismo.

No Brasil assistimos à fase final da democratização do país, com a realização de eleições diretas para as prefeituras das capitais dos Estados, a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e, finalmente, em 1989, a eleição direta para Presidente da República. A nova Constituição Federal foi promulgada em 5 de outubro de 1988. No seu discurso, o presidente da ANC, Deputado Ulysses Guimarães (1916-1992), afirmou que esta era a “Constituição Cidadã” que resgataria a cidadania dos brasileiros após os obscuros 25 anos de regime ditatorial. Na realidade, as conquistas democráticas foram fruto de grandes movimentos populares e de grupos de pressão de diversos setores da sociedade brasileira, entre os quais a própria Igreja Católica.

No que se refere à vida interna da Igreja, temos a convocação de um Sínodo Extraordinário, em 1985, no qual se manifestaram

nitidamente as duas tendências antagônicas em curso desde os anos do Concílio Vaticano II.

Trata-se da tendência “progressista”, que desejava implementar as reformas propostas pelo Concílio, levando em consideração as rápidas mudanças históricas. Em posição encontramos a tendência “conservadora”, que denunciava desvios quanto à interpretação do Vaticano II, mostrando-se favorável a uma linha mais dura por parte dos órgãos centrais da Igreja, no sentido de maior uniformidade na doutrina e na disciplina. Percebe-se aqui uma orientação claramente neoconservadora e uma volta aos problemas internos da Instituição Eclesiástica.

Nesse contexto, o teólogo belga, radicado no Brasil, Padre José Comblin (1923-2011), alertava para um enfraquecimento da categoria eclesiológica de Povo de Deus, que ocupava um lugar central nos documentos do Vaticano II, particularmente na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. A insistência no conceito “comunhão eclesial” ocultaria outras intenções, acusando a tendência progressista de uma “sociologização” da Igreja. Sabidamente, o Padre Cleto Caliman, SDB, argumentava que a categoria comunhão é legítima, vem do primeiro milênio do cristianismo,

mas ela também podia conduzir a uma visão da Igreja mais voltada sobre si mesma, inclusive com o fortalecimento do “poder hierárquico”. No Brasil, a CNBB entrou na controvérsia com o documento “Igreja: comunhão e missão” (abril 1988). O texto parte da missão, que revela a comunhão. Efetivamente, o mistério íntimo da comunhão – a vida trinitária – é a fonte derradeira da missão. Assim, se estabelece tanto a relação com a origem da Igreja “Povo de Deus”, como de sua relação com o serviço evangelizador ao mundo. A Igreja, de fato, só se realiza como comunhão da diaconia prestada à humanidade. Trata-se de uma verdadeira “comunhão missionária”.

Nos anos 1980 notamos, no conjunto da VRC, uma intensificação da relação dialética entre teoria e práxis. Frei Clodovis Boff, OSM, na sua obra “Teologia e Prática” (1978), afirmara que a VRC se ilumina pela prática, na prática, para a prática e da prática. A vida comprometida oferece ao religioso elementos significativos para sua teologia e espiritualidade. Destarte, a espiritualidade é, preferencialmente, abordada a partir da “missão”, sendo o lugar preferido para a compreensão e interpretação da VRC.

A AGO de 1986 foi preparada com bastante antecedência. Em dezembro de 1964 enviou-se aos Superiores Maiores uma “Sondagem de Opinião” sobre a temática central, o método e o local da próxima Assembleia Geral. A maioria dos consultados aceitou o tema proposto pela Nacional: “A dimensão profética da VRC no Brasil hoje”. No início do primeiro semestre de 1985, a Equipe de Reflexão Teológica (ERT) dedicou-se à preparação dos respectivos subsídios de reflexão. Surgiu um texto de singular qualidade: Os profetas bíblicos interpelam a VRC”. Teve grande aceitação entre os religiosos e mesmo entre membros do episcopado. Interessante lembrar que já em 1974 fora apresentada a mesma temática, por ocasião da X AGO. Na sua alocução de abertura, o então presidente da CRB Nacional, Padre Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, dissera: “Trata-se de um tema de fundo, de cunho interior, que visa primordialmente a linha do SER do religioso”. E se perguntava: “Nossa presença na Igreja e no mundo corresponde efetivamente à vocação a qual fomos chamados?... Questionar-se com lealdade sobre isto é tanto mais urgente quanto sabermos que, mais do que em outros tempos, a VRC deve ser exigente, coerente,

transparente, sobretudo na sua textura interior”.

Obviamente os momentos históricos eram diferentes tanto interna quanto externamente, mas a questão de base ficou: “Nossa presença na realidade hodierna corresponde àquilo que queremos ser por força da nossa consagração?” A caminhada da VRC no Brasil entre 1974 e 1986 revela dinamismos opostos, permeados de insegurança, perplexidade e vanguardismo. O então secretário executivo, Padre Ático Fassini, MS, o expressou nas seguintes palavras: “A experiência do apelo do Senhor para a audácia do novo evangélico confronta-se, às vezes até na mesma comunidade, com a tentação conservadora da busca de segurança anacrônica num passado supostamente ideal”.

No seu discurso inaugural da XIV AGO, no dia 24 de julho de 1986, o Irmão Claudino Falchetto, FMS, comentou:

A VRC é por essência profética. Radicada na dimensão carismática da Igreja, é livre. Pode e deve, por consequência, apresentar-se ao mundo e à sociedade como iluminadora dos valores evangélicos. É consolador averiguar a força interior de tantos religiosos, espalhados por esse Brasil continental, que a partir do seguimento de Jesus Cristo testemunham profeticamente o Evangelho para

o povo de Deus e para a Igreja. A partir do Vaticano II e na esteira das corajosas opções do episcopado latino-americano, a VRC ganhou qualitativamente naqueles segmentos que mais se projetaram no esforço de renovação e na resposta aos desafios da Igreja. Hoje como nunca a VRC constitui-se num incomparável patrimônio espiritual e na maior força pastoral à disposição da Igreja no Brasil.

No término da Assembleia foram apresentadas as “Prioridades” ou “Linhas de Ação” para o triênio seguinte (1986-1989). A partir da visão bíblico-teológica do profetismo, os Superiores Maiores assumiram como prioridade central:

O compromisso de viver a dimensão profética da VRC: – Discernindo criticamente no contexto sociocultural as formas adequadas de encarnação/missão; – impulsionando a inserção nos meios populares, segundo a diversidade dos carismas: – Aprofundando a espiritualidade que nasce da experiência de Deus no compromisso com a libertação do povo.

Com a finalidade de operacionalizar as Prioridades, a IX AGO indicou as seguintes “Linhas de Ação”: 1) Inserção nos meios populares; 2) Formação; 3) Saúde; 4) Educação; 5) Envio Ad Gentes; 6) Meios de comunicação social.

Abordaremos mais especificamente um aspecto fundamental da “Inserção”, ou seja, a VRC em contato com a “Religiosidade Popular”. Na área da “Formação” trataremos da preocupação da CRB em relação à VRC-laical masculina, ou seja, do Irmão religioso, do *frater laicus*.

Vida Religiosa e Religiosidade Popular

Estamos diante de um aspecto da “Inserção” que regularmente aparece em encontros e publicações da CRB. Assim, por exemplo, é dada a seguinte recomendação:

Levando em conta a evolução do processo de inserção das Comunidades Religiosas em meios populares, a CRB as assessoria na busca de uma VRC mais profética, a partir da experiência de Deus na vida do povo. Com a colaboração dos Religiosos Inseridos, a CRB promovia a explicitação e sólida fundamentação de uma espiritualidade encarnada; ajude a aprofundar o sentido da inserção, e anime a releitura e vivência do carisma congregacional no exercício da missão.

Confrontamo-nos com uma realidade que exige um bom discernimento e atitudes adequadas no contato direto com o povo das periferias e do interior. Logo após o Concílio Vaticano II (1962-1965),

houve no Brasil uma espécie de “revolução iconoclasta” que atingiu mais especificamente o modo de o povo simples viver sua fé. Paulo VI, na sua Exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* (1975) já dizia: “Encaradas durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões constituem hoje em dia, mais ou menos por toda parte, o objeto de uma redescoberta”.

No mesmo ano da *Evangelii Nuntiandi*, a CRB publicou a brochura intitulada “Religiosidade Popular, evangelização e Vida Religiosa”, escrita por Pe. Edênio Valle (1936-2023), religioso verbita, que seria futuramente o 6º presidente da CRB Nacional. Já no início desta publicação, encontramos a seguinte constatação:

Através de toda a história da pastoral brasileira existiu sempre uma nítida distinção entre uma religiosidade pura – a que a Igreja propõe – e uma forma espúria da religião, praticada efetivamente pelo povo. (...) Falava-se com excessiva segurança de um Catolicismo autêntico, sólido e verdadeiro, em oposição de exclusão do Catolicismo superficial, fetichista e meramente formal das massas.

Pouco mais adiante o autor comenta: “Esse nítido talho distintivo, além de ilusório, tem ranços de preconceito de classe e só se

explica a partir de uma mentalidade colonialista”.

No que diz respeito à América Latina, notamos que, apenas três anos após a conclusão do Vaticano II, em Medellín (1968), o episcopado latino-americano no Documento final da II Assembleia Geral do CELAM, confessa que a religiosidade popular possui “uma enorme reserva de virtudes autenticamente cristãs, especialmente na linha da caridade”.

E conclui:

Ao julgarmos a religiosidade popular não podemos partir de uma interpretação cultural ocidentalizada das classes média e alta urbanas, mas do significado que essa religiosidade tem no concreto da subcultura dos grupos rurais e urbanos marginalizados.

Onze anos mais tarde, em Puebla, os bispos latino-americanos completam:

A religiosidade do povo, em seu núcleo, é um acervo de valores que responde com sabedoria cristã às grandes incógnitas da existência. (...) Esta sabedoria é um humanismo cristão que afirma radicalmente a dignidade de toda pessoa como filho de Deus, estabelece uma fraternidade fundamental, ensina a encontrar a natureza e a compreender o trabalho. Proporciona ainda as razões para a alegria e o humor, mesmo em meio de uma vida muito dura”.

Entre os religiosos que se ocuparam mais diretamente com a presença dos/as consagrados/as com a “religião do povo”, encontramos o franciscano Frei Bernardino Leers (1919-2011). Tinha um pé na ciência e outro no chão real do povo. Chama nossa atenção o equilíbrio e o senso crítico desse intelectual, doutor em Teologia Moral, matéria que lecionava em vários cursos superiores. Sua primeira publicação de peso data de 1977 e traz o título: “Catolicismo e Mundo Rural. Um ensaio pastoral”. Bernardino constrói seu pensamento a partir de experiências concretas e não se perde em abstrações. Suas numerosas publicações, que, em boa parte, têm uma surpreendente atualidade, refletem bem esse seu modo de ser e agir.

Apresentaremos aqui alguns elementos aduzidos por Frei Bernardino que dizem respeito à presença de religiosos e de religiosas “no meio do povo”. Com simplicidade ele começa a dizer que o povo “da roça”, o acolhia no seu meio com uma “generosidade comunicativa e abertura cordial”, permitindo que pudesse descobrir algo de sua riqueza humana e entender um pouco de seu jeito de viver, ou melhor, de sobreviver, pelejando com a teimosia de quem tem fé em Deus, uma fé forjada e aferida no fogo da dureza e

do sofrimento. Alerta os religiosos e as religiosas “inseridos/as” que no catolicismo popular existe uma dualidade de linguagem: uma é a do clero de cunho “oficial e teológica”, outra é a do povo simples, pouco escolarizado, mas possuidor de um invejável patrimônio de práticas religiosas, com suas múltiplas histórias, piadas, festas, folias, rezas e romarias.

Uma secular marginalização do povo, sem voz e sem vez na oficialidade, criou um complexo de inferioridade e impotência dependente levando-o “a esconder sua cabeça na toca, como se fosse bicho de caça, e a dar um jeito para seu lado”. Nesse contexto a interpretação do sofrimento como “castigo de Deus” e a imagem dele como “tapa-buraco e milagreiro” não constitui raridade.

Adverte ainda Bernardino que a expressão “religiosidade popular” é como uma “Colcha de retalhos multicores”, complexa, cheia de contradições e tendências opostas. Só o contato direto, uma simples convivência com o povo revelará seu inegável acervo espiritual. Uma atitude indispensável é “saber escutar” com paciência, pois só assim é que se ganha a confiança e se aprende a maneira de o povo “se arrumar na vida”. Paulatinamente todo um estilo de vida tornar-se-á transparente

pela comunicação constante, frequentes vezes por uma despretenhosa presença.

Citamos ainda outro comentário do Frei Bernardino: O povo pobre da zona rural ou dos subúrbios da grande cidade

costuma estar com dois pés no chão duro da realidade. Por isso, não estranha a presença de Deus nas coisas mais humanas e terrestres. Como Deus faz as coisas bem-feitas, disse o pai, mostrando a mãozinha de seu filho recém-nascido. Com sua vida material bem arrumada e assegurada, o religioso pende mais para a espiritualização. Como se as coisas desse mundo fossem algo inferior e o mistério da encarnação apenas uma roupa passageira. Para o povo pobre, Deus não mora somente nas alturas, mas tem interesse direto em gente, pão, emprego, remédio, transporte, casa, e não acha que seja abaixo de sua dignidade cuidar, pela mediação humana, de endemias, barro para tijolos e esgotos. Os critérios que serão usados no último juízo, para eles são normais; e que a verdadeira religião é cuidar de viúvas e órfãos, não admiram, porque até hoje estes sofrem bastante.

O religioso “inserido”, inflamado pelo zelo apostólico, não pode perder a paciência e deve aprender a “andar devagar com o andor (a religiosidade do povo), porque o

santo é de barro”! Lentamente tomará consciência que a religiosidade popular não é apenas objeto de evangelização, mas também – enquanto encarnação da Palavra viva de Deus – se apresenta como uma forma ativa com que o povo se evangeliza continuamente a si mesmo. Sabiamente ainda acrescenta Frei Bernardino:

No processo de aproximação humana e abertura mútua, o religioso começa a aprender algo de simplicidade de vida, de fé, de contentamento com pouca coisa, de fácil alegria e satisfação, que muita gente do povo tem, embora seu riso mostre uma boca sem dentes. Descobrem-se a calma que não se incomoda com coisinhas, não faz de uma pulga um elefante, mas enfrenta as cruzes da vida com firmeza tranquila; a prontidão de partilhar o pouco que tem com outros que tem menos ainda; a confiança que verdadeira criança pode ter em Deus; a sabedoria madura da vida, que a escola nunca ensinou, mas o povo pobre fixou, pelejando e lutando de geração em geração com a teimosia que parece ser sua marca registrada. Seria inverídico enaltecer os pobres na linha de bom selvagem de Rousseau, pois não custa reparar entre eles defeitos e vícios, porque são manifestos. Doutro lado, este povo dispõe de um senso de valores humanos, uma força e jeito equilibrado de sobreviver, que contradizem frontalmente o rótulo de igno-

rância que a classe dominante, para sua própria tutela, tenta colar por cima destes coitadinhos.

Por fim, não é segredo para ninguém que o substrato vivo da religiosidade popular está envolto no dinamismo complexo de um processo de transformação global, cujo futuro é incerto e imprevisível, pois encontramos, sem qualquer dúvida, numa radical “mudança de época”, com inegáveis consequências para a religiosidade popular.

Vida Religiosa laical masculina

Tendo à frente da CRB Nacional um presidente que era Religioso Irmão, não é de estranhar que durante sua gestão a Vida Religiosa Laical Masculina recebeu uma atenção particular.

De 4 a 9 de outubro de 1987 realizou-se, na Casa dos Maristas, em Mendes, RJ, o “Primeiro Seminário Nacional de Irmãos”. A ideia surgiu em novembro de 1985, num Encontro da Diretoria e Secretários Executivos Nacionais com os Presidentes e Executivos das Regionais. Em inícios de 1987 foi formada uma Equipe de preparação e Coordenação e definido o Objetivo básico do Seminário: aprofundar a identida-

de e a missão do Religioso-leigo e promover o intercâmbio entre as suas diversas modalidades. A dinâmica a ser adotada seria a de Medellín e Puebla: ver a realidade desses religiosos; julgar, a partir de alguns critérios fundamentais; agir, mediante a elaboração de um plano de ação e animação da VRC laical masculina.

Foi enviado aos Superiores Maiores de Ordens e Congregações masculinas um Questionário a ser respondido, de preferência com a colaboração dos próprios Irmãos, até fins de maio de 1987.

O Questionário era dividido em duas seções: uma referente a Irmãos de Institutos laicais, outra a Irmãos de Instituto mistos, ou seja, Congregações canonicamente clericais. As perguntas eram similares nas duas seções:

- a. Como os Irmãos se veem a si mesmos? – Na própria Congregação; – Na Igreja; – Na sociedade.
- b. Como a Congregação ou Ordem à qual pertencem vê seus Irmãos laicais?
- c. Como a Igreja vê os Irmãos religiosos?
- d. Como a sociedade vê os Religiosos Irmãos?

Chegaram à Equipe 146 respostas de Irmãos de Institutos laicais e 125 de Institutos cleri-

cais, que foram analisadas e catalogadas em julho de 1987. Trata-se de material significativo, mas também desafiador. Em seguida daremos uma amostra-grátis do conjunto das respostas.

Com a sigla “CL” indicaremos elementos provenientes de Congregações Laicais; com “CC”, de Institutos clericais. É sintomático que predominam largamente as reações de cunho negativo, sobretudo tratando-se de Irmãos que pertencem a Congregações canonicamente clericais.

Como os Irmãos se veem a si mesmos?

Na própria Congregação: [CL] Uma pessoa consagrada, vivendo em comunidade, seguindo um carisma. Há uma preocupação quanto ao “rumo indefinido”. Constatamos um número crescente de desistências. [CC] Predomina o espírito clericalista, somos “deixados de lado”; valoriza-se somente nosso trabalho útil. Sentimo-nos como “carros à contramão”.

Na Igreja: [CL] Auxiliar do padre, pouco conhecido ou incompreendido e parcamente valorizado. Na promoção vocacional nem é mencionado. [CC] Simples ajudante do clero. “Quase padre” que, na realidade confunde o povo. Vo-

cação de escassa expressão social, um “coitadinho” com QI baixo que não conseguiu concluir a carreira!

Na sociedade: [CL] Valorizado se for um bom profissional, com utilidade no campo da educação ou saúde. Sua identidade é confusa, ele é apreciado por sua eficiência prática em obras de utilidade pública. [CC] É acolhido, aceito e estimado quando identificado com a realidade do povo, particularmente em suas necessidades básicas. Quase sempre é visto como alguém de “segunda classe”, um funcionário do clero, cuja vocação específica é um enigma para a maioria da população.

Como a Congregação vê seus Irmãos?

[CL] Como filhos de uma única Família, que partilham o mesmo carisma fundacional, em igualdade de condições. Preocupa o acelerado envelhecimento do contingente de Irmãos. [CC] Colaboradores indispensáveis, frequentes vezes vistos tacitamente como “mão de obra barata”. Dispensa-se pouca atenção à sua vocação específica, como se tratasse de uma “raça em vias de extinção”. Divulgou-se a ideia que padre é sinônimo de “poder” e que ao Irmão cabe apenas o “serviço”.

Como a Igreja vê os Irmãos?

[CL] Auxiliares valiosos, dedicados a diversos serviços apostólicos. Não é raro ouvir, mesmo veladamente, que é um “padre fracassado” ou alguém “com inteligência limitada”. Não poucos bispos gostariam que logo fosse “ordenado diácono ou presbítero”, pois assim seria “mais útil” para a Igreja Particular. Há membros da Hierarquia que pensam que só existem duas formas legítimas de Vida Consagrada: a de sacerdote e a de “freira”. [CC] Aprecia-se sua “utilidade” em obras da Igreja. Há entre o clero os que consideram sua vocação “incompleta e limitada”, ou até “desnecessária”; pode ser aceito como uma espécie de “quebra-galho”, ou executor de serviços de suplência. Nota-se em torno da figura dele um “silêncio gritante”, uma “indiferença incômoda”. Via de regra, não percebemos, por parte do clero, uma acolhida alegre e valorização sincera. Não poucos padres preferem leigos casados para serviços dentro da comunidade eclesial ou paróquia.

Como a sociedade vê os Irmãos?

[CL] Com respeito e simpatia enquanto gerenciam obras sociais ou estão atuando em escolas ou hospitais, ou mesmo exercendo

atividades no campo da cultura em geral. Na realidade o povo mal conhece a figura do Irmão, e os tem como seres enigmáticos, às vezes, pessoas ambíguas, ou uma classe “em franca extinção”, acomodada e associada à burguesia. Há uns que pensam que são “solteiros que vivem comunitariamente”, tendo todos os recursos “do bom e do melhor”, empresários de obras que garantem uma renda estável. [CC] O povo simples e pobre vê no Irmão “inserido” um companheiro altamente apreciado, que junto dele luta por melhores condições de vida. Leigos engajados socialmente o aplaudam por seu testemunho de vida, em concordância com as grandes opções da Igreja latino-americana. Há igualmente cidadãos que lamentam essa “vocação pela metade”, tratando-se de uma pessoa digna de pena, que não teve oportunidade para “ser promovido” eclesial e socialmente. Existem famílias católicas que veem nele uma vocação indesejada para seus filhos!

A análise desse extenso questionário é reveladora e ao mesmo tempo preocupante. Mostra, com clareza meridiana, a necessidade de se refletir em profundidade sobre a vocação do religioso leigo dentro da Igreja.

A CRB, através do Primeiro Seminário Nacional de Irmãos, deu novo impulso à consagração reli-

giosa leiga masculina. Em “Carta a Superiores Provinciais, Irmãos Religiosos e Irmãs Religiosas”, de 9 de outubro de 1987, é noticiado que do Seminário participaram 64 Irmãos de 25 Institutos diferentes. Lemos que “foram dias inesquecíveis de fraternidade, oração, reflexão e busca de caminhos”. Um pouco mais adiante é dito que “nós, participantes do Seminário, sentimo-nos reafirmados em nossa missão. Recebemos um grande incentivo para viver com maior fidelidade nossa vocação específica e testemunhá-la a partir de nosso ser religioso e de nosso agir na laicidade do mundo e na dura realidade dos empobrecidos”. A citada “Carta de Mendes” era acompanhada por um “Perfil do Religioso Irmão”, tal como ele deseja ser hoje na Igreja do Brasil: 1) um ser consagrado; 2) que vive numa comunidade fraterna; 3) é sinal profético e testemunha do Reino; 4) busca inculturar-se no meio em que vive; 5) em comunhão com a Igreja; 6) procura elaborar uma personalidade integrada; 7) em missão e formação permanente; 8) é irmão entre irmãos; 9) vive a espiritualidade própria do Irmão; 10) valoriza as realidades terrestres; 11) é comprometido nas mais diversas formas apostólicas.

Em sucessivos encontros, cursos e publicações foi dada continuidade à reflexão sobre a iden-

tidade e a missão do Religioso-Irmão. Daremos em seguida um pequeno resumo dessas iniciativas.

A realidade em números e fatos

Na época do Primeiro Seminário Nacional de Irmãos (1987) havia no Brasil 7.660 religiosos sacerdotes e 2.380 Irmãos ou Religiosos leigos. O Anuário Estatístico da Igreja registrava um acentuado declínio anual de religiosos laicais, desde o Concílio Vaticano II (1962-1965), devido principalmente ao grande número de egressos e poucas novas vocações. Existia — dizia Frei Bernardino Leers, OFM — entre os Irmãos “uma sensação, quase subconsciente, de inferiorização, expressa na opinião do povo: Ele é apenas irmão leigo!” e acrescenta: Assim não de estranhar que se criou entre vários Irmãos a vontade de serem ordenados a fim de “ser alguém”, tanto na Igreja quanto na sociedade.

O Decreto *Perfectae Caritatis*

No n. 5 do *Perfecta Caritatis* afirma que a VRC “constitui certa consagração especial, que está intimamente radicada na consagração batismal e a exprime mais plenamente”. O Decreto, no n. 10,

afirma ainda o valor positivo da consagração religiosa laical e o caráter completo desta forma de vida eclesial. Referindo-se especificamente aos Institutos laicais masculinos, salienta a utilidade do serviço que prestam à Igreja e termina externando sua estima por esta modalidade de VRC. Posteriormente, João Paulo II diria: “Na Igreja não se pode pensar na VRC sem a presença desta vocação laical específica...”.

Num extenso artigo que traz o título de “Nossos Irmãos de Vocação Laical”, Frei Honório Rito de Leão Brasil (+1999), comenta:

Além da afirmação da validade e da importância da VRC leiga, o Decreto *Perfectae Caritatis*, não parece ter razões mais profundas para essa afirmação, e até parece fazer alguma concessão ao espírito clerical da época, quando permite e insinua às Congregações de Irmãos leigos a ordenação de alguns de seus membros (n. 10), em vez de sugerir-lhes um aprofundamento de sua índole leiga.

As origens laicais da Vida Religiosa

Inegavelmente a VRC nasceu numa configuração laical. O monaquismo primitivo, no deserto do Alto Egito por exemplo, é formado por leigos eremitas ou cenobitas.

“A comunidade, organizada numa hierarquia de ancianidade e de maturidade espiritual, não permite distinções em classes, como de tipo clerical/laical”. O monge das origens não visa a uma “carreira eclesiástica” e até se mostra avesso à ordenação presbiteral. Conhecida é a frase de São João Cassiano (c. 360-435), monge em Marselha (França): “O verdadeiro monge deve fugir da imposição das mãos como nocivo a seus propósitos!” A clericalização da VRC entra numa fase definitiva na época da Contra-Reforma (século XVI), quando os Irmãos leigos começam a ser tratados numa posição jurídica de “subordinação”, ocupando-se primordialmente com “tarefas profanas e materiais”.

O específico da vocação religiosa laical masculina

Esta vocação “encontra no mundo seu lugar teológico e no seguimento de Jesus a razão de ser de sua consagração, de sua presença e serviço aos outros” (Irmão Claudino Falchetto, FMS). O específico do seu “ser religioso” é precisamente “a encarnação na realidade profana e secular, a fim de transformá-la segundo o Evangelho” (*frater* Henrique Matos, CMM). O Irmão é chama-

do para dentro do profano abrir a perspectiva do Transcendente. Assim, ele quer ser “inteiramente de Deus e totalmente empenhado na construção da cidade terrena” (Irmão Paulo Dullius, FSC). Não esqueçamos que já na Conferência dos Bispos latino-americanos, em Medellín (1968) se afirmou o valor próprio da VRC laical, manifesto “pelo trabalho profissional numa linha de inserção no meio do povo, deixando entrever que o trabalho profissional é assumido como tarefa evangélica”.

O Irmão em Institutos clericais

Aqui serão apresentados alguns rasgos específicos. Frei Bernardino Leers, OFM, ele mesmo religioso presbítero, afirma que

em contraste com o mundo das classes sociais, Francisco de Assis (+1226) queria reunir, nas fraternidades, ricos e pobres, intelectuais e ignorantes, nobres e plebeus, em absoluta igualdade, sem nenhum privilégio. Em dois séculos, porém, os irmãos leigos perderam seu direito de ocupar cargos, de votar ou pregar o Evangelho e ficaram limitados às tarefas domésticas e à mendicância, a serviço dos frades clérigos.

Um caso singular, numa época de predomínio clerical, é a visão

de Dom Bosco (1815-1888), Fundador da Sociedade de São Francisco de Sales, ou Salesianos de Dom Bosco” (SDB), Congregação canonicamente classificada como “clerical”. Na sua configuração, Dom Bosco estabeleceu que fosse constituída não somente por eclesiásticos (clérigos), nem somente por leigos, mas de ambos os grupos, unidos em uma única comunhão de vida e de trabalho. Ao lado de religiosos clérigos, ele quis expressamente que os “coadjutores” (Irmãos leigos) assumissem com igual responsabilidade a missão evangélico-educativa. Assim, a competência profissional e pastoral do Irmão

tem um único interesse pessoal: levar a comunidade, especialmente os destinatários, a viver e defender os valores humanos que emergem da inspiração evangélica. Com os pés na realidade do mundo, o Salesiano viveria e encarnaria em si o ideal do Reino, levando os outros a viverem com os olhos fixos na promessa do Mestre.

Concluindo esta parte, podemos legitimamente perguntar-nos: Quais mudanças significativas ocorreram a respeito da situação do Irmão-leigo, entre 1987 e 2024 (ano em que se celebrou os 70 anos da existência da CRB), ou seja, no espaço de 37 anos? Houve avanços significativos quanto

à compreensão dessa vocação específica, maior clareza sobre sua identidade e missão na Igreja e na sociedade?

A pergunta que fica é: qual futuro é reservado a Congregações laicais ou a Irmãos em Institutos tidos como clericais? Ressalta aos olhos a diminuição numérica de nossas falanges (falo de “nosso”, porque o autor dessas linhas pertence a esta categoria de religiosos). Também assistimos a uma onda de neoclericalismo. (Frei) Fabiano Aguilar Satler falava de um fenômeno que “afeta a VRC masculina laical ao negar-lhe visibilidade: todos os holofotes se dirigem para a vocação clerical, seja ela secular ou religiosa, e tudo concorre para o bem daqueles que desejam ser ordenados”. Os estudos e documentos da CRB são bonitos e inspiradores, mas qual é a realidade nua e crua do cotidiano? Daí é tão importante aprofundar as raízes evangélicas dessa vocação singular, tanto pessoal quanto comunitariamente.

Concluindo, podemos dizer com Frei Edimar Fernando Moreira (O. Carm) que

a temática da vocação religiosa laical tem sua razão teológica na figura do próprio Cristo Jesus, Filho de Deus que se fez nosso irmão e nos faz irmãos uns aos outros. Por Ele, na ação do Espírito Santo, nos tornamos

todos irmãos. Em chave teológica, essa vocação constitui uma manifestação visível da realidade nova, na qual os cristãos são introduzidos pelo batismo. Refere-se, antes de tudo, a um convite ao respeito mútuo, baseado numa raiz de igualdade fundamental dos membros da mesma comunidade e, por extensão, de todo ser humano em Cristo.

“Nova Evangelização” e “Palavra-Vida”

O apelo do Papa João Paulo II

O segundo triênio da Diretoria Nacional da CRB, sob a presidência do Irmão Claudino Falchetto, FMS, é marcado pelo insistente apelo de João Paulo II por uma nova evangelização na América Latina. Em seu discurso da Abertura da XIX Assembleia do CELAM, em Porto Príncipe, no Haiti, no dia 9 de março de 1983, o Papa, dirigindo-se aos bispos, dissera:

São quase cinco séculos! De fato, o ano de 1992, já muito próximo, assinalará o V Centenário do descobrimento da América e do início da sua evangelização. (...) A comemoração de meio milênio de evangelização terá o seu significado pleno se for um renovado compromisso da nossa parte, como Bispos, juntamente com o vosso presbitério e fiéis, compromisso não de re-evangeliza-

ção, mas de uma evangelização nova. Nova no seu entusiasmo, nos seus métodos, na sua expressão.

Na verdade, a expressão Nova Evangelização tinha aparecido já na Mensagem final do Episcopado latino-americano em Puebla (1979), onde lemos: “Nossas reflexões elucidaram as dimensões de compromissos que, sob diferentes modalidades, serão assumidos por todo o Povo de Deus: Alentar uma nova evangelização e catequese intensivas que atinjam as elites e as massas para obter uma fé lúcida e comprometida”.

Tendo em vista o apelo papal e pensando também na próxima AGO, em 1989, a CRB Nacional tomou a temática da “nova evangelização” como campo privilegiado de sua reflexão. Foi publicado um subsídio de notável qualidade: “Nova Evangelização e Vida Religiosa”. Após a “Introdução” do presidente da CRB, seguem seis partes: 1) Aprendendo da História; 2) Evangelização: volta às fontes; 3) Tradição e Fidelidade: sinais na História; 4) Desafios persistentes: através da História; 5) Nova Evangelização: desafios de hoje; 6) Estratégias da Nova Evangelização.

Evangelizar – dizia Paulo VI em 1975 – é a vocação própria da Igreja, sua missão essencial”

(Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*). Também nos documentos do Episcopado latino-americano de Medellín (1968) e Puebla (1979) esta temática está no centro. Fazendo uma retrospectiva de quase 500 anos, a Igreja constata que nem sempre foi fiel ao anúncio da Boa Nova de Jesus, particularmente pela sua convivência com o projeto colonial tanto da Espanha quanto de Portugal. No que diz respeito ao Brasil encontramos no período colonial e mesmo no período do Império (1822-1889) grandes contradições e incoerências relativas à evangelização. Basta nos lembrar da posição frente à escravidão negra. Até os religiosos tinham seus escravos nos conventos e obras! Logicamente não podemos deixar no esquecimento momentos de lucidez e coragem entre missionários. Basta recordar o testemunho profético da Comunidade dos Frades Dominicanos, na Isla Ispaniola (hoje República Dominicana), com as grandes figuras de Frei Francisco de Montesinos (o famoso sermão de 1511) e Frei Bartolomeu de Las Casas (1474-1566). Quanto ao Brasil podemos citar a ação de Jesuítas, com suas experiências pioneiras de inculturação, entre os quais o insigne missionário Padre José de Anchieta, SJ (1534-1597).

Um aspecto importante na Evangelização, apontado no mencionado subsídio da CRB, é que “a evangelização se faz por ações que expressam o amor preferencial de Deus pelo pobre. Só assim a palavra se torna eficaz. A linguagem do testemunho convence mais do que as palavras. A grande boa notícia é a de que Deus, em Jesus, resolveu salvar a Humanidade, identificando-se com os pobres, os últimos, os crucificados pela injustiça. Ora, pregar essa notícia de forma que se acredite no que dizemos, só é possível quando se age como Jesus, quando se realizam as obras de Cristo (Lc 7, 18-23; Mt 11,2-6)”.

Nos anos 80 do século passado, o tema da Nova Evangelização teve uma dupla ressonância na Igreja latino-americana. De um lado, é entendido como uma renovada opção pelos pobres, na linha de Medellín e Puebla, ou seja, numa perspectiva libertadora, mistagógica, dialógica e inculturada; de outro lado, como uma definitiva entrada no mundo da comunicação social, tendo em vista a divulgação de uma “cultura cristã, que unificaria a estrutura da sociedade moderna, detendo o avanço acelerador da secularização. Nesse horizonte aparece o Projeto “Evangelização 2000”, em boa parte sustentado pela Renovação Carismática Católica

(RCC). É também nesse contexto que cresce o papel dos TVs católicos e começam a ter sucesso os “padres cantores”. Em geral, esta segunda tendência se distancia nitidamente da dimensão libertária da fé na sua dimensão social e política, mostrando, inclusive, grandes reservas em relação à “Teologia da Libertação”.

A CRB mantém fidelidade às opções fundamentais de Medellín e Puebla. Dizia Padre João Batista Libanio, SJ:

A respeito da nova evangelização a VRC se afina muito mais por sua tradição de proximidade com os pobres e de amor à pobreza com uma evangelização dos pobres, pelos pobres e com meios pobres. Evidentemente, com o decorrer do tempo, certas maneiras concretas de realização da vida religiosa se afastaram dos pobres e se deixaram seduzir pelos meios ricos e poderosos. Mas, se se procura ir às fontes dos fundadores de praticamente todas as formas religiosas conhecidas, encontramos a dupla preocupação com os pobres e com a pobreza de seus membros (Utopia e nova Evangelização).

A linha de pensamento e ação da CRB Nacional se manifesta claramente na formulação das “Prioridades”, no término da XV AGO (24 a 29 de julho de 1989): Nós Religiosos e Religiosas, que-

remos ser “evangelizadores na perspectiva dos pobres, com novo ardor, novos métodos e nova expressão, segundo a diversidade dos carismas congregacionais”. Em seguida lemos:

Propomos assumir, pela inserção e inculturação, a causa dos pobres, sujeito histórico emergente e deixando-nos evangelizar por eles; – Aprofundar a espiritualidade que nasce da experiência de Deus, vivida no processo de libertação do povo; – Fazendo-nos mais presentes no deserto, na periferia ou na fronteira onde é mais necessária e comprometedora a tarefa da evangelização e são menos numerosos os evangelizadores: – Viver a dimensão profética da VRC, pelo testemunho pessoal e comunitário, no anúncio do Reino e na denúncia da injustiça e do pecado; – Intensificar a comunhão eclesial.

As peripécias em torno do Projeto “Palavra-Vida”

Em outubro de 1985, o então presidente do CELAM, Dom Antonio Quarracino (1922-1998), convidou a Junta Diretiva da CLAR para colaborar na preparação do V Centenário da AL (1992), atendendo, assim, ao apelo do Papa João Paulo II. No encontro em Buenos Aires, Argentina, em abril de 1986, o convite foi aceito “com gratidão e alegria” pela

direção da CLAR. Em Haiti, no mês de maio de 1987, houve a apresentação do plano inicial de um projeto concreto intitulado “Palavra-Vida”. Lemos numa Comunicação da CRB, com data de 9 de maio de 1989:

Foi com alegria que a Assembleia Geral da CLAR, reunida em Cochabamba (Bolívia), em junho de 1988, recebeu como dom de Deus esse Projeto que vinha preencher uma lacuna na formação para a VRC, em contato com a Bíblia. (...) Unanimemente, religiosos e religiosas entenderam a iniciativa como instrumento ímpar de aproximação da Palavra de Deus, de conversão pessoal e de renovação no dinamismo apostólico para uma Nova Evangelização.

Programado para ser desenvolvido ao longo de cinco anos, começou a ser implantado a partir do Advento de 1988. O objetivo geral era assim formulado: “Alimentar a vida com a Palavra de Deus, lida a partir dos pobres, para uma mobilização da VRC latino-americana para uma nova evangelização”. Em junho daquele ano tinha sido apresentado ao CELAM um rascunho do Projeto que obteve boa acolhida.

Aconteceu o que ninguém poderia ter previsto: apenas três meses após seu lançamento, ou para ser preciso, em 10 de fevereiro de

1989, o Projeto se converteu no centro de uma séria polêmica intraeclesial. A nova presidência do CELAM expressou publicamente seu descontentamento, sua “grave preocupação pelas consequências negativas que poderia ter em nossas Igrejas, se não fosse oportuna e devidamente corrigido”. As severas críticas referiam-se principalmente a dois aspectos: – O método proposto para ler as Escrituras “não interpreta a Palavra de Deus à luz da fé e do Magistério da Igreja”; – É feita uma leitura “ideologizada e redutiva” da Bíblia. Perguntamos: quem estava, de fato, atrás de tudo isso? Conta o Padre Edênio Valle, SVD, um dos coordenadores do Projeto, que recebera, através de um teólogo amigo, cópia de uma carta do Episcopado da Colômbia, datada 18 de fevereiro de 1989, na qual se condenava o Projeto e se proibia seu uso nas comunidades religiosas daquele país, desautorizando ao mesmo tempo o encontro nacional com o qual a Conferência de Religiosos da Colômbia pretendia apresentar “Palavra-Vida” aos/às religiosos/as colombianos. A censura alegava que no Projeto da CLAR

se trata de definir algumas características da situação econômica, social, política e religiosa; de verificar os conflitos; — isso significaria fazer uso da análise

marxista; – as frequentes alusões à comunidade, ao povo, aos pobres, se fazem carregadas de conotações bem conhecidas; – se lança mão de um paralelismo anacrônico entre a história de Israel e a história do povo na América Latina.

A polêmica ficou ainda mais acirrada quando a presidência do CELAM deu publicamente seu aval às acusações, enviando aos bispos da AL um Comunicado em que se dizia:

A execução de um Projeto com tais características implica no risco de trazer uma grave ofensa à identidade da VRC em nosso Continente e, assim, à vida pastoral do seio da qual a VRC desempenha um papel muito importante”. A Congregação para os Religiosos, em Roma, tomou partido a favor do CELAM, em Nota de 3 de abril de 1989, afirmando que no Projeto “Palavra-Vida” da CLAR “faltam as mais elementares normas hermenêuticas da leitura da Sagrada Escritura (...) assim como a Tradição e o Magistério da Igreja (...) e que é feita uma apresentação unilateral e redutora da Palavra de Deus.

A reação da CLAR, e sobretudo da equipe coordenadora do Projeto, era de total perplexidade. Em sucessivas conversações com a Junta Diretiva do CELAM e o mencionado Dicastério romano,

conseguiu-se a promessa de continuidade ao Projeto, após uma radical revisão, atendendo à correção dos “erros apontados”. Na realidade não houve avanços significativos nos respectivos entendimentos. O clima já estava por demais carregado negativamente, atingindo muitos setores da Igreja latino-americana. Diante de uma ameaça de intervenção da Santa Sé na CLAR, já não restava mais outro caminho a não ser a suspensão do Projeto, o que aconteceu de fato em outro de 1989.

O que finalmente salvou “Palavra-Vida” foi sua transferência para o Brasil, com apoio explícito de Dom Aloísio Lorscheider (1924-2007), ex-presidente do CELAM (1975-1979) e ex-presidente da CNBB (1971-1979). A CRB se encarregou de assumir o Projeto original sob um nome ligeiramente diferente: “Tua Palavra é Vida”. Fazendo a memória desse acontecimento com grande ressonância nos anos 80, o Padre Edênio Valle, SVD (1936-2023), coordenador do Projeto e também presidente da CRB Nacional (1989-1995) diria, anos mais tarde: Na nossa terra o Projeto podia florescer graças à “inteira aprovação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, mais ainda, da Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB. Note-se que à frente da CNBB estava o santo e sábio Dom

Luciano Mendes de Almeida, SJ, (1930-2006) e à testa da Comissão da Doutrina o igualmente sábio e santo Cardeal Aloísio Lorscheider, OFM”.

Vale a pena ouvirmos ainda a oportuna síntese do Padre J. B. Libanio, SJ, sobre o Projeto “Tua Palavra é Vida”:

O método de leitura orante da Escritura reflete o espírito predominante na América Latina. É a Palavra que dá vida a partir do povo em espírito de fidelidade ao Reino no seguimento de Jesus. Os objetivos de tal Projeto traduzem as opções centrais da VRC no Continente. Trata-se de viver a vocação profética da VRC plantada na história do povo bíblico e latino-americano, lendo a Escritura em comunidade com o povo, deixando-se interpelar em espírito de conversão e comprometendo-se com uma missão libertadora.

A CRB, nas suas recomendações do Projeto, não deixava de recordar que “Tua Palavra é Vida” mostra ao religioso que a audição da Palavra da Escritura é algo fundante para sua vida consagrada. Através da *lectio divina*, ele também começa a entender melhor a indispensável articulação entre fé e vida, e cresce nele a firme vontade de estar a serviço da vida, ao compromisso e à fidelidade do grande Projeto de Deus, isto é, a realização de seu Reino.

Por fim, “sem a Palavra de Deus não existem nem o discípulo, nem o seguimento, nem a missão que cabe à Vida Consagrada na Igreja e no mundo” (Padre Edênio Valle).

Dois destaques

Entre os religiosos que marcaram a década de 80 do século passado queremos destacar dois: um por ser um representante dos Irmãos religiosos no Brasil, outro por ser uma pessoa profundamente identificada com a religiosidade popular.

Irmão Claudino Falchetto, FMS

Nasceu em Venda Nova, Estado do Espírito Santo, em 1937. Entrou na Congregação Marista em 1954, proferindo sua Profissão Definitiva em 1961. Além de estudos universitários na área de Línguas modernas, obteve licenciatura em Teologia pela Universidade Lateranense, em Roma. Na sua Província ocupou diversos cargos de responsabilidade. Foi professor e diretor de Colégio, formador e superior provincial por seis mandatos, ou seja, 18 anos! Em Roma foi Conselheiro Geral de sua Congregação durante 8 anos, além de ser Consultor junto à Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares.

Já vimos anteriormente que estive à frente da CRB Nacional de 1983 a 1989. Quando foi eleito neste cargo, houve religiosos que se estranharam ser “apenas” um Religioso Irmão, uma vez que a presidência da Conferência tinha sido sempre confiada a um Religioso Sacerdote! Com coragem e firmeza o Irmão Claudino levou a bom termo a transferência do Projeto da CLAR “Palavra-Vida” para o Brasil, acompanhando de perto sua continuidade, após as turbulências nas relações CLAR-CELAM, que causaram a interrupção do Projeto original.

Durante seu governo, teve de enfrentar vários questionamentos da Congregação Romana em relação ao status jurídico da CRB: Qual seria a razão de, no Brasil, uma Conferência de Religiosos não ser exclusivamente de Superiores Maiores, uma vez que abrangia todos os religiosos e religiosas do país? Além disso havia a questão de sua subdivisão em Regionais, que causava certo desconforto em Roma. Outro ponto ainda se referia ao fato de ser eleito um presidente que, no momento de sua eleição, não era um Superior Maior. Anos mais tarde Irmão Claudino diria: “Longas horas de diálogo permitiram que excepcionalmente a CRB guardasse essas prerrogativas no seu Estatuto”.

Ao deixar a presidência, após seis anos de intenso e qualificado serviço, Claudino enviou uma “Mensagem aos Religiosos e Religiosas do País, datada de 31 de julho de 1989, em que dizia:

Neste momento em que passo a presidência a outras mãos, faço-o com profunda alegria e reconhecimento. (...) Reconhecimento pela grande escola de vida consagrada que foram para mim estes seis anos: o aprofundamento dos grandes temas da teologia da Vida Religiosa, feito ao lado de irmãos e irmãs sérios e competentes; a convivência gozosa com a Presidência da CNBB, nos encontros mensais em que se evidenciaram a unidade de coração e a pertinácia da ação; a identidade com o corpo total da Vida Religiosa que já não pode mais se eximir de sua opção inspirada nas diretivas do Vaticano II e especialmente de Medellín e Puebla. Escola de vida consagrada seguida no testemunho de irmãos e irmãs que hoje dão sua vida, derramando o sangue de suas veias ou de seu coração em favor dos pequenos, dos feitos pequenos pela sociedade. Nessa escola vivi estes anos e à luz de seus ensinamentos Deus me dará a graça de prosseguir. (...) Quanto a mim, nada mais real que terminar com as palavras mesmas do Salmista: Continua, Senhor, em mim e na CRB, a obra de tuas mãos.

Frei Francisco (Chico) van der Poel, OFM (1940-2023)

Frei Francisco van der Poel, como é seu nome oficial, nasceu nos Países Baixos (popularmente conhecidos como “Holanda”), em 1940, no início da II Guerra Mundial. Chegou como missionário ao Brasil em 1967, exatamente dois anos após o término do Concílio Vaticano II. As inovações conciliares tiveram grande repercussão na sua terra natal resultando em imediatas aplicações práticas de vanguardismo, sobretudo no campo da liturgia.

Trabalhando no norte do Estado de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, o novo missionário percebeu em relativamente pouco tempo que seria inútil e até danoso querer impor reformas de cima para baixo. O povo da região vivia “num outro mundo religioso”, muito distante da oficialidade eclesiástica. Começou a conhecer e apreciar as expressões populares da fé, tornando-se um aprendiz do povo simples e pobre. Com frequência dizia: quero ser um “holandês inculturado” e, de fato, durante os 56 anos no Brasil mergulhou na alma do povo, cada vez mais identificado com sua cultura, tão mal conhecida e desrespeitada pelos detentores do poder, seja civil, seja eclesiástico.

Suas primeiras publicações sobre a religiosidade popular datam da segunda metade da década de 70: Coleção “Estudos da CNBB” (Antes do primeiro número!), Deus vos salve, Casa Santa. Pesquisa da foloc-música religiosa, 1977; Com Deus me deito, com Deus me levanto. São Paulo: Paulinas, 1979 (“Estudos da CNBB”, n.17, 184p.). Este último livro seria reeditado, numa bela e ampliada impressão, pela Editora Paulus (407 páginas), em 2018.

Bem no início desta edição recente, Frei Chico escreve:

A cultura popular não costuma separar vida e religião. Tudo é feito com a fé num Deus vivo e presente. O povo que recebe a graça da revelação tem autonomia para responder e criar formas de culto. Em rituais e orações faladas ou cantadas, é essencial a linguagem do encontrar, expressão de uma grande fé nos mistérios da revelação, da aliança e da encarnação.

Frei Chico nunca foi um mero observador e teórico fé do povo simples, pobre e humilde, mas ele mesmo participava ativamente de suas manifestações em gestos, celebrações e orações. Ao longo dos anos colecionou uma enorme quantidade de expressões da religiosidade popular, abundante material para sua obra prima, lançada em 2013, sob o nome de

“Dicionário da Religiosidade Popular: cultura e religião no Brasil”, um trabalho gigantesco de nada menos do que 1150 páginas! Podemos considerá-la como seu “testamento espiritual”, o legado mais precioso de sua dedicação ingente ao povo que amava e com quem se identificava.

Concluimos esta breve anotação de um grande missionário, um religioso que honra a Vida Religiosa e cujo exemplo de vida é digno de ser conhecido pelas jovens gerações de consagrados e consagradas.

Segue um de seus favoritos versos, que escolheu como título de uma de suas primeiras publicações sobre a Religiosidade Popular.

Com Deus eu me deito.

Com Deus eu me levanto.

Com a graça de Deus e do Espírito Santo.

Jesus, Filho da Virgem Maria,

Me acompanha esta noite e todo dia.

Vós me olha e me guia.

Meu anjo de guarda me ampara e me guia.

Qual é a maior luz? Jesus.

Qual é a maior guia? Maria.

Qual é o maior patrão? José.

Assim como isto verdade é,

Valei-me, meu Jesus, Maria e José.

Considerações finais

Concluimos nossos “Apontamentos” para a Memória da CRB, Instituição que acaba de celebrar seu Jubileu de Platina, os 70 anos de sua existência (2024). Em sucessivas contribuições percorremos os 35 anos iniciais de sua História, ou seja, de 1954 (ano de fundação) até 1989 (término da presidência do Irmão Claudino Falchetto, FMS).

Repetimos o que já foi dito no primeiro artigo, publicado na revista *Convergência* (n, 545, de abril/maio/junho de 2024): trata-se apenas de simples contribuições, sem o rigor científico de uma História Oficial da Instituição, tarefa a ser executada por futuros historiadores. Minha proposta era bem mais simples e sem maiores pretensões: oferecer “elementos” para “fazer memória”, num momento particularmente significativo para a CRB.

Originalmente eram dez artigos, cada um com uma temática específica, de acordo com o percurso histórico da CRB, de 1954 a 1989. A redação da revista achou conveniente condensar os textos em unidades maiores, o que na minha modesta opinião tornou a leitura mais pesada, dificultando a assimilação do conteúdo, sobretudo para aqueles que não têm fa-

miliaridade com abordagens históricas desse jaez.

As fontes disponíveis foram principalmente: 1) Textos e artigos publicados na “Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil” (1955-1967), periódico que, em 1968, mudou de nome, chamando-se doravante “Convergência”; 2) Anotações pessoais, sobretudo dos períodos em que ocupei uma função mais direta em órgãos diretivos da CRB, tanto em nível nacional quanto regional (1971-1977); 3) Contatos frequentes com religiosos e religiosas que exerceram cargos importantes na Conferência, entre os quais cito o nome de Irmã Maria Carmelita de Freitas, FI, amiga de saudosa memória. Futuros historiadores, tendo à disposição fontes primárias da CRB, sobretudo as Atas das Assembleias Gerais e das reuniões das respectivas Diretorias, poderão completar e fundamentar melhor os relatos sumários apresentados nessas minhas modestas contribuições. Convém recordar ainda que os artigos mencionados não trouxeram qualquer ônus financeiro por parte da direção da CRB Nacional.

É interessante notar que o autor conheceu pessoalmente quase todas as pessoas citadas nos textos apresentados, com exceção de uma ou outra dos inícios da CRB. Este simples fato dá um sabor

todo particular aos escritos, tornando-os mais familiares e próximos, com um colorido mais subjetivo. Um inesperado obstáculo na elaboração dos relatos foi conseguir dados pessoais de religiosos e religiosas citados, junto às suas respectivas Ordens ou Congregações. Ficamos surpreendidos com a falta de arquivos organizados e o (aparente?) desinteresse de fornecer os dados solicitados por parte dos Institutos. Está aqui a razão de não termos podido fazer acompanhar a citação do nome de determinadas pessoas com informações cronológicas.

Alhures já apontamos o fato de ser arriscado citar nomes de determinados religiosos ou religiosas e deixar de mencionar outros que igualmente o mereceriam. De antemão pedimos desculpas, caso alguém ficar incomodado com essa omissão ou involuntário descuido. É o preço que pagamos quando optamos por uma descrição histórica que não se limita a analisar e interpretar apenas ideias ou fatos, mas quer expressamente “fazer memória” de pessoas concretas que construíram a história em pauta. Na elaboração dos relatos tomamos como ponto de referência as sucessivas Diretorias Nacionais, com destaque para os titulares de sua presidência.

É mais do que óbvio que os textos oferecidos não são completos

e, por isso, sujeitos a correções, revisões e outras interpretações, aliás indispensáveis. Tentamos sinalizar e apreciar os fenômenos mais marcantes nos primeiros 35 anos da CRB, mas temos também consciência que se trata de uma seleção inevitavelmente subjetiva, e, portanto, aberta a oportunas críticas. Assim, por exemplo mereceriam uma abordagem maior a ERT, a “Equipe de Reflexão Teológica” e o CERIS, “Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais”. O CERIS começou, em 1954, como “Departamento de Estatística dos Religiosos”, confiado às Irmãs da Congregação de Jesus Crucificado. No que diz respeito à ERT, vários nomes deveriam ser lembrados pelo peso de suas respectivas contribuições e profundidade de seu pensamento. Aqui não queremos olvidar a pessoa de [Frei] Leonardo Boff [OFM], autor de inúmeros artigos, brochuras e livros sobre a vida consagrada, num momento histórico de radicais mudanças e desafios incomuns.

Quando a ERT completou dez anos de criação, o Padre Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, escreveu, em 1979:

Uma ajuda inestimável para os religiosos como pessoas e para seus institutos, em diversos níveis, foi a criação da Equipe de Reflexão Teológica. Nesses qua-

se dez anos de funcionamento regular se traduzem no alento do acervo de trabalhos, artigos e publicações de seus membros, na válida assessoria que presta à Diretoria, na inspiração de fundo e explicitação das quatro últimas Assembleias Gerais da CRB, de 1971 a 1980.

Mais, porém, do que este resultado palpável, o benefício primordial de sua atuação é constituir-se, para a CRB como um todo, numa instância continuada, seja de atenção crítica à realidade da Vida Religiosa como tal, no Brasil ou fora dele, seja de reflexão e tematização de enfoques teológicos que afetam a VRC em si mesma ou em suas perspectivas de presença apostólica na Igreja. A Equipe se tornou, de fato, uma retaguarda de permanente realimentação muito sensível às necessidades e deficiências, aos pontos nevrálgicos ou de estrangulamento, que esta época de tantos desafios e transformações constantemente assinala ao empenho e responsabilidade dos religiosos.

Uma questão que volta com impressionante regularidade em todas as atividades e publicações da CRB, precisamente no período de 1954 a 1989, diz respeito à identidade da VRC. Numerosos artigos, assembleias, seminários ou dias de estudo são dedicados a esta temática, deveras de funda-

mental importância para a Vida Consagrada. Incansavelmente volta ao cenário as perguntas: Quem somos nós? Qual é nossa missão na Igreja e na sociedade, hoje?

De forma abreviada e em linhas bastante globais tentaremos reproduzir o conteúdo central de publicações sobre esta interrogação existencial, tomando como ponto de apoio o texto preparado pela ERT/RS e publicado num extenso artigo (18 páginas), na revista *Convergência* (dezembro de 1985), texto que, na realidade é uma espécie de síntese de muitas outras reflexões correntes na época.

A vocação religiosa tem uma dimensão trinitária: apresenta-se como um convite do Pai, oferecido em total gratuidade. A pessoa agraciada responde positivamente e, movido pelo Espírito, se propõe a seguir Jesus, o Filho de Deus encarnado, tendo em vista a realização do grande plano de Amor do Pai: o Reino de Deus.

Assume concretamente uma vida cada vez mais cristiforme, existência caracterizada por uma tríplice dinâmica: uma profunda experiência de Deus, vivida numa vida fraterna e compartilhada, inteiramente voltada à missão evangelizadora da Igreja. Embora cada um destes três elementos

tenha uma consistência própria, são inseparáveis e só se entendem numa radical relação mútua, pois é juntos que configuram o projeto de VRC, sempre “em construção”.

O coração da VRC é indubitavelmente o Primado Absoluto de Deus. É a partir dessa realidade que o religioso denuncia, pelo seu próprio SER, todas as absolutizações humanas contrárias aos valores centrais do Reino, acenando existencialmente à dimensão transcendental escondida nos valores terrestres.

Seguir o Cristo “com radicalidade”, significa estar num contínuo processo de conversão, a fim de que o Evangelho se torne o critério definitivo e derradeiro do ser e agir da pessoa consagrada. Trata-se de assumir “o estilo de vida de Jesus”, interiorizando suas mais profundas motivações: a paixão pelo Pai e a paixão pela causa de Pai: o Reino, realização derradeira de toda a Criação, em perspectiva da plenificação do amor na participação à vida trinitária da eternidade feliz.

O único “voto de consagração” das origens da VRC, desdobrou-se, ao longo do tempo, em três votos específicos para que a *Imitatio Christi*, pudesse ser vivida na concretude da existência humana e como radicalização das promessas batismais.

Resumindo: O religioso, em busca da essência de seu ser-consagrado, pode exclamar com o Salmista: “Deus é o apoio e o fundamento da minh’alma, a minha parte e minha herança para sempre!” (Sl 72/73, 25-26). E com São Paulo afirma; “Por causa d’Ele, perdi tudo e considera tudo como lixo, a fim de ganhar Cristo e ser encontrado unido a Ele” (Fl 3, 8-9).

Por fim, nunca me esqueço (faz uns 50 anos) que certo dia, numa conversa informal e confidencialmente, o Padre Marcello Azevedo (era ainda presidente da CRB Nacional), me disse: Henrique, nós religiosos, gostamos de teorizar sobre nossa vida, através de belos discursos, palavras edificantes, e propostas atraentes. Mas, atenção, quase sempre a práxis desmente a “verdade” de nossas racionalizações. Sejamos mais humildes e modestos e, sobretudo, evangelicamente mais autênticos. É a simplicidade e a veracidade de nosso ser e agir que

convencem nossos contemporâneos e são elas também que dão credibilidade à nossa opção de vida.

Não foi exatamente com essas mesmas palavras que Marcello se expressou, mas refletem indubitavelmente o teor de sua advertência, que hoje adquire uma surpreendente atualidade. Quantos consagrados e consagradas (2024) não falam incessantemente de “visibilidade” da VRC, através de intermináveis “mensagens” e imagens na internet, transmitindo uma visão da vida consagrada que nem de longe corresponde à realidade! No entanto, o valor autêntico da VRC manifesta-se pelo próprio SER do/a consagrado/a, como, aliás, já afirmaram os bispos no Concílio Vaticano II: “Lembrem-se os religiosos de que o exemplo da própria vida é a melhor recomendação de seu instituto e o mais eficaz convite para alguém abraçar a vida religiosa” (Decreto *Perfectae Caritatis*, n. 24).

Nova turma: Abril de 2025 | Vagas limitadas

PÓS-GRADUAÇÃO EM VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA E PRESBITERAL

Aulas online e ao vivo
Todas as terças-feiras à noite

Mais informações: (41) 3222-7716

Inscrições pelo site:

www.faculdadevicentina.com.br
ou escaneando o QR Code abaixo.



Não perca essa oportunidade de crescimento
e desenvolvimento em sua caminhada religiosa!



MUITO CORPO EM BUSCA DE ALMA: O KAIRÓS FUNDACIONAL DA CRB EM 1954.

Frei Luiz Carlos Susin OFM Cap¹

Resumo: O artigo busca compreender, através dos acontecimentos que marcaram os 70 anos da Conferência dos Religiosos e Religiosas do Brasil, quais as dinâmicas eclesiológicas subjacentes e impulsionadoras de seu desenvolvimento. O contexto de nascimento da Conferência é o da crise da Cristandade que tem seu desfecho na emergência da Eclesiologia do Povo de Deus que exigiu uma mudança na própria compreensão da VRC. Mudança que, segundo o autor, ainda não chegou à sua plena realização. Esta acontecerá quando os religiosos e religiosas colocarem em diálogo as intenções fundamentais do Concílio com as novas realidades que lhes cabem hoje, e no tempo futuro, viver.

Palavras-chave: Vida Religiosa Consagrada. Igreja. Vaticano II. Modernidades. Renovação.

Introdução

O velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros.

(Antônio Gramsci)

A fundação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) foi um evento de nascividade que começou a dividir em “antes” e “depois” a história da Vida Religiosa Consagrada (VRC) no Brasil. Para

¹ Frade Menor Capuchinho da Província do Rio Grande do Sul. Doutor em Teologia. Professor na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF – Porto Alegre) e PUCRS (Porto Alegre). Membro da Equipe Interdisciplinar da CRB Nacional. Endereço para contato: lcsusin@puers.edu.br

compreender o seu significado, convém pensar o tempo como *Chronos* e *Kairós* numa adequada introdução sobre o *modo* de leitura daquele evento. Foi no ano de 1954, oito anos antes do Concílio Vaticano II.

Deste lado do oceano não se podia suspeitar minimamente do grande acontecimento conciliar que estava por vir, do *Kairós* maior da Igreja latina depois do Concílio de Trento, o maior evento da Igreja Católica na modernidade, o Concílio Vaticano II. Aliás, mesmo na velha cristandade da Europa não se suspeitava de um “Papa Buono” – João XXIII – que iria suceder Pio XII e iria conclamar um Concílio! No entanto, em torno do ano de 1954 um projeto de Igreja se esgotava, inclusive no Brasil: o projeto romanizante da “era *piana*”, que não dava mais conta da realidade seja *ad extra ecclesiae* seja *ad intra ecclesiae*. A fundação da CRB apareceu num horizonte cinza e paisagem desbotada como João Batista no deserto, chamado a preparar o que nem ele sabia ainda direito. Só depois, quando tudo começou a acontecer, e sobretudo só depois do acontecido e de seus primeiros frutos, foi possível avaliar o significado real daquele começo. É o que aqui se reflete, justamente nessa ordem, o antes e o depois, para avaliar o significado da fundação da CRB há 70 anos.

Um Evento que transfigura o acontecimento em *Kairós* na cronologia dos tempos

Chronos e *Kairós* não são dois tempos, são dois *modos* do tempo! Podemos distingui-los, mas não os separar. *Kairós* acontece, se dá, em *Chronos*. Assim como não há duas histórias, uma história do mundo e uma história da salvação, e assim como não há dois mundos, um natural e outro sobrenatural, também não há dois tempos.

O tempo de fundação e da história da CRB pode ser recuperado na cronologia, em uma crônica linear, costurada por causas e efeitos, permeada de contextos e protagonistas, de criação, de institucionalização e de reformas e novas criações, de épocas de grande intensidade e de períodos tecidos de rotinas cotidianas. Uma narrativa cronológica é necessária, mas permanecer nela seria apenas a exumação de um morto. Se o tempo não fosse escandido por *Kairoi*, tempos especiais e únicos cada vez, marcados pela transfiguração dos acontecimentos em *eventos*, em *Mistérios* de revelação, de fé e de eficácia de salvação, em decisivos saltos de qualidade na cronologia do tempo que escorre, então seu destino seria a morte, pois Cronos acabaria, como na

mitologia grega, devorando seus próprios filhos. E a lembrança do passado, além de mera exumação, seria masoquista, exercício de um saudosismo paralisante e necrófilo, matando até o que poderia se inspirar no passado para nascer melhor num porvir.

No entanto, não somos apenas filhos e filhas de *Chronos*, dos dentes roedores do tempo que mata e devora. Somos sobretudo tabernáculos do Espírito e da Encarnação, e podemos nos abrir à plenitude dos tempos que se antecipa e se escande em eventos excepcionais, como o sábado judaico antecipa na finalização de cada semana o tempo da plenitude messiânica.

A aproximação do *Kairós*, tal como a plenitude da gestação e o sintoma do trabalho de parto, é referência explícita, em Marcos 1, 14, ao Reino de Deus que marcou a história em “antes” e “depois” como uma história de salvação. E pode ser dito da Igreja, povo pecador na carne que *Chronos* devora, mas santificado na santidade do Espírito que torna nossa cronologia sobre a terra uma *kairologia*, um caminho de salvação e de santidade. E pode ser dito aqui da VRC e suas dramáticas etapas na história do cristianismo.

É nesse sentido que uma cronologia atenta aos *kairoi* que marcam os tempos, pode se tornar uma memória profética, recordação de um passado grávido de futuro, um nascimento que, de evento em evento, terá sua plenitude diante e não atrás de nós. É essa memória profética da CRB que nos interessa aqui, tempo grávido de promessa, horizonte de orientação do presente e mesmo do passado em direção ao que há de vir.

Há, no passado, acontecimentos que não valem a pena ser lembrados – e nem devem ser lembrados – para não acontecer que, olhando para trás, nos tornemos estátuas de sal como a mulher de Lot. No *stress pós-traumático* do exílio na Babilônia, o profeta é taxativo: “Não recordeis os acontecimentos de outrora nem presteis atenção aos eventos do passado. Eis que faço uma coisa nova! Já está despontando, não a percebeis?” (Is 43, 18-19). Portanto, nosso olhar para o passado e nossa interpretação dos acontecimentos são necessariamente seletivos, nem saudosistas e nem traumatizantes, mas memórias de um horizonte grávido de futuro que dá esperança e não luto ou nostalgia.

A Conferência dos Religiosos do Brasil no seio de um projeto que se esgota...

Em torno de 1954 não há aparentemente acontecimentos que chamem nossa atenção, a não ser a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dois anos antes, em 1952. Tudo acontece no Rio de Janeiro, capital do Brasil, onde o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara tem como seu braço direito o bispo auxiliar Dom Helder Câmara. A ideia, porém, de criar uma conferência que reúna Ordens e Congregações no Brasil não surge de algum carismático líder religioso, mas da burocracia romana. O próprio Dom Helder Câmara, figura articuladora da fundação da CNBB e incentivadora da fundação da CRB, não era ainda o profeta vigoroso que, segundo suas palavras, foi sendo moldado por suas muitas conversões.

Em sua ata de fundação, na data oficial de 11 de fevereiro de 1954, festa de Nossa Senhora de Lourdes, a Imaculada Conceição, renunciando a declaração solene do dogma da Assunção naquele ano, durante um concorrido con-

gresso de religiosas e religiosos, de 07 a 13 daquele mês, consta das decisões do dia anterior a seguinte finalidade da CRB: “Coordenação e articulação das diversas comunidades religiosas, estudo de problemas e criação de serviços de interesse comum, visando colaboração mútua eficaz”.³ Seu primeiro presidente foi o abade do Mosteiro de São Bento, do Rio, Dom Martinho Michle, de certo modo um presidente de honra, pois todo o peso da organização recaiu sobre o secretário geral, Padre Irineu Leopoldo de Souza, salesiano. Na apreciação de Irma Carmelita de Freitas, algum tempo depois, este primeiro secretário geral foi um homem de grande visão e capacidade de organização, eminentemente um administrador. Permaneceu no cargo por seis anos. Segundo palavras do próprio secretário, a CRB devia ter dois rumos claros, como “duas asas” para decolar: O primeiro era, em suas palavras, “puramente” religioso. O segundo, também em suas realísticas palavras, “o setor temporal, terreno e material”.

³ Informações históricas sobre todo o percurso da CRB podem ser encontradas com mais detalhes nos textos de *frater* Henrique Cristiano José de Mattos publicados nos n. 245, 246, 247 (2023) da Revista Convergência e no artigo acima neste mesmo número.

Quanto ao primeiro objetivo, a CRB promoveu dois anos depois um segundo congresso com a concorrência de 3.000 religiosas e religiosos, sendo 2.500 irmãs, tratando de vida espiritual e apostolado.⁴ Na estruturação da CRB, o lema inicial foi este: “primeiro fazer, depois legislar”. De fato, o estatuto inicial consta de apenas 14 artigos. Desde sua primeira sede, junto ao Colégio Santa Úrsula, foram criados oito departamentos: 1. Jurídico; 2. Estatística – gérmen do CERIS, Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, em parceria com a CNBB; 3. Educação e Ensino, em colaboração com a já dinâmica AEC, Associação de Escolas Católicas, fundada em 1945, hoje ANEC; 4. Catecismo – que evoluiu depois para ISPAC, Instituto Superior de Pastoral Catequética; 5. Assistência à saúde, em parceria com a União de Religiosas Enfermeiras do Brasil; 6. Serviço de Assistência Social; 7. Obras diversas – sem especificações; 8. Missões populares, que se tornaria em seguida Departamento de Pastoral. Assim a CRB começou. Nem se cogitou em criar duas instituições, uma CRB para mulheres e outra para homens, como depois

aconteceu em diversos outros países. Aqui foi necessário resistir à orientação que vinha do Dicastério romano para a VRC para que separasse em duas conferências. E com o tempo essa resistência se mostrou sábia e fecunda.

O segundo objetivo, porém, foi a “asa” que mais cresceu. A ponto de desequilibrar seriamente. Com uma visão prática e empresarial, segundo a apreciação de Irmã Carmelita de Freitas, o secretário levou a sério a criação de serviços de interesse comum, ou seja, de interesse das obras, muito especialmente das muitas escolas, e das províncias das congregações associadas à CRB. Com a divulgação do lema “Na união, todas as vantagens”, foi se imprimindo à CRB um estilo de cooperativismo comercial, como mediadora de compras de materiais para escolas, hospitais e instituições religiosas em geral, compra de carros, enfim prestadora de serviços mais econômicos para as obras das Congregações, a ponto de alugar lojas para estoque de mercadorias. Costuraram-se convênios com agências de viagens para que os religiosos, muitos deles missionários vindos da Europa, tivessem cabines exclusivas e mais baratas em navios para suas viagens missionárias ou de retorno à Europa.

⁴ Examinando a proporção de gênero na VRC, tanto em micro como em macro, a constatação é normalmente a mesma: de cada quatro, três são mulheres.

Até que, crescendo sem rigor fiscal, já na década de sessenta, esta asa hipertrofiada se partiu, quase implodiu a CRB, e obrigou seu novo presidente, a grande figura espiritual e intelectual do Pe. Marcello de Azevedo, jesuíta, a passar humildemente o chapéu. Foi então que a CRB decidiu trilhar “puramente”, ou melhor dizendo, centralmente, o primeiro objetivo, o religioso, que, afinal, está em seu nome, Conferência de “Religiosos”. Talvez alguém olhe para este dramático e humilhante episódio como uma anomalia impossível de se entender. No entanto, tem toda lógica, foi o rebote final de um modelo de Vida Religiosa que tinha se esgotado, calcado sobre o pilar e a centralidade das obras, da instituição. Basta considerar que em meados dos anos cinquenta, 70% do ensino médio brasileiro ainda estava nas mãos de congregações religiosas! Quanto a hospitais, mesmo não sendo de propriedade das congregações, eram atendidos em sua quase totalidade por irmãs. Se incluirmos asilos e orfanatos, a Ação Social, o que hoje se chama “terceiro setor”, as instituições pedagógicas, sanitárias e de assistência social estavam maciçamente em mãos das congregações religiosas. Pode-se até afirmar que a *opção preferencial pelos pobres* tinha o selo das instituições ou obras das congregações.

Porque então o modelo estaria esgotado, como afirmam diversos estudiosos? E por que a opção preferencial pelos pobres foi tão veementemente invocada nem duas décadas depois como se não tivesse acontecido antes? É necessário fazer nossa cronologia rodar para trás, até a segunda metade do século XIX e examinar resumidamente um século inteiro do que se convencionou chamar de “modelo romanizante” da Igreja católica e, nela, da Vida Religiosa Consagrada, especialmente das Congregações missionárias - ou também “ativas”, em contraposição às Ordens Contemplativas.

Para nosso assunto, bastam dois parágrafos: a era “piana”, que se estende de Pio IX a Pio XII, foi particularmente difícil para a Igreja que tinha se oposto decididamente ao movimento intelectual do Iluminismo do século anterior. No século XIX desenvolveram-se diferentes tendências nas sociedades europeias, algumas *ultra-iluministas* e outras *pós-iluministas*, como, por um lado, o positivismo que se tornou religião racional, e, por outro lado, o romantismo que se tornou religião devocional. Com o redesenho das nações à medida que a democracia e o republicanismo avançavam, as tensões nacionalistas, também no interior da própria Igreja, sobretudo do clero e

de elites ilustradas, afetavam as relações com Roma. O galicanismo ficou sendo o paradigma, mas isso se verificou no império austríaco, na Alemanha de Bismarck e até num certo “americanismo” dos EUA. A Igreja romana reagia com sua postura contrarreformista, e barroca do século XVII pré-iluminista, que poderia ser denominada também antinacionalista e antirrepublicana e contava com lideranças ultramontanas (para além dos Alpes) nos ditos “países católicos”.

Em outras palavras: contra a modernização da sociedade, a postura da Igreja hierárquica foi uma postura antimoderna. Na Bélgica os párocos de aldeias se queixaram da chegada do trem, pois iria trazer ideias novas e perigosas ao seu rebanho. E nas aldeias sobre as encostas dos Alpes os pais ensinavam aos filhos que nas cidades dos vales vagueava o diabo: no ar da cidade se respiraria a libertinagem. Mas o dique contra uma sociedade que se autonomizava, que se horizontalizava e se democratizava, parecia se romper. E Roma, mais uma vez, como nos tempos da Reforma Gregoriana do começo do segundo milênio, procurou centralizar e normatizar fortemente o governo de si mesma. Tendo perdido os Estados Pontifícios, assentou-se no terreno da doutrina, fortale-

cendo o magistério pontifício, favorecendo a fundação de instituições de estudos e de cúrias gerais situadas em Roma, com vigoroso sentido de hierarquia, de direitos da Igreja como sociedade perfeita e modelo para o mundo, de confronto com a mentalidade moderna secular e autônoma.

Tratava-se, pois, de construir uma “nova cristandade”, com novos recursos intelectuais e institucionais, de forma mais global. Por um lado, as Ordens e congregações religiosas, com esta formação “ultramontana” eram dificultadas em alguns países europeus, e por outro lado, Roma e seus Dicastérios precisavam braços longos e missionários para abraçar melhor o mundo. No final do século XIX e começo do século XX incentivou uma onda missionária em direção às Américas, à África e à Ásia. As Ordens e congregações portaram consigo uma identidade eclesial forte, baseada no “sonho das duas colunas” de Dom Bosco, um ideário espiritual e apostólico também chamado de “três brancuras”: 1. O Santo Padre o Papa e seu rigoroso magistério; 2. Nossa Senhora, em seus múltiplos títulos; 3. O Santíssimo Sacramento, com o exercício da confissão e da comunhão. As três brancuras eram entrelaçadas e temperadas com novas devoções. Por exemplo, o Sagrado Coração

de Jesus, um coração eucarístico que pedia confissão e comunhão, reparação e apostolado da oração, assim como Nossa Senhora pedia o rosário e Filhas de Maria.

O reflexo se fez sentir enormemente no Brasil. Primeiro com a *questão religiosa* no segundo império. Com a queda do império, soltaram-se as amarras da Igreja ao Estado brasileiro e aos limites impostos pelo padroado decadente. O que era para ser, na aspiração dos republicanos, a agonia da Igreja abandonada a si mesma, se tornou oportunidade de superar o padroado e implantar no Brasil o projeto romanizante com liberdade e em plenitude. Os religiosos, sofrendo limites em alguns países da Europa, gozariam aqui de espaço para a missão e o crescimento, e seriam os protagonistas do projeto romanizante. E deu muito certo. Em quarenta anos, de 1890 a 1930, ingressaram no Brasil, 37 novas ordens e congregações religiosas *masculinas*, dentre as quais 12 provenientes da Itália, 11 da França, quatro da Holanda e quatro da Alemanha, e 97 *congregações femininas*, dentre elas 29 de origem francesa e 24 italianas (ZUGNO, 2022, p. 37, nota 75). Nesses *gloriosos* 40 anos, o total de Ordens e congregações masculinas e femininas foi de 134 institutos, algo excepcional e praticamente irrepetível! Em 1930,

277 instituições de ensino católicas atendiam 80% dos estudantes secundários (MOURA, 2000, p. 99-114, 100-130).

Esta chegada massiva, somada às fundações brasileiras que se seguiram, encontraram sobretudo no Sul e no Sudeste do Brasil as recentes migrações europeias de tradição católica. Além da energia para construir um mundo novo, essas migrações, em grande parte rurais, já vieram mais ou menos formatadas pelo modelo eclesial tridentino. Por isso as “três brancuras” e as devoções modernas – por exemplo, as novas aparições marianas na Europa - não lhes eram estranhas. Em consequência, num curto prazo de cinquenta anos aconteceu um verdadeiro *boom* vocacional, um crescimento agigantado, simplesmente fora da curva - até para dar conta de uma boa formação.

Para ilustrar melhor com números, em meados da década de cinquenta um censo inicial da CRB indicava aproximadamente 36.000 religiosos, uma porção deles missionários vindos da Europa e depois da América do Norte, mas a grande parte fruto destes cinquenta anos em terra brasileira de migração recente, um número extraordinário em tão pouco tempo. Pertenciam a 183 institutos femininos e 72 masculinos, num total de 255. Em detalhe e

em números redondos: 26.000 irmãs, 3.000 irmãos, 6.910 religiosos padres. (MOURA, 2000, p. 99 e 114).

Duas observações cabem aqui: 1. As estatísticas mostram uma constante em matéria de gênero. De cada quatro, três são irmãs. E entre os homens, 70% são padres, uma porcentagem com tendência a aumentar nas décadas seguintes. O lema de Pio XII surtiu efeito: “A maior glória de uma família é ter um filho padre!” Ao projeto romanizante de nova cristandade, de fato, interessava em primeiro lugar, também entre os religiosos homens, ter clero, garantir a hierarquia. Inclusive nessa década de cinquenta Pio XII lançou o projeto de padres *fidei donum* para incentivar padres diocesanos a serem missionários. Mesmo assim, chega-se aos anos de 1960 com um clero de religiosos bem mais numeroso do que o clero secular. E em ambos os cleros os missionários ainda eram em número maior do que os nativos. Já entre os nativos, meninos e meninas ingressantes em seminários, aspirantados, juvenatos, eram na sua quase totalidade originárias de famílias rurais. O crescimento gigantesco e rápido exigiu de religiosos e religiosas enormes construções tanto para a formação como para as obras, e assim os patrimônios cresceram

também rapidamente. Justamente este crescimento agigantado será parte da crise, do esgotamento e dos problemas de formação e de gestão décadas depois. A partir dos anos sessenta acelera-se uma grande mudança de época, e não por culpa ou por causa do Concílio.

Para o esgotamento do projeto romanizante concorreram diversos fatores de ordem social e eclesial. Vamos nos deter somente ao Brasil. Desde as políticas de Getúlio Vargas, o êxodo rural e o crescimento do operariado urbano não pararam de crescer. De Getúlio a Juscelino Kubitschek desencadeou-se um processo de desenvolvimento e modernização da sociedade. Na cidade as famílias começaram a modificar: mais isoladas, menos filhos e menos tradições, mais distanciamento de gerações. Mais conhecimento, mais modernidade, mais autonomia significam menos submissão, menos hierarquia, menos massificação. Em seu estudo sobre o clero brasileiro, o americano brasilianista Kenneth Serbin (2008), da Universidade de San Diego, Califórnia, há uma atenção especial para este período. O pesquisador não distingue entre padres religiosos ou diocesanos, até porque não percebia grande diferença, e frequentemente alude também às religiosas. O que se conclui de

seus estudos bem detalhados é que o modelo de vida apresentado em termos vocacionais perdia relevância na sociedade, e, do ponto de vista humano, não tinha formado pessoas que atingissem razoável maturidade humana, mas verdadeiros insumos institucionais, recursos humanos formados em massa que eram moldados inteiramente para as funções institucionais, o que em psicologia se pode chamar de institucionalização da subjetividade.

A perda de relevância, sobretudo nas cidades de médio e grande porte, se dava também pela crescente gerência de instituições seculares fazendo os mesmos trabalhos dos religiosos, e pelo avanço gradativo do ensino, da comunicação, dos comportamentos mais leigos e seculares, com o correspondente distanciamento em relação ao poder hierárquico da Igreja. Já internamente, nas instituições religiosas, as questões das subjetividades mal resolvidas pela formação, a perda de sentido da missão que se reduzia a uma função institucional, ou seja, o “retorno do recalçado” e a “desinstitucionalização” das subjetividades, acarretou uma onda de crise crescente que, na ordem posta por Serbin em seu estudo, em primeiro lugar foi uma crise de autoridade, pois a relação com o poder hierárquico começou a

ser disfuncional e até rebelde; em segundo lugar, o que ele chamou, em muitos casos biográficos, de “explosão sexual”, resultante de uma inadequada formação quanto aos aspectos afetivos, emocionais e sexuais, todos sob o rótulo de “proibido”, postos debaixo do tapete como se não existissem. Em terceiro lugar, o drama cultural, a dificuldade insustentável de passar da cultura rural de origem para a cultura urbana e da cultura nativa para a cultura dos missionários a que os nativos eram submetidos, o que gerava um estranhamento doloroso em relação ao ambiente de origem, sobretudo à própria família.

Um problema crucial no *boom* de crescimento dos anos 40 a 60 é o que poderíamos chamar, tomando a expressão da explosão de nascimentos após a Segunda Guerra na Europa, de “*baby boom* de Ordens e Congregações”, com uma proporção muito alta de formandos e formandas em confronto com membros já professos, o que, segundo as análises posteriores, desequilibrou e impediu uma boa assimilação do carisma e do modo de vive-lo. Quem foi formado nessa massificação acabou exposto sem defesas à crise de esgotamento do modelo. A recomendação de estudos dessa crise é de que não se devia passar de 30% de formandos em relação a quem

já é professo perpetuamente. Na época algumas congregações chegaram a 60 e até 70%. A vontade de crescer institucionalmente não deu conta de ajudar as pessoas a crescerem.⁵

Para apimentar a situação crítica, segundo o mesmo Serbin, com o golpe militar de 1964, que não foi só militar, mas contou com apoio de organizações civis e também de Igrejas e boa parte da hierarquia católica, religiosos mais jovens vivendo o drama da crise de poder hierárquico, de expressão afetiva, de questões culturais, abraçaram em número expressivo a oposição à ditadura, o que agravou a crise de autoridade internamente e a divisão na própria hierarquia de poderes das congregações, assim como dos bispos.

Resumo da ópera: a queda foi paradigmática, queda de todo o modelo - da liturgia em latim, das bibliotecas escolásticas, das roupas monacais, das relações hierárquicas, das relações e funções de serviços internos entre, por exemplo, irmãs *coristas* e irmãs *conversas*, ou entre padres e irmãos leigos de uma mesma con-

gregação. Era a morte anunciada e o luto com lamentos e golpes de cena pelo modelo em decomposição. No final dos anos sessenta começa uma curva para baixo inevitável, o decrescimento e o lento envelhecimento. Menos algumas bolhas de grupos mais recentes fundados na Europa que chegaram mais tarde e mantiveram o modelo ou elementos essenciais dele em pé com alguma modernização, mas que já não entram propriamente na arena de Ordens e Congregações. Foram chamados de “novos movimentos” ou “novas comunidades”, mas quando se examina de perto, são modernizações dos elementos da neocris-tandade, e no futuro se verá se não estão repetindo como “farsa” o que historicamente aconteceu como “tragédia”. As Ordens e Congregações estavam, na verdade, se interrogando, revisando e reconhecendo suas lacunas, e “pedindo água”. E chegou o Concílio com águas frescas das fontes e da liberdade de *aggiornamento*. Mas isso é para depois da fundação da CRB. Como se explica, então que a CRB surgiu quando triunfavam os vibrantes e grandiosos elementos institucionais do modelo pré-conciliar?

⁵ Foi o caso de minha província, os capuchinhos da serra gaúcha. Em 1948 a província contava com 176 membros. Vinte anos depois, em 1968, contava com 428 membros. E daí em diante houve desistência em massa. Foi um caso que mereceu um estudo por parte do Governo Geral.

A CRB na gestação de um projeto que ainda não se via, porque ainda estava por nascer

Para compreender o quanto de *Kairós* significa a fundação da CRB precedendo o Concílio, rolamos a cronologia mais para trás, em plena Idade Média. Uma figura genial e controversa do começo do segundo milênio, que influenciou tanto os movimentos pauper-tários dos séculos seguintes, como as utopias do Renascimento, a reforma protestante, a filosofia moderna, foi o abade cisterciense Joaquim de Fiori, vocação tardia de um intelectual sedento de radicalidade. Ele retomou o sentido da história e de suas etapas no desígnio de Deus – o que há de *Kairós* no *Chronos*. A teologia da história, o seu sentido salvífico, já tinha sido ensinado por alguns padres da Igreja mas tinha sido esquecido e substituído por um esquema simplista entre o tempo do mundo e a eternidade, de fundo platônico. Na concepção platonizante o que conta, numa espiritualidade, é a eternidade imóvel, sobrenatural, em detrimento deste mundo e deste tempo fugaz. Portanto, desvalorização da história, cujo único sentido é o da redenção e santificação da alma devotada à eternidade, uma espiritualidade

de *abstentio et fuga mundi*, como se aqui devêssemos apenas suportar a mortalidade do *cronos*, sem esperança de um *Kairós* histórico.

A própria vida religiosa pagou um tributo caro a essa desencarnação da espiritualidade. Joaquim de Fiori, ao invés, buscou mostrar que há uma revelação progressiva que cria a história e tem consequências no modo de viver e de valorizar a história, onde se compaginam eventos como *Kairós* no escorrimento mortal da cronologia, do *Chronos* devorando suas criações. Não vamos aqui explorar toda a sua teologia da história com sua interpretação da Escritura. Mas vamos reter um elemento sempre de novo reaproveitado nos movimentos joaquimitas que se seguiram mesmo de forma secularizada como a modernidade, e que interessa no caso da fundação da CRB. Trata-se do dinamismo de gestação e de crescimento até a plena frutificação de cada etapa e finalmente seu declínio e sua decadência. O cerne da lição é este: quando uma idade do mundo chega à sua plenitude como exteriorização, ali mesmo começa o seu declínio, e então na interioridade escondida, nos porões ou nas periferias imperceptíveis, invisíveis a quem se identifica com o triunfo da idade chegada a certo esplendor, começa a ser gestada a idade seguinte. Segundo Hegel, seguin-

do o esquema de Joaquim de Fiori, nos porões da Idade Média já se moviam os elementos que começavam a gestar a Idade Nova, a Modernidade. Talvez possamos constatar que nos porões da Modernidade agora em declínio, vem se gestando a Idade Planetária, que ainda não sabemos bem o que será, mas que ou será “planetária” ou não será mais nada, apenas uma pós-modernidade que vai perdendo sua alma. E nisso estão as religiões, como intui o Papa Francisco no último capítulo da *Fratelli Tutti*.

Em escala menor, aplicando agora ao nosso caso, a CRB: enquanto o modelo de neocristandade pelo qual a Igreja lutou tanto contra a modernidade durante a era *piana*, em um século inteiro de grandes esforços de concentração romana, e justamente quando conseguiu em seu seio um *boom* vocacional absolutamente irrepetível, quando se dedicou a grandes obras institucionais, e ao mesmo tempo começava a declinar como um elefante impossível de ser superalimentado, quando veio à tona suas debilidades no abuso de poder hierárquico e no recalque das subjetividades, pois então dos seus porões começou um movimento de gestação do que ainda não se podia saber, do que ainda não tinha nascido e por isso não tinha aparecido.

A fundação da CRB é um desses movimentos que só mais tarde se pode avaliar corretamente, olhando pelo retrovisor da história, com os olhos do novo modelo nascido, ajudado decisivamente pelo Concílio, aparecido à luz do sol com o novo caminho da Igreja na América Latina e no Brasil. No momento de sua fundação, em 1954, só Deus em seu desígnio sabia o que iria desempenhar aquele movimento que não apresentava novidade substancial. Ao contrário, se pode dizer que na sua fundação ainda havia interesse de segurar firme um modelo que já estava se arruinando de diversas maneiras. Na verdade, pode-se até encontrar uma certa ambiguidade nas exortações de Pio XII para o Congresso Internacional de Religiosos acontecido em Roma no Ano Santo de 1950, um dos acontecimentos inspiradores da fundação da CRB. Pio XII é considerado o último bastião do projeto declinante, e sua carta encíclica *Humanae Generis* daquele ano foi a última prova de refutação praticamente em bloco dos resultados da ciência quanto à teoria geral da evolução. Mas ao congresso de religiosos, referindo-se ao Dogma da Assunção declarado naquele ano, ele o toma como “motivação para os estados de perfeição, acomodada aos tempos e condições presentes” (MATTOS, 2023a, p. 11).

O texto final daquele congresso de 1950 diz mais: “Nossa renovação adaptada deve ser tal que nos leve, com fidelidade filial, a fazer, em ascética, em formação e em apostolado, tudo aquilo que nossos santos fundadores, precursores em seus tempos, generosos e audazes, teriam feito e fariam, se voltassem a se colocar à frente de nosso Instituto” (MATTOS, 2023a, p. 11).

É então que, a partir de 1952, Roma incentiva congressos nacionais de religiosos para unir forças com finalidade apostólica, dentre os quais o de 1954, que resultou na fundação da CRB, que já abordamos. Mas se tratava sobretudo de erigir com isso um verdadeiro “dique contra o inimigo”. Assim se pode compreender a intervenção do Prefeito do Dicastério para a Vida Religiosa quando de sua vinda em pessoa a uma das primeiras assembleias da CRB: por um lado, somar energias para ser mais fortes diante de um mundo cheio de ameaças, e por outro lado incentivo à revisão e à criatividade com renovado apostolado e vigorosa espiritualidade. No entanto seria o Concílio, afinal, por seu espírito global de renovação profunda, a parteira que ajudou a vir à luz o que estava sendo gestado de forma escondida. Afirma-se que não haveria eficácia do Concílio se não houvesse antes uma

série de movimentos que concorreram para ele – o bíblico, o patristico, o teológico, o ecumênico. Mas devemos acrescentar, com honestidade histórica, também o movimento da Vida Religiosa em novas frentes de missão, ao lado da Ação Católica e dos Padres Operários, dos quais boa porção eram religiosos.

Examinando em alguns detalhes, Kenneth Serbin, já mencionado aqui, mostra de forma convincente que antes do surgimento da Teologia da Libertação entre nós, houve uma revolução cheia de tensões e conflitos a partir de padres, em sua maioria religiosos, como também de irmãs e irmãos, e que mais tarde se espalhou para seminaristas e junioristas em diferentes etapas de formação, que ele chama – até porque há documentos com esse nome – de “psicologia da libertação”. A bem da verdade, esse nome ficou praticamente circunscrito a uma instituição fundada no Rio de Janeiro que queria levar a psicoterapia para a população pobre. Mas começou na década de cinquenta e se desenvolveu na década de sessenta, tendo como núcleo de irradiação o curso *Christus Sacerdos*, fundado em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, por um jesuíta húngaro, o Pe. Géza Koevecses. Apoiado na teoria psicanalítica de Caruso, um psicanalista russo que, contrário

à psicanálise freudiana, defendia a abertura à transcendência do psiquismo humano como traço autêntico e fundamental do psiquismo, o Pe. Géza uniu direção espiritual com psicanálise. E também exercícios espirituais com elementos de psicanálise. É apaixonante acompanhar a história, os conflitos com prós e contras de bispos, provinciais e formadores, e os frutos desse movimento que destampou e colocou sobre a mesa o mundo interior dos religiosos naqueles anos, quando ainda não tínhamos ideia do *aggiornamento* conciliar. A revista da CRB, fundada antes do Concílio, testemunha as aspirações e movimentos intrauterinos a que o Concílio deu selo de qualidade e permitiu vir à luz. Vamos sublinhar algumas: 1. Uma vida em comunidades menores, de tal forma que se tornasse uma vida com mais espontaneidade, sobretudo nas relações intersubjetivas. 2. Uma maior aproximação à vida comum do povo, o que exigia renunciar às tantas formalidades e regras nas quais se engessavam os religiosos. 3. Uma espiritualidade mais aderente à vida real, com textos em língua vernácula. Pode parecer café pequeno depois de setenta anos. Mas os grandes começam em pequenos fios d'água, geralmente escondidos entre pedras.

Alma em busca de corpo? O que podemos aprender do *Kairós* fundacional da CRB para hoje?

É útil finalizar com algumas lições dos primeiros anos da CRB que permanecem preciosas, que hoje podemos reconhecer como um sinal dos tempos. A primeira delas, a mais alta, foi de ordem teológica e espiritual: a teologia da vida religiosa, que antes a exaltava como um estado de perfeição pela profissão dos conselhos evangélicos e um caminho privilegiado de santidade na forma de práticas devocionais realizadas quase mecanicamente, se manifestou naquele período com traços ideológicos de certo narcisismo e certo elitismo espiritual em confronto com a massa mais ou menos medíocre de cristãos. O caminho em direção ao Concílio, com suas crises e suas buscas, permitiu elaborar uma nova teologia da santidade, expressa na *Lumen Gentium* V e VI: a santidade não é um privilégio de uma casta posta em estado de perfeição acima dos demais cristãos, assim como os religiosos não são um estado intermediário entre hierarquia e leigos. A santidade é vocação universal, processo vital de todos os cristãos, vocação essencial ao Povo de Deus. Mais radicalmente, a *Gaudium et*

Spes 22, ao afirmar que o Verbo na carne humana é quem decifra todo ser humano para si mesmo, implicitamente amplia a vocação à santidade como uma dimensão humana universal. Os religiosos consagrados, no seio da Igreja, justamente pelas três feridas destinadas a se tornarem três pérolas antecipadas do Reino de Deus – os “conselhos evangélicos” ou simplesmente os votos – *pertencem intimamente à santidade da Igreja* (LG 44). Poder-se-ia assim afirmar que a VRC é *vocacionada a se tornar um sacramento – um sinal eficaz – da santidade que é vocação universal*.

Uma segunda lição, começada no desconforto das subjetividades embutidas na formalidade da vida regular, e que foi recolhida na *Perfectae Caritatis*, é a metodologia que permitiu a passagem de um modelo de Vida Religiosa Consagrada para outro menos formal e mais substancial: Por um lado, a volta às águas refrescantes da dupla fonte, o Evangelho e a inspiração carismática dos fundadores, o que possibilitou a espiritualidade abandonar um devocionismo bastante formal para se centrar na Palavra de Deus e na autoridade biográfica dos fundadores. Por outro lado, o *aggiornamento*, que se daria segundo a oferta de testemunho legível, transparente e eficaz, de vida dedicada à evange-

lização e à pastoralidade da Igreja, o que permitiu descongelar-se do espaço das grandes obras institucionais e criar novas frentes de missão e de vida em comunidades inseridas em meios populares.

Na América Latina colhemos com clareza os frutos amadurecidos do novo modelo. Jon Sobrino cunhou esse caminho como saída às periferias, aos desertos e às fronteiras. Não é coincidência a insistência do Papa Francisco numa Igreja em saída para periferias sociais e existenciais – Sobrino e o Papa são coirmãos. E mais uma vez se comprova a vocação da Vida Religiosa Consagrada a ser um sinal eficaz, um sacramento, para toda a Igreja. É sempre muito útil revisitar a dissertação da Ir. Delir Brunelli (1986) sob orientação de Carlos Palácio, “Profetas do Reino”: os passos a serem dados permanecem atuais: espiritualidade solidificada pela Palavra de Deus na Escritura, inserção na missão da Igreja local, encontro e discernimento do mundo contemporâneo, deslocamento para o submundo dos pobres e excluídos, sempre com uma espiritualidade de seguimento de Jesus e experiência de Deus na missão libertadora de seu Reino, com uma ousada postura profética e inclusive de martírio, confrontando perseguições e morte.

Nós já podemos, depois de setenta anos, olhar para a fundação da CRB como um *Kairós*, o marco originário sem o qual a vida religiosa consagrada no Brasil não consegue mais se imaginar. Pelo contrário, podemos contar com a memória de uma nuvem de testemunhas em todas as latitudes do Brasil, frutos plenamente maduros desse *Kairós*. Cumprindo o novo caminho aberto pelo Espírito, multiplicaram-se as comunidades inseridas em periferias populares, em frentes missionárias, nas pastorais da Igreja. Esse caminho está selado pelo martírio em diversas partes do Brasil, especialmente nas fronteiras civilizatórias, no choque entre a vida do povo e os interesses brutais do Mercado. A VRC conta com nomes de mulheres e homens santos, sacramentos da santidade a que todos são chamados.

Mas é honesto terminar com uma interrogação: se lá na fundação da CRB havia uma vida religiosa como um enorme corpo em busca de alma, um grande corpo institucional a exigir uma renovação espiritual e humana, agora não falta alma – a clara luz da Palavra de Deus, o caminho do seguimento de Jesus, o diálogo corajoso com o mundo contemporâneo, a generosa dedicação ao povo de Deus no submundo dos pobres

– mas esta alma tão clara e tão cheia de Espírito clama por corpo, por pessoas de carne e osso que de fato concretizem em suas vidas a VRC. São poucos os que abraçam hoje a VRC e nela perseveram. Seriam os “novos movimentos” e especialmente as “novas comunidades” o lugar para amadurecer o sinal eficaz, sacramental, da santidade da VRC? A objeção é que muito do que acontece nessas comunidades novas é algo que, para as Ordens e Congregações já estabelecidas, é um *déjà vu*, “já visto” anterior à renovação conciliar, inclusive com suas sérias limitações – a dureza hierárquica, o devocionalismo, o moralismo... - que decorreram em crises dolorosas.

Ou esse é o tempo de ser minoria abraâmica, de perseverança no deserto, na confiança de que Sara, embora velha, pode ainda ser mãe por graça de Deus que é fiel. A concepção e sua inicial gestação - assim nos esclareceu Joaquim de Fiori - como acontece em todo grande evento de Boa Nova, será necessariamente um *Kairós* escondido, só vislumbrado, mas quando vier à luz e finalmente nascer e crescer, compreenderemos o nosso tempo. Ainda é tempo de conceber e de gestar. Abraão e Sara riram. “Isaac”, porém, significa “riso de Deus”.

Para sentipensar em comunidade e rezar

1. Como vivemos, em nossa Ordem, Congregação ou Instituto o percurso eclesial e da VRC nestes tempos pós-conciliares?
2. Como nos sentimos, hoje, enquanto consagrados/as consagradas, na nossa relação com a Igreja?
3. Quais os nossos sonhos e esperanças para o futuro da VRC e da Igreja?

Referências

BRUNELLI, Delir. **Profetas do Reino**. Rio de Janeiro: CRB, 1986.

FRANCISCO, Papa. **Fratelli Tutti**. Carta Encíclica sobre o Cuidado da Casa Comum. São Paulo, Paulinas, 2015.

MATTOS, Henrique Cristiano de. CRB: elementos de sua memória (I). **Convergência**, Brasília, Ano LXIX, n. 545, abril-maio-junho de 2024. p. 9-23.

MOURA, Laércio D. de. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000

SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VATICANO II. Constituições, Decretos e Declarações. 26. ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

ZUGNO, Vanildo Luiz. **Frades Menores Capuchinhos no Rio Grande do Sul (1896-2021)**. Caxias do Sul, RS: São Miguel, 2022.

ESPERANÇA NA VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA.

Ir. Zuleica Silvano¹

Ir. Joilson de Souza Toledo²

Resumo: Ao celebrar 70 anos da Conferência Nacional dos/as religiosos/as do Brasil (CRB), a Vida Religiosa Consagrada é convidada, não só a trazer ao coração o que dá esperança, mas a refletir sobre o lugar da esperança em seu processo de ressignificação, numa Igreja sinodal conforme nos inspirou a 26ª AGE. Esse artigo traz um olhar sobre a esperança a partir da Bíblia e posteriormente algumas inferências da Teologia da Vida Religiosa para animar a caminhada.

Palavras-chave: Vida Religiosa. Jubileu. Esperança. Caminhada.

Esperança na Bíblia: primeiras aproximações

A esperança na Bíblia compreende duas noções: o ato da esperança (movimento) e o objeto da esperança (MIES, 2022, p. 494-495). A esperança pressu-

põe um tempo linear e orientado, e, enquanto movimento, comporta uma dupla dimensão: temporal e relacional. Em sua dimensão temporal, é “a tensão do ser para um bem futuro desejado, incerto, mas possível” (MIES, 2022, p. 494). Isso a diferencia da “espera”. A espera é certa, é o resultado

¹ Irmã Paulina. Licenciada em Filosofia e Teologia. Mestra em Ciências Bíblicas e Doutora em Teologia. Professora na FAJE (Belo Horizonte) e membro da Equipe de Assessoria Interdisciplinar da CRB Nacional. Endereço para contato: zuleica.silvano@paulinas.com.br

² Irmão Marista. Doutorando em Teologia. Membro da Equipe Interdisciplinar da CRB Nacional. Endereço para contato: mistagogo@yahoo.com.br

de algo que já foi preestabelecido. Em seu eixo relacional, a esperança pressupõe uma confiança no outro, na outra. Ao partir desses elementos, pode-se dizer que “desespero” na Bíblia assinala o “fim do tempo” e a “solidão”. O “fim do tempo” pode ser caracterizado pelo que Bauman definiu como “retrotopia” (*apud* CENCINI, 2019, p. 15), que se trata de uma tendência a olhar o passado de modo “romântico e mítico”, como uma “utopia retroativa”, buscando nele estímulo motivacional, dado que não o encontra mais na realidade presente e no futuro (CENCINI, 2019, p. 15). Pode-se dizer que seria o “saudosismo do passado”, considerando-o como melhor, dado que está fixado em algo seguro e estável, e conseqüentemente o presente não pode trazer nada de bom.

Outro sinal de “fim do tempo” é não acreditar ou temer o futuro, e olhá-lo com desconfiança. Como consequência, a pessoa não se empenha em construir uma história de esperança, nem se compromete com nada e com ninguém. Isso significa matar a profecia, dado que o profetismo é a coragem de ter esperança no futuro, ou no devir. Para o ser humano bíblico, é necessário olhar o passado com o olhar esperançoso, ou seja: o que é possível aprender dele? Quais sinais da presença de Deus pode-

-se detectar no passado? A isso denomina-se memória esperançosa que se estende a toda a história da salvação, pois é a memória que faz manter a identidade. É voltando-se para o passado que os israelitas conseguem entender suas origens, seus referenciais. Memória não é sinônimo de lembrar-se de todos os detalhes do passado e permanecer lá, pois assim se perderia o presente, mergulhados numa lembrança sem fim.

A memória recorda os sinais fundamentais de sua caminhada, daí, deriva o termo “memorial”. Memorial, na cultura judaica, é o ato de recordar um fato que se torna evento salvífico de Deus sempre renovado na história. Memorial é a atualização objetiva de uma realidade, um evento. Ao fazer memória, não se está repetindo o acontecimento, mas seu efeito, que se torna acessível a quem vive hoje. Essa definição está presente no AT, que ao utilizar a palavra “memorial”, com a raiz verbal hebraica “ZKR”, tem o sentido de representação ou reatualização do passado, que se torna eficaz e presente (Ex 12,14; 13,3.8).

De fato, quando o ato de “fazer memória” está conectado com a ação de Deus, no AT, representa uma nova intervenção divina na história (Gn 9,15; 30,22); e quando relacionada com o povo, a me-

mória traz as consequências da recordação, da lembrança, tanto relativa às promessas, quanto ao propósito da conversão e volta à fidelidade a Deus. O povo faz memória, mormente, em momento de sofrimento, o que caracterizou o exílio e o pós-exílio, mas também a experiência exodal. Ao voltar-se para suas experiências do passado, o povo encontrava esperança para prosseguir. Uma razão que fundamenta a esperança é a certeza da eficácia da Palavra de Deus, de suas promessas, de ação divina na história. Isso é importante ter presente, dado que nos documentos do Concílio Vaticano II, a Vida Religiosa Consagrada (VRC) é vista como “memória viva de Jesus na história, na Igreja”.

Outro sinal de falta de esperança, na concepção do AT em seu aspecto relacional, é a solidão, no sentido de se fechar em si mesmo e não se comprometer com aquilo que está acontecendo, o que permite falar de autorreferencialidade. Isso está ligado com o tempo presente, dado que é nele que a esperança encontra seu fundamento, porque, por mais que seja doloroso, é habitado pelas primícias do diferente, pelo penhor de algo melhor. Nesse sentido, a esperança se associa com a profecia. O profeta, a profetisa, não é quem prevê o futuro, nem o anuncia sem conexão com o presente, mas

aquele/a que sabe ler, no presente, o futuro em estado germinal.

A esperança é uma certeza que enche a pessoa, a comunidade de coragem para enfrentar os desafios, mas ela não garante que o futuro será da forma como as pessoas preestabeleceram, aí está o imprevisível da esperança. A esperança não é a resignação, do tipo, “fazer o quê? Deixa que Deus fará, assim só resta esperar”! Mas, impulsiona para construir aquilo que se deseja, como diz a definição bíblica de esperança: ela é a tensão do ser para um bem futuro desejado. Assim, surge uma primeira questão: qual é o bem futuro desejado? Quais são os sonhos dos consagrados e consagradas?

No NT, Jesus nunca é o sujeito do verbo “ter esperança” ou, aproveitando do neologismo de Paulo Freire, do verbo “esperançar”. Porém, sua oração expressa a esperança em ato. Ele anuncia o Reino presente e próximo, mas sabe que as forças do mal o levarão à morte. O anúncio do Reino desemboca no insucesso, assim Jesus é o primeiro a “esperar contra toda a esperança” (Rm 5,5). No Getsêmani, sua esperança é colocada à prova, ele é tentado a reduzi-la ao desejo de ser libertado da morte. Só supera essa tentação ao confiar no Pai. Jesus, portanto, obtém a for-

ça da própria esperança, não de um conhecimento do futuro, mas de sua relação com o Pai. O desejo de Cristo é a esperança para a humanidade, da comunhão, da partilha, do Reino de Deus (MIES, 2022, p. 497-498).

No aspecto temporal da esperança, após a encarnação do Messias Jesus, pode-se dizer que esse tempo linear e orientado se contrai, se torna “grávido” na encarnação, na paixão, na ressurreição e ascensão de Jesus, quando a humanidade entra no seio da Trindade. Dado que, em Cristo se realizam as promessas e as esperanças de seu povo, é a manifestação da consolação, da libertação de Israel. Assim, vive-se nesse tempo que expressa o “já” e o “ainda não”. Esse reino já inaugurado, cumpre-se na esperança da salvação, porém ainda não plena na terra. A salvação que transforma o ser humano ferido em transfigurado pela imagem do Filho (2Cor 3□4). Portanto, Cristo é a razão da esperança cristã (MIES, 2022, p. 497).

Para Paulo, o cerne da vida cristã é a unidade dinâmica entre esperança, fé e caridade. Pode-se também colocá-los em verbos: crer, amar e esperar, ressaltando sua dinamicidade. Elas formam um tripé, e há uma tri-implicação, ou seja: fé, caridade e

esperança não podem sobreviver separadas, e todas as vezes que na história houve essa tentativa surgiram problemas. Como diz Papa Francisco: a esperança “funda-se na fé e é alimentada pela caridade” (FRANCISCO, 2024). O que é fé? Fé não é meramente acreditar que Deus existe, nem para Paulo, nem para a VRC, mas fé é uma adesão, é crer no amor de Deus revelado em seu Filho, o Messias Jesus, em seu mistério de encarnação, em seu mistério Pascal. Qual é a relação entre fé e caridade? A caridade é a expressão da fé, é o concretizar essa fé em gestos, tornando visível o Reino de Deus. Qual é a relação entre fé e esperança? A fé fundamenta a esperança, mas se a fé é baseada na ressurreição, ou melhor, em Cristo Ressuscitado, aí está a esperança (1Cor 15), o crer na ressurreição. Mas, qual é a relação entre a caridade e a esperança? A escatologia, depois da ressurreição de Cristo, assegura a certeza do definitivo na história, por isso, esse tempo denso, pleno, esse “já e ainda não” (dimensão temporal da esperança).

Mas, há também um aspecto relacional, vinculado com a Nova Criação, a Nova Humanidade, que é retratada como comunhão. Esse ser humano pleno, ressuscitado, é aquele que viverá a profunda comunhão com Deus e com

as pessoas, e como diz a tradição paulina: com todo o mundo criado (Rm 8). Assim, a caridade é a antecipação da esperança. Mas, como isso pode acontecer no concreto? São expressas nas várias experiências missionárias realizadas pelas religiosas e religiosos. Como dizia Papa Francisco, a ação social e pastoral ou a Igreja não é uma ONG, mas “uma comunidade de pessoas encorajadas pela ação do Espírito Santo, que viveram e vivem a maravilha do encontro com Jesus Cristo e desejam compartilhar essa experiência de profunda alegria” (FRANCISCO, 2013).

Para Paulo, a fé, a esperança e a caridade, juntas, constituem a realização decisiva do ser cristão. Ao unir-se com a fé e a caridade, a esperança não é somente um sentimento etéreo, nem um esforço para salvar a alma do purgatório após a morte, mas tem uma dimensão ética. Assim, se há crise de esperança, é necessário perguntar como andam a fé e a caridade. A esperança está ligada com a dimensão histórica-escatológica e soteriológica. Mas, ao falar de escatologia, como cristãos e cristãs, não se pode reduzi-la aos eventos chamados escatológicos (céu, inferno, purgatório, juízo, ressurreição, parusia), como acontecimentos para o fim dos tempos.

Segundo Moltmann: “o cristianismo é total e visceralmente escatologia, e não só como apêndice; ele é perspectiva, tendência para a frente, e, por isso mesmo, renovação e transformação do presente” (2023, p. 26). Por isso, “nós não somos apenas os intérpretes do futuro: já somos colaboradores do futuro, cuja força, tanto da esperança como da realização, é Deus” (MOLTMANN, 1971, p. 2004). Teologicamente, o Reino de Deus, o Messianismo de Jesus são categorias escatológicas, e também a VRC, que une a dimensão histórica e meta-histórica. VRC tem sua origem, nasce da esperança de uma vida plena, abundante para todos e todas e em plenitude, na experiência da precariedade. Isso é escatologia! (FERNÁNDEZ, 2014, p. 15-16). Essa dimensão é explicitada na LG 44, ao afirmar: “A VRC manifesta já neste mundo, os bens celestes, testemunha melhor a vida nova e eterna, adquirida pela redenção de Cristo, e melhor prenuncia a ressurreição futura e a glória do reino” (LOPES, 2011, p. 131-133). Infelizmente, com o passar do tempo, essa dimensão foi pouco enfatizada; fé, caridade e esperança foram dissociadas e mudou-se o conceito de vida. De fato, já não há a noção de que o ser humano é peregrino neste mundo, há a sensação de que a vida é breve e que é neces-

sário experimentar todas as possibilidades que ela oferece.

Pouco a pouco, há o esquecimento da transcendência histórica e teológica da vida humana, torna-se difícil entender, de forma vital, em que consiste afirmar que Jesus é o Messias, em que consiste o Reino de Deus, o ser consagrada/o e, talvez, reler as dificuldades, os conflitos, os problemas à luz do Mistério Pascal, e não somente por meio dos números e das estatísticas. Há desconfiança e medo do futuro, apego ao passado, um sentimento de impotência diante da realidade. Mas, a VRC é chamada à sua vocação primeira, de pôr em relevo a dimensão escatológica da história humana, habitada pelo Espírito do Messias Ressuscitado, tendo como meta última da humanidade o Reino de Deus. É chamada a experimentar esse longo amanhecer que se iniciou com a Ressurreição, como diz a tradição paulina: “a noite está avançada e o dia se aproxima” (Rm 13,12). Um longo amanhecer e um longo despertar, confiando, na fidelidade de Deus que torna possível o que parece impossível na história. Diante desse fundamento da esperança que é Jesus e a experiência da ressurreição, motivadas/os pelo lema da CLAR “mulheres e homens da aurora”, será aprofundado o texto de Jo 20,1-20.

Jo 20 e a esperança na VRC

O capítulo 20 do Evangelho Joanino narra quatro episódios da Ressurreição de Jesus. Como intitula Martini, esse capítulo poderia ser chamado: “em busca dos sinais do ressuscitado” (MARTINI, 1990, p. 107). No NT, há vários relatos de aparição de Jesus ressuscitado, de seu julgamento, paixão e morte, e até mesmo do encontro de diferentes pessoas com Jesus Ressuscitado, mas, infelizmente, nenhuma de como foi sua ressurreição. Diferente dos outros sinóticos, João apresenta Jesus como aquele que após realizar a obra do Pai, ou realizando-a, sobe ao Pai. Esse evangelista não se contenta em afirmar que Jesus ressuscitou, que venceu a morte, mas diz que ele subiu ao Pai e que envia o Espírito, que é dom do Senhor, que subiu ao Pai. Ele ressalta o mistério do retorno ao Pai na ascensão, ou seja, toda a paixão e ressurreição, todo mistério pascal é o itinerário de volta ao Pai. A finalidade dessas narrativas é convencer os discípulos(as) e por meio deles os/as seguidores/as de Jesus, de que a cruz não foi o fim, mas sim o início do retorno ao Pai, isto é, a plenitude da glória (MARTINI, 1990, p. 108). Essa glória, ou esse glorificar o Pai, foi expresso nas ações e palavras de Jesus (boas obras), tendo

seu ápice na entrega da vida, na morte, ressurreição, ascensão e na vinda do Espírito Santo, cenas que acontecem todas no mesmo dia da Ressurreição, em Jo.

Esse texto situa-se nos anos 100 d.C., portanto, a comunidade já fizera um caminho, enfrentara as dificuldades da fé cristã, num contexto plural e de grandes perseguições em vários níveis. Jo 20 salienta o escândalo da cruz e purifica as visões deturpadas do messianismo e da salvação trazida por Jesus, o Filho de Deus; explica onde está Jesus ressuscitado, que parece ausente na vida cotidiana e resgata o mais importante no seguimento missionário de Jesus: a experiência da convivência comunitária como lugar que alimenta a fé (aparição a Tomé e aos demais discípulos), fortalece a esperança, e envia em missão (Maria Madalena). Tudo isso se dá no processo de cada um dos personagens e em sua capacidade de entender os sinais e ir além deles. Com relação ao escândalo da cruz, as perguntas que podem perpassar o coração das pessoas da comunidade joanina seriam: como o trauma da morte e do fracasso contribui com novas e inesperadas perspectivas para a existência humana e para a missão em defesa da vida? O que impulsiona a mudar, quando tudo parece sem esperança, e o acom-

dar-se parece mais fácil? Como ter coragem de anunciar a ressurreição num contexto de morte, de perda de sentido da vida e de falta de esperança?

O escândalo da Cruz não era algo fácil para os discípulos e discípulas, dado que eram pessoas atraídas por Jesus, com suas expectativas messiânicas frustradas pela paixão e morte, que foi uma experiência amarga recente e ainda não finalizada. São pessoas que perceberam o fim de suas esperanças, um tempo de luto. Porém, a frustração, nesse caso, é necessária para compreenderem a vontade de Deus, a abrangência de seu Reino, que é maior que os horizontes dessas pessoas. Eles/as ouviram o anúncio da paixão e morte de Jesus, sabem, mas não conseguem mudar de mentalidade e ler os sinais. Eles/as também entenderam que Jesus iria ressuscitar ao terceiro dia, dia da benevolência divina, testemunhado nas Escrituras, mas não conseguiram crer nos sinais. Por isso, estão tristes com o fracasso das expectativas e por desmoronarem suas visões messiânicas e teológicas. Não era fácil pensar no Messias Crucificado, era absurdo que um projeto pleno de defesa da vida, de amor, de manifestação por meio de um enviado de Deus com obras poderosas e com a revelação da Palavra divina, acolhido

por uma multidão, fosse rejeitado pelas lideranças do povo, e tivesse um fim tão trágico. Não era possível que um grande líder, não estabelecesse a esperada restauração nacional; não era possível admitir que um Deus com poder de salvar os justos na hora da perseguição, deixasse esse justo morrer. Era um absurdo compreender que a forma que Deus escolheu para se revelar foi por meio da vida fracassada de Jesus, o Crucificado; por meio do escândalo da Cruz. Como é possível um Deus-poderoso manifestar sua potência na impotência da condição humana, da morte do Filho Encarnado? Por que não fez algo extraordinário? Um milagre? Não é possível entender um Deus que é livre em se revelar e escolhe o inusitado, o imprevisível. Como acolher a novidade de Deus que os desmonta? Falta uma atração interior que os impulse a confiar nos sinais da manifestação de Deus: o “escândalo” da Cruz. Não é uma decepção só do ponto de vista intelectual, de compreensão de um “evento dramático”, mas envolve a afeição, dado que Jesus não é apenas uma pessoa amada, que morreu, mas era a chave da existência dessas pessoas.

Os discípulos tinham apostado tudo no projeto de Jesus e no Reino anunciado por ele. A rejeição do projeto de Deus e a brutalida-

de humana despedaçou o sonho de algo diferente, o gosto de viver, as forças para continuar lutando; perderam a referência. A morte de Jesus foi de um homem finito, e no Senhor crucificado não conseguiram ver as manifestações da glória do Pai e do amor de Deus, mas tão somente o fim de suas esperanças. Os relatos pós-pascuais expressam como Jesus ajuda os/as discípulos/as a retomar o contato com a verdadeira realidade, que é aquela da presença de Deus entre eles e elas, com sua força, não obstante a obscuridade presente nessa realidade. Um Jesus que ajuda a ler os sinais. Frente a esse contexto dos discípulos e discípulas, pode-se perguntar: quais são as expectativas desiludidas, os interesses frustrados que me impedem de aceitar Jesus Ressuscitado, ou Jesus como boa notícia (evangelho) para mim e para todas as pessoas, de forma especial na realidade de minha congregação? Que obstáculo há no caminho que impede de ver os sinais? Quais sonhos foram frustrados diante da realidade da VRC? De sua comunidade? De sua forma de viver a vocação e os conselhos evangélicos? Como reler as dificuldades à luz do Mistério Pascal? Esses relatos tentam ajudar a superar essas frustrações e a tendência a se fechar. Talvez essa seja, de certa forma, a

realidade das congregações. Eles também visam ajudar a entender a esperança na VRC, entender os sinais da presença do Senhor glorificado e ir além desses sinais, neste momento histórico. Momento marcado pela desorientação, pela transição, algo que não é só da VRC, mas estrutural, atual. Porém, a desorientação não pode conduzir ao desencantamento. Estar desorientado/a não é a mesma coisa que desencantado/a.

Ao analisar o texto, há no primeiro episódio, Jo 20,1-10, três personagens: Maria Madalena, Pedro e o discípulo amado. Ele está em sintonia com os relatos presentes nos sinóticos, das mulheres que vão ao sepulcro de madrugada, porém são acrescentadas novidades na narrativa joanina. Pedro é um dos discípulos que não acompanhou o processo de Jesus, mas o negou e fugiu, assim está completamente desorientado. O discípulo amado é um personagem ideal que, em Jo, representa qualquer pessoa que teve a coragem de experimentar todo o processo de Jesus, desde a ceia (Jo 13,23), o julgamento, até estar ao pé da cruz com Maria, mãe de Jesus (Jo 19,26-27). Maria Madalena é a única que pode testemunhar a fé pascal, sendo uma testemunha-chave, dado que presenciou a morte de Jesus, sabe onde seu corpo foi sepultado,

e agora será a primeira testemunha de Jesus Ressuscitado. Essa mulher, discípula vai ao sepulcro (em grego “lugar da memória, memorial”), quando ainda é escuro, vê a pedra afastada, não crê imediatamente, e antes de procurar uma explicação, corre para avisar Pedro e o discípulo amado.

Por detrás da narrativa de João pode estar a influência de Lucas 24,5-6, quando o anjo diz: “Por que procurais o vivente entre os mortos? Ele não está aqui, ressuscitou”. Mas, continuando a narrativa, Maria Madalena vai até os dois discípulos e diz: “levaram o Senhor do sepulcro e não sabemos onde o puseram”. O primeiro elemento que chama a atenção é o verbo no plural, “não sabemos”, dado que somente Maria Madalena, no relato de Jo, foi ao sepulcro. Por outro lado, mostra-a atordoada, pois somente viu a pedra removida e que o corpo de Jesus não estava no túmulo, pois não há nesse relato presença de anjos para informá-la sobre o que aconteceu. Talvez seja essa a sensação que é possível constatar em nossa realidade, como define Ortega Y Gasset: “Não sabemos o que nos acontece. É isso que acontece” (apud GONZALO DIÉZ, 2014, p. 128). É o estar desorientada, por causa de sua confusão, ao considerar o cadáver de Jesus como se fosse Jesus Cristo mes-

mo, por isso procura seu Senhor no sepulcro, no lugar da memória. Esse aspecto remete à definição supramencionada de memória, memorial. O lugar da memória de Jesus e, por conseguinte, da identidade da VRC, não é o sepulcro.

Outro aspecto é que Maria pensa que pode levar Jesus de um lugar para outro conforme seu desejo, e tomar posse dele. Dessa forma, expressa o primeiro passo para o caminho da fé, mas deve percorrer os outros estágios que serão elucidados. Talvez esse seja o segundo aspecto para uma tomada de consciência sobre o discípulo: a VRC está a serviço da vontade de Deus? Seus projetos passam por escuta atenta de sua vontade? A oração é uma escuta atenta de sua vontade, ou um pedir forças, recursos para aquilo que já decidimos sem ouvi-lo?

Após, a fala de Maria Madalena, Pedro e o discípulo amado também correm, à procura desesperada dos sinais do Ressuscitado. Nessas três pessoas, que correm, há mentalidade e temperamentos diferentes: há o afeto de Maria, a intuição do discípulo amado, e a lentidão de Pedro. São os diferentes tipos que tentam interpretar os sinais da presença do Ressuscitado, porém todos carregam a ânsia de encontrá-lo. Uns são mais lentos, outros mais rápidos, uns

mais intuitivos, outros mais afetivos, mas todos se ajudam mutuamente, respeitando reciprocamente o processo de cada um/a, para juntos/as procurar os sinais da presença de Deus, comunicá-los entre si, apesar da diversidade de reações diante da realidade e do mistério. Assim, cada um/a comunica o pouco que viu e juntos reconstroem a orientação da existência cristã, ali onde os sinais da presença do Senhor, diante das graves dificuldades ou das situações perturbadoras, parecem ter desaparecido (MARTINI, 1990, p. 108-109). É interessante notar que quando falta a presença de sinais visíveis do Senhor, é preciso mover-se, correr, buscar comunicação com outros, com a certeza de que Deus está presente e fala, mesmo quando parece não haver sinais. Somente a busca comum e a ajuda uns dos outros torna possível reconhecer os sinais do Senhor.

Ao voltar-se ao texto, são notórios dois aspectos: o primeiro é a corrida de Pedro e do discípulo amado. Inicialmente, caminhavam juntos, de forma sinodal, mas depois o discípulo amado foi mais depressa passou à frente de Pedro e chegou primeiro ao sepulcro (lugar da memória), viu primeiro os sinais, porém esperou o lento Pedro chegar. Nessa cami-

nhada sinodal, não é fácil caminhar juntos, alguns vão mais rápido, já estão lá, vendo os sinais, mas é importante ter a capacidade de esperar o mais “lento” chegar. Como diz Papa Francisco: “a parente próxima da esperança é a paciência” (2024). O segundo aspecto é que entram juntos, veem uma ordem que os impressiona, por contrastar com a confusão que vivem. O lento Pedro vê os sinais, mas não crê. O discípulo amado, que também pode ser uma discípula, vê os sinais e crê. De fato, é necessário fazer o processo do mistério pascal para entender. Aqui há duas atitudes, diante dos sinais: aquela de quem ainda precisa fazer um longo processo, portanto vê os sinais e se fixa neles, não vai além, não crê (atitude de Pedro); e aquela de quem vê e crê (v. 8), percebe no sudário de Jesus enrolado diante de si, o véu que escondia a glória de Deus, que agora foi removido (Ex 34,33; 2Cor 3,7-18). O discípulo amado entende que o véu mortuário foi retirado e dobrado, portanto, resplandece a glória do Ressuscitado. Oxalá seja possível enxergar o véu mortuário do contexto da VRC, também retirado, assimilado, acolhido (dobrado), e perceber que escondia a glória vitoriosa de Jesus Ressuscitado.

O discípulo que chega antes é intuitivo, mas também é “o ama-

do” e aquele que ama, e pelo amor reconhece seu Senhor por meio de sinais modestos, um sudário dobrado, mas vê aquilo que para outros continua escondido. No v. 9, após o crer do discípulo amado, o autor diz: “de fato ainda não tinham compreendido a Escritura, que era preciso que ele ressuscitasse dos mortos”. Aqui está uma indicação importante sobre as Escrituras na compreensão dos sinais da presença de Deus no mundo, na sociedade, na VRC, nesse momento. Se o discípulo ou a discípula tivesse conhecido e compreendido a Escritura, o modo como Deus atua e o modo pelo qual se manifesta na história, talvez nem precisasse correr ao sepulcro, bastariam-lhe as palavras de Maria Madalena para reconhecer a presença de Jesus Ressuscitado. Quando não é possível enxergar os sinais de Deus nas situações da vida cotidiana, quando se perde a esperança, e não se sabe por onde caminhar, as Escrituras deveriam ajudar a discernir os sinais e a ver como, em tantas pequenas coisas, a presença do Ressuscitado estava se manifestando.

Os fatos vividos são compreensíveis só quando confrontados com a única fonte: o Ressuscitado, dado que o escândalo da Cruz, como diz Paulo em ICor 1-4, é um absurdo, é irracional, não tem ar-

gumentos lógicos, só é compreensível quando as pessoas entram na lógica de Deus, e se deixam iluminar pelas Escrituras perpassadas pelo mistério pascal. Jesus é a exegese de Deus, é o centro da salvação. João dá a chave interpretativa para os fatos vividos: as Escrituras. Recorda que tudo está nas mãos de Deus. Isso pode ser constatado em cada acontecimento que é narrado, Deus conduz a história. Desse modo, as Escrituras “ampliam o olhar e levam a acolher a unidade do mistério de Deus sobre a vida do ser humano e do mundo” (MARTINI, 1988, p. 31). Essa compreensão só precisa de abertura de coração e mudança de mentalidade, pois supõe a acolhida ao amor de Deus manifestado em Cristo. Amor que liberta, penetra os corações e faz nascer uma visão nova do Deus vivente. Pois só à luz da Palavra de Deus pode-se entender que o Filho encarnado e morto na cruz salva a humanidade, não como rei ou príncipe, nem pela onipotência, mas pelo poder de sua debilidade. Um Messias frágil, humilde, impotente, o Filho de Deus Crucificado, sofredor, mas profundamente amante. Um Deus que opta pela vulnerabilidade, pela pequenez, e convida os discípulos e discípulas a fazer da *kénosis* (esvaziamento) um estilo de vida, que os chama a se colocarem entre os últimos,

sem poder ou prestígio e a se deixarem conduzir pelo caminho da cruz e da ressurreição.

Mas, é necessário ler os sinais à luz das Escrituras. A releitura ajuda a entender que a história não acaba com a morte. Permite rever os mesmos eventos de outro modo, assim, mostra a novidade da Palavra de Deus, que abre horizontes inesperados ao ser humano preso em suas pequenas certezas. Explica que o plano de Deus tem outra lógica. Os dois discípulos, Pedro e o amado, voltam para casa. Esse dado é importante. Pedro vê, não crê, e volta para casa, pois se convence de que não há nada que fazer, e realmente não há o que esperar do presente, nem do futuro, sinais que não trazem nada para sua vida. O discípulo amado também vê, crê e volta para casa, talvez carregando a certeza de que realmente Jesus não poderia ser submetido aos laços da morte. O texto não diz nada, permanece o silêncio da reação do discípulo amado, assim, pode-se deduzir que espera para assimilar essa experiência, aguardando o momento exato de anunciar. Mas isso são hipóteses, cada um/a pode tirar a sua conclusão!

A esperança e Maria Madalena

O segundo episódio, Jo 20,11-18, tem como personagem Maria

Madalena, que é a mais interessada em buscar os sinais e por meio deles, procurar a presença de Deus, diante dessa realidade desconsoladora de morte. Maria é intensa no afeto, talvez por isso, é escolhida para ser a primeira pessoa com quem o Senhor deseja se encontrar. Pode-se notar três fases de Maria Madalena, conforme a tese de Sandra Schneiders: Maria que chora, ou seja, é tomada totalmente pelo luto e é incapaz de entender a ressurreição; Maria que se volta, não só fisicamente, mas espiritualmente, e se torna capaz de reconhecê-lo; e Maria que anuncia, passa a ser mensageira da ressurreição (SCHNEIDERS, *apud* BEUTHER, 2016, p. 456).

Maria viu os sinais, mas não vê o Ressuscitado e por isso chora, tem o coração turbado, desfocado, a ponto de confundir o Senhor com um cadáver, mas, mesmo assim, tem a coragem de se inclinar e ver o sepulcro por dentro. Aqui está a primeira atitude para a VRC, nesse seu itinerário para perceber os sinais do Ressuscitado no contexto atual; é também uma atitude que está na Bíblia, que marca a esperança na literatura profética: é necessário ver a realidade de morte por dentro, ter a coragem de abraçar aquilo que se está vivendo, e nomeá-lo. Inicialmente pode-se responder

como Maria diante da pergunta dos anjos: por que choras? Uma resposta ainda confusa: “levaram o meu Senhor e não sei onde puseram”. Novamente é a realidade de quem está perdida, sofrida, frustrada, talvez desesperada por perder alguém importante, aquele que ela amava, mas procura no sepulcro, o Senhor da Vida. Essa fase em seu processo é fundamental, pois ajuda Maria a descrever o que a perturba, a nomear sua angústia. Por isso passa do “nós” no anúncio inicial aos discípulos para o “eu”. Pode também ajudar a VRC a nomear suas lágrimas? Por que as congregações choram? Por que e por quem as religiosas e religiosos choram? Não serão essas lágrimas, expressão de autorreferencialidade? Por perder o foco, o essencial? Chora pelas feridas provocadas pelos relacionamentos nas dioceses (a VRC, sobretudo feminina sofre muito nesses contextos clericais e machistas), nas comunidades? É importante nomear suas lágrimas.

Na cena de Maria Madalena há um segundo voltar-se, não mais para o sepulcro, e sim para fora, para Jesus. Esse breve relato mostra dois movimentos: o primeiro é o voltar-se para o sepulcro; o segundo é o voltar-se para Jesus e o encontrar-se diante de Jesus, mesmo sem o reconhecer. Mas é importante, pois é o voltar

as costas para o túmulo. Assim, ela tem diante de si Jesus e atrás o túmulo. “Esse momento assinala o início de sua vida: a morte está agora atrás e a verdadeira vida na frente. Abre-se um novo caminho de esperança, quando Jesus a faz compreender que o túmulo não é o ponto final de sua esperança. Ele é um novo ponto de partida, pois manda Maria ir até os discípulos” (SKA, 2001, p. 59).

Esse é o movimento da fé, que é o deixar para trás o mundo vazio da morte para ver o que lhe está atrás, que é Jesus, e pôr-se a caminho rumo à verdadeira vida, em direção dos irmãos e irmãs. Nesse primeiro momento, ela não o reconhece, dado que Jesus não se manifesta, mas tenta manter o diálogo, perguntando novamente: Por que choras? A quem buscas? Surge outra vez a pergunta sobre as causas do choro, Jesus parte da situação da mulher, para iluminá-la sobre o que deve compreender de si mesma, da realidade, para depois se manifestar, na tentativa de uma resposta mais objetiva, quem sabe, um novo olhar. Novamente, diante da realidade das congregações, também das comunidades, tantos conflitos, tantas dificuldades, tantas incertezas, que perturbam o coração de religiosas e religiosos: talvez essas perguntas possam ajudar: O

que faz perder a esperança? Não se pergunta mais somente sobre o motivo do choro, mas o que se busca.

A busca é uma característica dos religiosos e religiosas, como disse Bento XVI aos superiores/as gerais; diante da pergunta sobre o futuro da VRC: “sois por vocação buscadores de Deus. A essa busca consagrais as melhores energias de vossa vida. Passais de situações secundárias às essenciais, àquilo que é verdadeiramente importante; procurais o definitivo, buscais Deus, conservando o olhar fixo nele. [...]. Por detrás do provisório procurais o que permanece e não passa” (BENTO XVI, 2010). O que procurais? É uma boa pergunta a ser respondida tendo presente não as estatísticas das desgraças, ou diagnósticos numéricos da realidade, mas da profundidade do ser; afinal de contas: o que se está buscando?

Ao analisar o texto, também se pode perguntar: Por que o autor apresenta esse processo gradual de reconhecimento de Jesus para Maria Madalena? Talvez o ensinamento que João deseja apresentar é que o Senhor Ressuscitado quer suscitar nas comunidades como primeiro valor, a fé; gradualmente, pacientemente aproximando-se do coração (da sede as decisões), ele abre o âni-

mo a confiança daquela discípula e dessa confiança nasce a possibilidade de reconhecê-lo. Assim, a esperança, nasce dessa adesão, da fé no Crucificado que é o Ressuscitado, dessa confiança n'Ele.

Como mencionado, é necessário primeiro, saber o que se está buscando, com a certeza de estar perto da presença de Cristo, e depois, ter a capacidade de reconhecê-lo nas situações presentes, onde o Senhor prolongou e estendeu sua encarnação. Mormente, se diz: se houvesse mais pessoas, mais dinheiro, se fosse possível ter mais saúde, menos idade, mais dons, mais tempo, outra comunidade. Mas, João diz: o Senhor está presente ali, na realidade que se tem, e é ali que se pode reconhecê-lo por meio da fé e da caridade. Ao reconhecê-lo pode-se gozar da alegria de quem vê uma situação aparentemente obscura ser transformada a partir de dentro, por causa da presença do Senhor crucificado e ressuscitado.

No texto, inicialmente, Maria identifica Jesus com o jardineiro, que poderia ser uma dica, dado que remete à nova criação, na qual o jardineiro-Deus cria um jardim para a humanidade morar ou ao Cântico dos Cânticos. Porém, infelizmente ela não consegue ler esse sinal, e, sem esperança, deseja recuperar o cadáver de Je-

sus. Talvez essa atitude possa ser também da VRC diante do apelo de uma nova estrutura: é possível se estar diante do novo, da nova criação, e desejar permanecer no velho, naquelas estruturas já conhecidas, que dão segurança; em atividades que são expressões dos tempos gloriosos, num saudosismo estrutural, mas que já não respondem aos apelos da humanidade, das pessoas ao redor; ou ainda, em tentativas de manter relacionamentos comunitários que não são testemunho da presença do Reino. Jesus e os anjos indicam que não se está seguindo um “cadáver”, que a memória da VRC não está no sepulcro.

Apesar de responder a mesma coisa, Maria dá um passo, pois a um estranho, ao diferente, ela desabafa sua incapacidade de ver nos sinais a revelação de Jesus Ressuscitado, como os discípulos de Emaús. Nesse gesto de Maria Madalena está a diferença entre estar desorientada e desencantada. Maria Madalena certamente procurava Jesus de maneira imperfeita, do ponto de vista da fé, dado que não estava plenamente à altura, porém tinha um amor imenso, era alguém desorientada, mas não desencantada. Jesus sabe disso e se revela a ela por primeiro, independente de todas as suas imperfeições teológicas

(MARTINI, 2021, p. 66). Por isso, não se revela com palavras solenes, rebuscadas teologicamente, mas com uma só palavra: “Maria”, chama-a pelo nome e desperta nessa mulher seu chamado, sua familiaridade com esse Jesus, por quem ela, assim, se sente amada, acolhida.

Um aspecto comum em todos os relatos de aparição de Jesus Ressuscitado, é que ele sempre é reconhecido quando realiza algo que expressava sua relação com as pessoas, ou momentos cotidianos vividos, como: o partir o pão, o alimentar-se, o chamar pelo nome. Creio que esse momento também seja propício para resgatar o chamado, o ser vocacionado, o ser consagrado e aí descobrir o Senhor Ressuscitado, os sonhos, as utopias, a esperança. Quando a pessoa está no abismo existencial, só resta uma esperança: ouvir alguém que pronuncie seu nome, que vá ao seu encontro. É nesse encontro que enxerga uma forma de recomeçar a vida nova. Surgem as perguntas: o que é sentir-se vocacionada/o nessa fase de minha vida? O que significa ser chamada pelo nome (pessoalmente, dessa forma que sou), por Jesus Ressuscitado? O que significa, hoje, ser consagrada/o? Jesus se dispõe a ouvir seu sofrimento (por que choras?) e seus sonhos (O que buscas?). Assim, quando a pessoa

se sente totalmente abandonada, e parece não haver possibilidade de salvação, de uma saída, é necessário experimentar o paradoxo do mistério pascal. Jesus ouve a resposta imperfeita de Maria, e o escutar e respeitar seus processos se torna o lugar teológico.

Até agora se estava no nível do “ver” os sinais, o sepulcro, os anjos, a pedra deslocada, agora se passa para o nível do escutar. Na Bíblia, a escuta é mais importante que a visão, dado que o ver é mais impositivo: capta-se a realidade com o olhar e ele predispõe a julgar pela aparência. O ouvido tem outra forma de relacionar-se com a realidade, pois não se pode escutar os objetos, apenas seus movimentos e ações, também não se pode controlar o que se ouve; o ser humano fica sem defesa diante do som, da voz que o invade. Por isso, Deus se revela gratuitamente nos acontecimentos, na Palavra, por meio de quem fala. A escuta desperta esperança em quem ouve e se deixa tocar pela realidade do outro (MARTINEZ-GAYOL, 2022, p. 4-9). A palavra dialogante se molda pelo que é escutado. Sabe deter-se, espera o momento certo. É a palavra que surge da experiência vivida, da comoção experimentada, que emerge como resultado de um encontro, da criação comum, do novo, e “deixar-se afetar” pelo/a

outro/a. Nos relatos do encontro com Jesus Ressuscitado há sempre a convergência de duas vulnerabilidades. A primeira é de Maria Madalena, dos discípulos e discípulas, que se veem feridos, tendo suas expectativas frustradas; que choram a perda do amigo amado, mas também de seus sonhos, de uma forma de ver o messianismo e a transformação da realidade. O choro de Maria simboliza essa ferida exposta, esse coração preso ao passado fracassado, porém pleno de amor.

A segunda pessoa vulnerável é Jesus, também ferido, por ver suas expectativas frustradas, o sonho do Pai para toda humanidade foi fracassado. Assim, nesse encontro de vulnerabilidades, Jesus acolhe o choro de Maria, vai ao seu encontro, para ouvi-la, é um encontro intenso, uma sintonia que se estabelece na vulnerabilidade comum. Jesus conecta sua ferida (já ressuscitada, mas ferida) com o coração ferido de Maria Madalena. O encontro das vulnerabilidades faz possível o diálogo profundo, autêntico e capaz de gerar “novidade”. O diálogo cria um novo espaço onde são recriadas as palavras, experiências, emoções, situações e pontos de vista. Esse espaço é um “entre” que é chamado a caminhar em direção a um “nós”, capaz de criar um caminhar juntos, pensar juntos,

numa visão comum (MARTÍNEZ-GAYOL, 2022, p. 12), um projeto comum, para o bem-comum. Só assim é possível restaurar a identidade perdida (ela é discípula não de um cadáver), transformar a tristeza do fracasso em alegria; o caminho sem esperança em retorno e anúncio; a vergonha e o medo em testemunho e escuta. É o surgir de uma nova criação!

Jesus dirige a palavra a Maria com delicadeza, com ternura, com afeto, com respeito, sem representação, mas a valoriza, dá-lhe uma missão. Maria Madalena reconhece Jesus e o chama “Mestre”, expressando essa familiaridade com Jesus, não é um título soene, mas surge de seu coração de discípula, de sua relação íntima, profunda com seu Senhor, que toca o seu ser, recuperando sua condição de discípula. Maria, plena de entusiasmo, tenta reter o seu Senhor, prendê-lo novamente para si. Por isso, Jesus responde: “não me retenhas ou não me detenhas!”. Aqui sempre há uma dificuldade em traduzir essa frase que poderia ser “não me segures”, “não me toques”, em grego o verbo é “háptou”, é significativo, pois parece “raptar”. Assim, é necessário não parar no passado, ou deter Jesus em algo que não dá mais; é necessário projetar-se para o futuro; eliminado a tentação de “raptar” Jesus, de aprisioná-lo

nas verdades predestinadas, de tomar posse dele e domesticá-lo. Jesus Ressuscitado deixa claro que o encontro com ele, é sempre ponto de partida e não de chegada; de chegada será a mensagem de esperança para os irmãos e irmãs.

O diálogo continua: “subo para meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus”. O verbo “subir” indica a missão que Jesus cumpriu, mas que continua na vida dos discípulos e discípulas. Indica a entrada do corpo encarnado, crucificado e ressuscitado de Jesus no seio da Trindade, tornando-se o Senhor, o Filho de Deus com poder. Mas, também indica o sentido da esperança. Essa é a meta e o ponto fundamental de referência e de orientação para a vida cristã, sem a qual não teria sentido. “Subir” traz esse aspecto trinitário, ou seja, ele quer dizer que mudará seu modo de estar no mundo, por meio do Espírito, assim não se deve procurá-lo aqui ou ali, mas em todas as situações, pois no Espírito e com o Espírito ele se manifestará. Essa é a dimensão escatológica da VRC e da vida cristã, ter como meta essa comunhão com Deus e entre os irmãos e irmãs, o ter “os olhos fixos em Cristo”. Ele sobe para o Pai. O Pai é o destino de Jesus, Ele o enviou, e é o fundamento de sua vida e missão, e também a de toda

pessoa batizada. Mas, ele também é o Pai de todas, batizadas e batizados, assim todo cristão e cristã é filho/a amado/a por Deus.

Essa experiência traz a certeza do amor incondicional, escandaloso desse Deus, que chama seus filhos e filhas a se deixarem amar; e ao tomar consciência de que se é filho e filha, surge a compreensão de que se é livre e dependente desse Deus amoroso, que não poupou nada para si, mas é constante em entregar-se. É dessa consciência que surgem o ser consagrada/o e os conselhos evangélicos, que caracterizam a VRC. Mas, também indica que os cristãos e cristãs são irmãos e irmãs, e da certeza dessa irmandade surge a comunidade, de iguais, filhos e filhas do mesmo Pai. Semelhantes a Maria Madalena, essa comunidade é enviada a anunciar a boa-nova do Evangelho e tornar visível o Reino de Deus.

Nota-se que a primeira missão de Maria Madalena não é de falar para o mundo da ressurreição de Jesus, mas a de anunciar dentro da comunidade, da Igreja. É um sinal de grande confiança nessa mulher, é um encargo que a coloca na plenitude de sua dignidade e de suas capacidades. Oxalá, os religiosos e religiosas assumam a missão de, em suas comunidades eclesiais, congregacionais, anun-

ciar com convicção; “Vi o Senhor”. Talvez seja primeiramente lá que precisa ser anunciado, e depois anunciar ao mundo essa Boa-Nova, a fim de retomar a esperança, retomar a alegria de ser testemunha da Ressurreição em contextos feridos como são as comunidades, mas também as realidades das pessoas sofridas, feridas em sua dignidade, presente em nossas regiões, sociedade, país. Assim, indica que a comunidade é chamada a ser o lugar da esperança, onde ela cresce e se mantém. É o lugar dos sonhos acalentados. É expressão da comunidade messiânica. Não existe comunidade cristã se não estiver fundamentada na esperança da plenitude do Reino. Um aspecto a ressaltar é que nesse texto há verbos diferentes para designar “ver”, pois ela vê os anjos, os sinais, Jesus, sem o reconhecer, mas somente expressa com a frase “vi o Senhor”, o Senhor Ressuscitado”, quando anuncia sua presença a seus irmãos e irmãs, quando leva uma mensagem de esperança (SKA, 2001, p. 59-60).

João 20 continua a aparição para os discípulos (Jo 20,19-23) e para Tomé (Jo 20,24-29), quando Jesus se manifesta para aqueles que não acreditaram no testemunho de Maria Madalena e da comunidade, os que chegam por último. Percebe-se que Jesus tem

uma forma de se apresentar para cada pessoa e cada uma tem um modo de interpretar os sinais. É interessante notar que nenhuma vez nos evangelhos encontra-se uma repreensão às mulheres por não haverem acreditado, somente aos homens. Isso dá a pensar!

Por fim, a última frase em Jo 20,29, após os relatos das aparições, sintetiza a fé, a caridade e a esperança numa bem-aventurança: “Felizes as pessoas que não viram e creram”. Feliz quem abre os olhos aos sinais da presença de Deus em sua vida – assim como é e não como espera que seja –. Felizes as pessoas que, mesmo não vendo os sinais, conseguem perceber a presença de Deus às “apalpadelas” (At 17,27). Feliz quem alimenta a esperança, mesmo diante de uma realidade desoladora. Essa esperança escatológica que atrai a humanidade para Jesus, que possibilita a radicalidade de sua doação e de compromisso.

A tensão escatológica da vida consagrada está, também, chamada a converter-se em permanente estado de missão, para que o reino se afirme de modo crescente aqui e agora, antecipando e significando a condição última: o projeto de vida e de comunhão entre todo ser criado. De fato, de “alguma forma, os consagrados antecipam o destino para o qual

toda a humanidade está convocada” (BERZOSA, 2023, p. 20). A VRC, chamada a ser sentinela da aurora da vida eterna, estabelece a junção entre a súplica “Vem, Senhor Jesus” e a invocação: “Venha o seu Reino” (VC, 27).

A esperança e os sinais: Desafios para o processo de ressignificação

As terras nordestinas que nos acolheram no Congresso inspiraram a (re)pensar a esperança. No canto “A Volta da Asa branca”, Luiz Gonzaga poetizou a capacidade do povo sertanejo ler sinais:

Já faz três noites que pro norte
relampeia
E a asa branca ouvindo o ronco
do trovão
Já bateu asas e voltou pro meu
sertão
Ai, ai, eu vou-me embora, vou
cuidar da prantação
Já bateu asas e voltou pro meu
sertão
Ai, ai, eu vou-me embora, vou
cuidar da prantação.

Ao retomar suas origens convém, nesta terceira década do séc. XXI, retomar essa capacidade de ler os sinais. Na mudança do tempo e com isso na reação de uma ave, Gonzaga vislumbra um novo tempo. Percebe os primeiros sinais. A natureza mostra quando

a chuva está chegando... Falar de esperança é falar de sinais. Quais são os sinais de esperança que se percebe na sociedade, na VRC, na congregação, na minha missão em particular? O que me sinaliza que “algo” está acontecendo?

A palavra nos inspira a pensar esses sinais. O ícone que a CLAR nos oferece, *As Mulheres da Aurora* (CLAR, 2022, p. 2), é inspirador para este tempo que nos cabe viver. Para as pessoas batizadas a esperança é Cristo. No amanhecer, elas se levantam e vão... Sem muitas certezas, impulsionadas pelo amor, pela esperança e pela fidelidade. Em 2020, uma escola de samba da cidade de Niterói ao trazer como tema as ganhadeiras de Itapuã disse em seu samba-enredo: “Mainha esses velhos areais onde as nossas ancestrais acordavam as manhãs” (UNIDOS DA VIRADOURO). Nos contextos atuais, a VRC também é chamada a “acordar as manhãs”. A tomar atitude. As mulheres da aurora são aquelas que vão antes da manhã, que acordam as manhãs, que fazem acontecer. No pós-concílio, temos inúmeros exemplo de lideranças inspiradas que convocaram a VRC a encontrar respostas para desafios emergentes. Entre estes encontra-se o Irmão Basílio Rueda, superior geral dos Irmãos Maristas que por este período os convidava a “queimar a vida por

Cristo. Ajudar a aurora nascer” (MAÇANEIRO; FURLAN, 2021, p. 239). Sim, consagrados também deste tempo, mas do que esperar a aurora é preciso sair antes dela.

E isso convoca a pensar os sinais a partir de três perspectivas: ler os sinais; viver sem sinais e ser sinal. Aprender a olhar os sinais a partir das comunidades fundacionais. Pensar os carismas a partir da sinodalidade convida a pensar a partir do conjunto de relações que os/as precursores/as estabeleceram. É necessário aprender com as comunidades fundacionais a ler sinais. Nos primórdios das congregações constata-se que, todas, nasceram a partir da leitura da Palavra de Deus, seja um livro, um versículo, uma palavra. E foi um empobrecido, um leproso, um navio que não saiu, um jovem moribundo, a carta de um determinado Papa, a escassez de missionários, ou nas mais diferentes situações cotidianas, que essas comunidades fundacionais leram sinais. Nelas, Deus pedia, inspirava, apontava caminhos. Em contexto em que outras pessoas só enxergavam problemas, esses homens e mulheres reconhecem os sinais. Assim, suas filhas e filhos espirituais precisam reivindicar essa atitude e na fé ler o que Deus está dizendo nesses tempos, nos sinais mais simples e cotidianos.

Contudo, pensar em esperança é também pensar em viver sem sinais. Nem sempre os sinais são reconhecidos, ou se percebe o que está acontecendo. Às vezes tudo é turvo, parece que se está dentro de uma neblina denso. Como poetizou São João da Cruz, a VRC é convidada a caminhar “sem outra luz ou guia, senão a que no coração ardia” (2024). Há momentos em que os sinais externos não aparecem e com a esperança que se traz no coração é possível dar passos. Não pela nitidez do que reconhecer, mas porque o Espírito impele a deslocamentos. E nos riscos há a coragem de seguir.

É necessário ser (re)alfabetizados nos sinais, ir além dos sinais e ser sinal. Cada congregação religiosa é, num contexto específico, um sinal do quanto Deus ama. O amor de Deus que alcança a todos se materializa nos carismas. Deste modo, os religiosos e religiosas são chamados/as a serem sinais onde está, a serem tão apaixonados que testemunham, no pequeno, na periferia, na margem, a beleza de serem consagrados/as. As vocações que nasceram a partir da inserção sabem como é encantador um religioso que é sinal, especialmente, lá onde ninguém quer ir. Pessoas que compreenderam, como diz o canto, que “Nossas causas valem mais que as nossas vidas” (CASALDÁLIGA,

2024). Por acreditar nisso, as fundadoras e fundadores ora leram os sinais, ora viveram sem sinais e em todos o tempo buscaram ser sinais do amor de Deus a partir do que a igreja e a sociedade, de seu tempo, pediam e elas e eles sentiam, que Deus os inspirava.

A esperança convida a escolhas e deslocamentos

Ao celebrar os 70 anos da CRB Nacional, em profunda comunhão com o Papa Francisco, a VRC do Brasil é convidada a contribuir nessa nova etapa da ação evangelizadora marcada pela alegria de Evangelho (EG 1), que fundamenta o impulso missionário. É convidada a “primeirar” (EG 24) e a arriscar. A esperança que a Palavra de Deus testemunha e convida a ler, viver sem e ser sinal é um convite a tomar iniciativas. Pensar as “mulheres da aurora” é pensar nisso. Contudo, esse processo, para além das “convicções enrijecidas” e dos planejamentos estratégicos, pede que, com sinceridade e abertura, os/as consagrados/as perguntem: O que Deus quer de cada um e cada uma? O que Deus quer que seja feito? Falar de esperança na VRC é mais do que ser arrojado no fazer, mas ser corajoso no permitir que Deus faça. Conforme se canta no Ofício

Divino das Comunidades “esperar não é desejar é obedecer ao caminho de Deus” (MARIA EMÍLIA, 2024). Por isso, em toda a ocasião se está a busca de ouvir o que o Senhor pede.

Esse processo leva a progressivamente rever escolhas e desejar superar a inércia. Sim, um dos principais desafios, à esperança, dentro a VRC é a sensação de inércia por vezes presentes no jeito de fazer. No universo de Harry Potter, é possível encontrar muitas frases inspiradoras do personagem Alvo Dumbledore. No filme “Animais Fantásticos: os segredos de Dumbledore” (YATES, 2020), há um momento em que Newt Scamander diz ao líder maior do mundo bruxo: “daqui a um tempo nós temos que escolher entre o que é certo e o que é fácil”. Falar de esperança é falar da força que impulsiona a ir além do cômodo, que motiva, rever critérios. A esperança faz a gente superar a inércia.

Talvez uma das causas de se ter perdido algumas pessoas nas congregações foi a de não ter conseguido suportar a inércia, que parece marcar os processos congregacionais. A sensação de que tudo vai continuar do mesmo jeito. A esperança faz ir além da inércia e retomar a dinamicidade própria do estilo de vida que se chama Vida Religiosa Consagrada.

Dentre os deslocamentos que a esperança inspira é ter um novo olhar para a Teologia dos Conselhos Evangélicos. De tal forma está presente na maneira de pensar a VRC que para a maioria é impossível falar da consagração sem tocar nesses pontos. Dessa forma, um caminho de ressignificação da VRC passa também um (re)pensar essa Teologia. Dentro da limitação deste artigo, será partilhada algumas provocações. A partir da esperança poderíamos dizer que o conselho evangélico da obediência consistiria em *escutar primeiramente a esperança*, em meio a tantas vozes, consagradas e consagrados se dedicariam a ouvir o que a esperança diz. O medo, o desejo de sobreviver não são bons conselheiros, assim passariam a vida a escutar a esperança. Abertos para que ela possa tomá-los, consolá-los, orientá-los e apontar a direção. Em relação a direção. Em relação à pobreza evangélica, consagradas e consagrados seriam aqueles/as dispostos/as a *não terem mais do que a esperança*. O ter ou não ter o recurso não é a questão principal. A pobreza é acolhida da fragilidade, o focar no fundamental, experimentada especialmente quando as energias pessoais esgotam, e não “ter o que fazer”. Seria um acolher a limitação e a finitude. Na música “Principia”,

Emicida poetiza que “Tudo, tudo, tudo, que nós tem, é nós” (2024). É só isso, pode ser pouco, contudo, o que os/as fundadores/as diriam se vissem os recursos que há nas congregações? Quanto ao celibato, consistiria em *não desejar mais do que a esperança* – tomado pela paixão pelo Deus do Reino e pelo Reino de Deus, consagradas e consagrados amam sem reter, constroem laços sem escravizar, têm por seu grande desejo a vida e não suas mediações. Se o que se deseja é um cargo, o sucesso, a comodidade, o poder, o dinheiro então não é celibato que se está sendo vivenciado.

A esperança pede muito, também possibilita muito... por isso ela não é meramente um sentimento. A ativista estadunidense Mariame Kaba, em uma entrevista, afirma que: “a esperança é uma disciplina” (KABA). Para muito não é simplesmente um sentimento que vem de forma espontânea. Na complexidade de missões, lugares e serviços que cabem a alguns viverem ela é um exercício, uma filosofia de vida, uma tarefa. A autora diz que aprendeu essa frase com uma religiosa. Assim, a pessoa consagrada é chamada a ser homem e mulher da esperança.

Também com as religiões de matrizes africanas se apreende

sobre a esperança. Há uma cantiga para a orixá *Oxum* em *yoruba* que ao expressar o lugar de *Oxum* na vida de seus filhos pode ajudar a intuir o lugar da esperança. Os praticantes dessa religião a veem como a mãe do culto ancestral, a primeira-dama da sociedade (*Yalodê*). Na última estrofe, de uma cantiga, se afirma *Oxum o ilê opô* (*Oxum* é o pilar que sustenta essa casa). Nesse tempo jubilar, é oportuno se perguntar: qual é o “pilar” que sustenta minha vida? Qual é o pilar que sustenta o processo de ressignificação da VRC? Que a resposta seja: “a esperança”. Ao acolher a sinodalidade, que o Papa Francisco tem convidado a viver, junto ao povo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a VRC é chamada a reconhecer que sua esperança é Jesus. A ele consagramos e por ele se permanece na caminhada e mesmo reconhecendo os desafios do tempo presente é convidada a cantar: “Venha teu Reino Senhor, a festa

da vida recria. A nossa espera a ardor, transforma em plena alegria.” (MEINCKE, 20240).

“Viva a esperança”: mais que uma conclusão um horizonte que seduz e motiva

Portanto, a esperança na VRC se dá em ser memória viva de Jesus Ressuscitado, a tornar visível a primazia das promessas de Deus, que se cumprem na encarnação histórica de Jesus; em descobrir o definitivo no provisório, no vislumbrar o último, no penúltimo, a eternidade no tempo. A vitória plena da vida sobre a morte, da paz sobre a guerra, da justiça diante da injustiça, do amor sobre o egoísmo e sobre a indiferença, o triunfo do bem sobre o mal. Pois, “a esperança não engana, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,5).

Para sentipensar em comunidade e rezar

1. Deixamos que a Palavra de Deus anime a esperança na vida de nossa comunidade e do nosso povo? Como o fazemos?
2. O que podemos fazer para deixar que a vida do povo seja alimento e motor de nossas esperanças?

Referências

79

- BENTO XVI, Papa. **Discurso aos superiores e superiores gerais**. Vaticano, 26 de novembro de 2010. Disponível em <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20101126_superiori-generalis.html>. Acesso em: 09 maio 2024.
- BERZOSA, Verónica. **Vida Consagrada**. Brasília: CNBB, 2023.
- BEUTHER, Johannes. **Evangelho segundo João: comentário**. São Paulo: Loyola, 2016.
- CASALDALIGA, Dom Pedro. **Publicações**. Disponível em: <https://fperecasaldaliga.org/pt-br/as-publicacoes/>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- CENCINI, Amedeo. **Abraçar o futuro com esperança**. O amanhã da vida consagrada. São Paulo: Paulinas, 2019.
- CLAR. **Horizonte Inspirador – Mulheres da Aurora: a ousada esperança no despontar da aurora**. Bogotá, 2022. Disponível em: <https://jimdo-storage.global.ssl.fastly.net/file/76230d5c-353c-47e3-aff5-abc2068476de/CLAR_Horizonte%20Inspirador_Portugu%C3%A9s.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- EMICIDA. **Princípios**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/emicida/principia-part-fabiana-cozza-pastoras-do-rosario-e-pastor-henrique-vieira/>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- FERNÁNDEZ, Bonifacio. La esperanza: entre clamor y el esplendor. In: FERNÁNDEZ, Bonifacio; PRADO, Fernando (Eds.). **El esplendor de la esperanza: la dimensión escatológica de la vida consagrada**. XLIII Semana Nacional para institutos de Vida Consagrada. Madrid: Claretianas, 2014.
- FRANCISCO, Papa. **Discurso para o Jornal mundial para as missões**. Roma, 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/08/papa-diz-que-igreja-nao-e-empresa-ou-ong-em-discurso-publicado-pelo-vaticano.html>>. Acesso em: 9 maio 2024.
- FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium**. Exortação Evangélica Pós-Sinodal sobre o anúncio do Evangelho no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 2014.
- FRANCISCO, Papa. **Spes non confundit**: Bula de Proclamação do Jubileu Ordinário do Ano 2025. Vaticano: 9 de maio de 2024. n. 3. Disponível em: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bolletti_no_publico/2024/05/09/0374/00781.html#po>. Acesso em: 9 maio 2024.
- GONZAGA, Luiz. **Volta da Asa Branca**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/664045/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

- GONZALO DIÉZ, Luis Alberto. El espíritu recrea la pasión por lo definitivo. Em: FERNÁNDEZ, Bonifacio; PRADO, Fernando (Eds.). **El esplendor de la esperanza**: la dimensión escatológica de la vida consagrada. XLIII Semana Nacional para institutos de Vida Consagrada. Madrid: Claretianas, 2014.
- JOÃO DA CRUZ, São. **Na noite escura da fé**. Disponível em: Disponível em: <https://orar.carmelitas.pt/na-noite-escura-da-fe/>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- JOÃO PAULO II, Papa. **Vita Consecrata**. Exortação Apostólica Pós-sinodal sobre a Vida Consagrada. Vaticano, 1996. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031996_vita-consecrata.html>. Acesso em: 9 maio 2024.
- KABA, Mariame. **Hope is a discipline**. Disponível em: Disponível em <https://towardfreedom.org/story/archives/activism/hope-is-a-discipline/>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- MAÇANEIRO, Marcial; FURLAN, Alisson Humberto. **Carisma e missão renovados**: a recepção do Concílio Vaticano II no Instituto dos Irmãos Maristas. Revista Cultura Teologica. Ano XXIX, nº 100, set/dez 2021, p. 225-242. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/51825/38604>>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- MARIA EMÍLIA. **Em silêncio abandona-te ao Senhor**. Ofício Divino das Comunidades. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/oficio_divino_cebs_completo.pdf. Acesso em: 5 ago. 2024.
- MARTINEZ-GAYOL, Nurya. Espiritualidade da sinodalidade. Em: Encontro da União Internacional das Superiores Gerais. **Abraçar a vulnerabilidade de no caminho sinodal**. Roma, UISG, 2022.
- MARTINI, Carlo Maria. **Maria Madalena**: exercícios espirituais. São Paulo: Loyola, 2021.
- MARTINI, Carlo Maria. **O evangelizador em São Lucas**: meditações. São Paulo: Loyola, 1988.
- MARTINI, Carlos Maria. **Evangelho segundo João**: na experiência dos exercícios espirituais. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1990.
- MEINCKE, Sílvio. **Jesus Cristo Esperança do Mundo**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/silvio-meincke/jesus-cristo-esperanca-do-mundo/> Acesso em: 5 ago. 2024.
- MIES, Françoise. Esperança. Em: PENNA, Romano; PEREGO, Giacomo; RAVASI, Gianfranco. **Dicionário de temas teológicos da Bíblia**. São Paulo: Paulinas, Paulus, Loyola, 2022.

MOLTMANN, Jürgen. **Religione, rivoluzione e futuro**. Brescia: Queriniana, 1971.

MOLTMANN, Jürgen. **Teologia da esperança**: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã. São Paulo: Loyola, 2023.

SKA, Jean Louis. **O Deus oleiro, dançarino e jardineiro**. Ensaio de antropologia bíblica. São Paulo: Loyola, 2001.

UNIDOS DA VIRADOURO. **Viradouro de Alma Lavada**. Samba Enredo, 2020. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/unidos-do-viradouro-rj/samba-enredo-2020-viradouro-de-alma-lavada/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

YATES, Davis. **Animais Fantásticos**: os segredos de Dumbledore. Warner Bros. Pictures, 2020.

Início em maio de 2025

CURSO DE EXTENSÃO EM ANIMAÇÃO VOCACIONAL

Realidade Juvenil
e Animação Vocacional

Período: maio a julho de 2025
Aulas: Quartas-feiras, das 19h às 21h45,
em formato online e ao vivo



Mais informações: (41) 3222-7716
Inscrições pelo site:
www.faculdadevicentina.com.br



O curso é voltado para quem deseja ampliar suas habilidades pastorais e aprofundar o diálogo com a juventude, entendendo seus desafios e oportunidades na promoção vocacional.

Realização:
Setor Formação CRB Nacional
e Faculdade Vicentina

INDO, VIVEI O EVANGELHO: PENSAR A RESSIGNIFICAÇÃO DA VRC A PARTIR DA ITINERÂNCIA MISSIONÁRIA.

Pe. Daniel Rocchetti¹

Resumo: Tendo como ponto de partida as provocações da última Assembleia Geral Eletiva da CRB Nacional, o autor se pergunta: o que está acontecendo com a VRC que, pouco a pouco, vai abandonando as longínquas e escondidas comunidades rurais, pequenas, pobres, menos estruturadas? Para responder à questão, o artigo convida a olhar para Jesus, particularmente para a dimensão orante e itinerante e propõe, para a ressignificação da missionariedade da Vida Religiosa Consagrada, assumir esse itinerário, marcando presença onde a vida mais clama.

Palavras-chave: Missão. Seguimento. Oração. Itinerância.

Situando a questão

Foi em meados de 2022, propriamente em julho, quando aconteceu a 26ª Assembleia Geral Eletiva da Conferência dos Religiosos do Brasil, lá em Brasília. Tantos religiosos e tantas religiosas, de diversas partes do Brasil, se reu-

niram para eleger prioridades que direcionariam os trabalhos da instituição e as pessoas que pudessem levar à frente, à realização daquelas prioridades. Foram dias de muito trabalho, de muitas trocas, de belas experiências. E foram dias de aprendizados.

¹ Padre Palotino. Doutor em Teologia (Missiologia). Conselheiro Geral da Sociedade do Apostolado Católico (Palotinos). Endereço para contato: danielrocchetti@hotmail.com

Às vezes, estes aprendizados surgem nas entrelinhas de colocações e reflexões de grande peso acadêmico como a exposição feita pela Presidente da Conferência dos Religiosos da América Latina, Ir. Gloria Liliana Franco Echeverri, ODN. É dali que nasce o *input* deste breve artigo sobre a Missionariedade e a Vida Religiosa Consagrada.

De fato, o horizonte e as prioridades para o triênio da CRB ainda estavam sendo construídos, quando Ir. Liliana pôde apresentar sua reflexão sobre as *Mujeres del Alba: La osada esperanza al despuntar la aurora* (CLAR, 2024). E ela, saindo um pouco de seu texto, com palavras espontaneamente ‘espanholo-aportuguesadas’ questionou o fato de a VRC estar, pouco a pouco, abandonando as longínquas e escondidas comunidades rurais, pequenas, pobres, menos estruturadas e se movendo para as grandes cidades onde, acima de tudo – dizia ela mais ou menos assim – o motivo era para melhor administrar e dar suporte às irmãs e aos irmãos. E ela voltou ao seu texto.

Foi um questionamento. Talvez tenha sido apenas um suspiro?! Ou uma divagação? Pode até ser que fosse mais do que apenas isso, talvez uma denúncia a uma realidade anti-evangélica e anti-consagrada que se promove

e que se vive sem se perceber? Quem poderia saber o verdadeiro sentimento de Ir. Liliana naquele momento? Somente ela mesmo, mas pode até ser que ela sequer se lembre. Porém, é justamente daquele específico momento e daquele específico pensamento que nasce a reflexão deste artigo.

Das outras duas características para tornar visível Jesus Cristo ao mundo

Existem diversos elementos que caracterizam a VRC, desde os mais superficiais e irrelevantes aos mais profundos e estritamente necessários. Ela pode ser descrita por meio dos panos dos hábitos, dos muros dos conventos, das obras levadas adiante por tantos e tantas. São hospitais, tantas escolas, tantos asilos, ainda, são tantos orfanatos e mais uma lista enorme de obras. Mas esta lista não é, sinceramente, o melhor elemento que caracteriza a VRC. Essa pode ser descrita pelo fato de que “homens e mulheres, desde os primórdios da Igreja, pela prática dos conselhos evangélicos, procuraram seguir a Cristo com maior liberdade e imitá-lo mais de perto, consagrando, cada um a seu modo, a própria vida a Deus” (PC 1). Um seguimento livre a Cristo

e uma sua radical imitação, por meio dos Conselhos Evangélicos, são os elementos que caracterizam a VRC. Em outro documento do Magistério, afirma-se que “através da profissão dos conselhos evangélicos, os traços característicos de Jesus – virgem, pobre e obediente – adquirem uma típica e permanente ‘visibilidade’ no meio do mundo” (VC, 1), isto é, nos religiosos e religiosas, Jesus virgem, pobre e obediente se torna presente ao mundo.

Jesus virgem, pobre e obediente é o modelo a ser seguido por cada religioso e religiosa consagrados. Porém, Jesus não é só virgem, pobre e obediente. Ele é também orante. E é itinerante. Ele é tanto contemplativo quanto apostólico! Destas duas outras dimensões de Cristo deve-se ainda falar, mesmo que brevemente, neste artigo.

Jesus é orante

O Papa Francisco, em suas catequese semanais, dedicou reflexões muito profundas sobre a oração entre os anos 2020 e 2021. Em uma destas catequese, explicava que “Jesus nunca negligenciava seu diálogo íntimo com o Pai” e que em Sua vida “existe um segredo, escondido aos olhos humanos, que representa o ponto fulcral de tudo. A oração de Jesus

é uma realidade misteriosa, da qual só intuímos algo, mas que permite ler toda sua missão na justa perspectiva. Naquelas horas solitárias – na madrugada ou durante a noite – Jesus mergulha em sua intimidade com o Pai, ou seja, no Amor do qual toda a alma tem sede” (FRANCISCO, 2020).

O padre jesuíta Adroaldo Palaoro, em diversos de seus escritos homiléticos, explica que “nos Evangelhos encontramos várias passagens nas quais Jesus é apresentado orando no silêncio da noite, em profunda e prolongada comunhão com o Pai. (...) Sua solidão não é vazia; está habitada pela intimidade com o Pai, pelo sonho do Reino, pelos rostos dos prediletos do Reino: os pecadores, os pobres, os doentes, os oprimidos...” E “quando Jesus parece estar mais afastado deles é quando na realidade está em mais profunda comunhão com eles; quando aparentemente está mais solitário é quando Ele se revela mais solidário” (PALAORO, 2029).

Tanto o Santo Padre como o querido pregador apontam para o mesmo importante e decisivo detalhe sobre a vida de Jesus Cristo, que mesmo sendo Deus, com o Pai não desiste de ter e buscar profunda intimidade mediante à oração. E essa oração, experiência do *Amor do qual toda alma tem*

sede, não se fecha em si, mas se alarga às necessidades dos mais pobres para amá-los, criando solidariedade e comunhão.

Jesus é itinerante

No mesmo texto da catequese do Santo Padre que foi há pouco citado, ele afirma que “com frequência Jesus vai além, além na oração com o Pai e além noutras aldeias, noutros horizontes para ir anunciar a outros povos. (...). É a oração o leme que guia a rota de Jesus. Não é o sucesso, não é o consentimento, não é aquela frase sedutora ‘todos te procuram’, que ditam as etapas de sua missão” (FRANCISCO, 2020). Ou seja, a profunda experiência de amor e comunhão com o Pai norteia a atividade apostólica de Nosso Senhor Jesus Cristo. Ele não iria pelas vilas e estradas, encontrando-se com as pessoas, se não tivesse estado com o Pai e se encontrado com o Seu Infinito Amor. Assim, em Jesus Cristo, a experiência eterna e a experiência temporal de profunda intimidade com o Pai lançam-No à missão, impulsionam-O à atividade apostólica e ao encontro com a humanidade e com cada indivíduo.

Tanto Amor vivenciado é o motivo para tanto Amor compartilhado. A vida de Jesus Cristo foi totalmente gasta em benefício do

outro. Uma vida de pró-existência. Ele não reservou nada para si: foi totalmente do Pai e foi totalmente da humanidade. “Jesus foi o homem que viveu totalmente descentralizado: viveu para ‘os outros’ em dupla direção: vertical e horizontal” (BOM ROMBERT, 2024).

Essa horizontalidade da vida de Jesus o levou ao encontro das pessoas, lá onde estas pessoas estavam. Eram cidades, vilas ou campos. Ele encontrou-se com pessoas à beira do mar e dentro de uma barca. Também no templo, na sinagoga e na casa dos publicanos e pecadores. Nas estradas e nas entradas das cidades, Jesus estava aqui, e ali e acolá. E porque frequentava todos estes lugares foi inclusive chamado de comilão e beerrão (Mt 11, 19). Jesus não parava em lugar algum. Caminhava para encontrar quem mais necessitava. Era itinerante. Foi missionário. Sumo e Eterno Apóstolo (Hb 3, 1).

A VRC caracterizada pelos três conselhos evangélicos que visibilizam ao mundo o Jesus Cristo pobre, casto e obediente, é também convidada a repensar-se a partir destas outras duas dimensões que lhe são tão próprias: Jesus Cristo orante e itinerante.

Uma primeira pausa para refletir

Diante do acima apresentado, podemos nos colocar duas pequenas questões para conversar antes de seguir adiante:

1. Certamente a consciência da VRC nos coloca diante de Jesus casto, pobre e obediente. E não por menos, diante de Cristo orante. Mas a Sua itinerância não seria também um algo a mais para se questionar e refletir?
2. Recorde brevemente a biografia de seu fundador ou fundadora, e a repense através deste critério da itinerância de Jesus Cristo. Você conseguiu identificar este aspecto em sua vida? Se sim, o que será que ele ensina às nossas comunidades?

Ressignificar a VRC a partir da itinerância

Durante a 26ª AGE foi construído um Horizonte Inspirador³ que guiaria os trabalhos da CRB por todo este triênio. Junto a ele, e justamente para ajudar a ser

³ **Horizonte Inspirador 2022-2025:** Nós, na busca de resignificar a Vida Religiosa Consagrada no discipulado de Jesus Cristo, em sinodalidade, missionariedade e contínua conversão, à luz da Palavra, somos convocadas e convocados a permanecer no Seu amor, escutar e responder, com esperança, os gritos e os clamores de nosso tempo, para tornar visível o Reino de Deus.

alcançado, as prioridades também foram elaboradas e votadas em três eixos diferentes, ou seja, o discipulado, a sinodalidade e a missionariedade. Os três eixos são interligados e são necessários. Se abrem a tantas e tantas reflexões e se propõem a muitos programas de ajustamento, de renovação e de ressignificação da VRC no Brasil.

O seguimento de Jesus Cristo⁴ (discipulado) supõe uma profunda intimidade com a Palavra de Deus, que forma, reforma, denuncia⁵ (Hb 4, 12) e faz frutificar em atitudes concretas de cuidado (Is 55, 10-11)⁶. Desta intimidade com Jesus, se aprende também a valorizar as relações⁷, transformando-as em verdadeiros espaços de respeito, irmandade e humanidade⁸, sejam quais forem as diferenças ali existentes⁹. Ao descobrir

⁴ Eixo Discipulado.

⁵ Prioridade 1: Cultivar a vivência encarnada da Palavra de Deus como um itinerário de conversão, em atitude de escuta, discernimento e compromisso.

⁶ Prioridade 2. Promover a mística do cuidado consigo, com as/os outras/os e com a casa comum, inspiradas/os na Trindade.

⁷ Eixo Sinodalidade.

⁸ Prioridade 3: Viver a sinodalidade, a partir da escuta ativa e criativa, favorecendo a irmandade, humanizando e resignificando nosso modo de ser, estar e agir nas comunidades, na Igreja e na sociedade.

⁹ Prioridade 4: Fortalecer relações interculturais, intercongregacionais e intergeracionais, e efetivar parcerias com outros organismos eclesiais e sociais.

com Jesus o Seu próprio modo de ser, compreende-se que Sua vida é toda dedicada ao outro, é pró-existente e por isso, viver Jesus é também assumir a Sua pró-existência de uma forma ativa¹⁰, isto é, amando o Pai, amando a humanidade em cada indivíduo mais vulnerável - principalmente lá onde este está¹¹ - e, amando a criação¹².

Assim chegamos a um ponto crucial da VRC, convidada a conformar-se a Jesus: amar a pessoa mais frágil, encontrando-a lá onde ela está. Lá, não aqui. Não é a pessoa que vem. É o Cristo que vai. Conformado a Cristo (VC, 19.30) é o religioso e a religiosa que vão (VC, 72). Portanto, alguns verbos como *ir*, *andar*, *mover*, *sair* deveriam ser também característicos da VRC conformada a Jesus Cristo itinerante. São verbos que não deveriam causar estranhamento ou desconforto, dado que são resultantes da própria consagração.

¹⁰ Eixo Missionariedade.

¹¹ Prioridade 5: Assegurar nossa presença profética e transformadora junto às infâncias e juventudes e às diversas formas de pobreza e vulnerabilidade nas periferias existenciais, sociais e geográficas.

¹² Prioridade 6: Assumir a ecologia integral e o bem-viver como um estilo de vida, na defesa da Casa Comum e dos povos originários.

A poesia pode ajudar essa compreensão

Para ilustrar esse ponto é possível evocar aqui um grande personagem da vida eclesial brasileira, de profunda espiritualidade e de clara teologia, e que por meio de suas pregações, escritos e poesias, muito ajudaram – e ainda inspiram – tantos cristãos, cristãs, homens e mulheres de boa vontade: Dom Helder Câmara.

Esse texto é conhecido. Mas relê-lo após conhecermos Jesus Itinerante e essa sua característica a ser seguida pela VRC parece que ganha nuances ainda mais especiais:

Missão é partir

Missão é partir,
caminhar,
deixar tudo,
sair de si, quebrar a crosta do egoísmo
que nos fecha no nosso eu.
É parar de dar volta
ao redor de nós mesmos
como se fôssemos o centro
do mundo e da vida.
É não se deixar bloquear nos problemas
do pequeno mundo a que pertencemos:
a humanidade é maior.
Missão é partir,
mas não devorar quilômetros.
É, sobretudo, abrir-se aos outros
como irmãos,

descobri-los e encontrá-los.
 E, se para encontrá-los e amá-
 -los
 é preciso atravessar os mares
 e voar lá nos céus,
 então Missão é partir até os con-
 fins do mundo.

Como se lê e se compreende, o grande poeta aqui capta o senso desta vida cristã itinerante e missionária. É um movimento constante e de saída permanente. Nunca de acomodação, de enrijecimento ou de engessamento. E se há algum enraizamento, ele não será de fixação, mas de permanência no Amor (Jo 15, 9), para assim dar sempre mais e mais frutos.

Segundo Dom-Poeta Helder, a itinerância é essencial à vida cristã e é claro, à Vida Religiosa Consagrada. É um estilo constante de vida. E é mais do que ‘devorar’ quilômetros. Mesmo se não acontecer de traçar o mar ou rasgar os céus o importante é viver, *i-ti-ne-ran-te-men-te*, para sempre encontrar-se com as pessoas.

O Magistério também aprofunda essa compreensão

O tema da missionariedade, realizado no explícito ato mesmo de ir, caminhar e anunciar (Mt 28, 16-20) sempre esteve presente

no magistério eclesial. É verdade que no último século, diante das novas situações da geopolítica mundial, o tema foi se tornando ainda mais presente, buscando realizar a missão nas conhecidas áreas e estações missionárias. Recentemente, em 2019, foi celebrado o Mês Missionário Extraordinário com o intuito de festejar o centenário da Carta Apostólica do Papa Bento XV *Maximum Illud* sobre o trabalho desenvolvido pelos missionários no mundo. Desde este documento, outros tantos foram sendo escritos e apresentados à Igreja¹³ levando a uma conscientização eclesial missionária mais profunda e mais ativa.

Este processo contínuo de conscientização eclesial missionária

¹³ As grandes Encíclicas Missionárias, mais do que documentos teológicos, são respostas, apoios, e orientações à atividade missionária e aos seus problemas. Estes acompanhamentos foram sempre incentivo à pesquisa missiológica e de progresso para a missiologia. Aqui citam-se alguns desta importante lista antes do Concílio Vaticano II e depois do mesmo: *Maximum illud* (1919), *Rerum ecclesiae* (1926), *Saeculo exeunte* (1940), *Evangelii praecones* (1951), *Fidei donum* (1957), *Grata recordatio* (1959), *Princeps pastorum* (1959), Decreto *Ad Gentes* do Concílio Vaticano II (1965), *Evangelii Nuntiandi* (1974), *Diálogo e Missão* (1984), *Redemptoris Missio* (1990), *Diálogo e Anúncio* (1991), *Cristianismo e as religiões* (1996), *Cooperação Missionária* (1998), *Dominus Iesus* (2000); *Nota doutrinal sobre a evangelização* (2007), *Evangelii Gaudium* (2013).

realizado no último século vem culminar no modo com que o Papa Francisco tem buscado mobilizar a Igreja: que essa esteja num estado permanente de missão. Seu pontificado está marcado por expressões que ajudam a confirmar este aspecto: discípulo-missionário, conversão missionária, Igreja – hospital de campanha, Igreja em saída. Suas decisões têm sido também nessa direção. A reforma da Cúria Romana e o atuar de uma sinodalidade a serviço da missão são dois aspectos concretos que podem ser aqui relembrados. Ele tem nos recordado que é a Igreja que está a serviço da Missão de Deus. Não é a Igreja que tem a Missão, mas é a Missão que tem a Igreja. A Missão é maior, mais ampla, tem sua fonte e origem em Deus. E a Igreja está a serviço desta missão (CNBB-COMINA, 2019, p. 33-36).

O Santo Padre em um de seus discursos aos catequistas – e depois em diversas ocasiões – ensinou que quando se coloca Jesus no centro da vida, conseqüentemente a pessoa se descentraliza e se torna periferia (FRANCISCO, 2013). É um pensamento lógico. Se Ele é o centro, a pessoa deixa de estar ali e é deslocada para o lado, para a periferia. Ora, se a existência humano-cristã é assim, descentralizada, para a Vida Religiosa Consagrada o habitar as pe-

riferias, longe dos centros, não deveria assustar e esse espaço não deveria ser abandonado. Pode se dizer até que ele é seu lugar próprio e onde encontrar os elementos para sua ressignificação.

Enfim, em suas mensagens para o Dia Mundial das Missões os papas deixam muitas dicas para esta ressignificação missionária da VRC. Vale a pena ler e reler estes textos. Inclusive vale a pena rezar com eles. Nas recentes mensagens, o Papa Francisco sublinha a itinerância missionária. Naquela mensagem do ano passado, isto é, a de 2023, ele ensinou que quando o coração arde pela experiência de Amor com Jesus Palavra Encarnada, os nossos olhos se abrem para vermos a realidade a partir de Seus olhos e os nossos pés ardem para ir e anunciar... para ir e testemunhar! (FRANCISCO, 2024). E no texto deste ano de 2024, sob o título *Ide e convidai a todos para o banquete (Mt 22, 9)*, ele ressalta que a missão é ida incansável e convite constante para a festa do Senhor: “No início da ordem do rei aos seus servos, há dois verbos que expressam o núcleo da missão: ‘ide’ e chamai, ‘convidai’”.

Quanto ao primeiro verbo, convém recordar que antes os servos tinham sido já enviados para transmitir a mensagem do rei aos

convidados (Mt 22, 3-4). Daqui se deduz que a missão é ida incansável rumo a toda a humanidade para a convidar ao encontro e à comunhão com Deus. Incansável! Deus, grande no amor e rico de misericórdia, está sempre em saída, ao encontro de cada ser humano, para o chamar à felicidade de seu Reino, apesar da indiferença ou da recusa. Assim Jesus Cristo, bom pastor e enviado do Pai, andava à procura das ovelhas perdidas do povo de Israel e desejava ir mais além para alcançar também as ovelhas mais distantes (Jo 10, 16). Quer antes quer depois de sua ressurreição, disse aos discípulos ‘ide’, envolvendo-os em sua própria missão (Lc 10, 3; Mc 16, 15). *Por isso, a Igreja continuará a ultrapassar todo e qualquer limite, sair incessantemente sem se cansar nem desanimar perante dificuldades e obstáculos, a fim de cumprir fielmente a missão recebida do Senhor.*

Faz parte do ser da Igreja o ir! O movimento, a itinerância, a missionariedade é, segundo o que se tem visto, elemento essencial para que a Igreja seja Igreja de Cristo, enviado do Pai. Por isso, também faz parte da vida de cada cristão o ir... e tanto mais, de cada consagrado e cada consagrada.

E agora, Vida Religiosa Consagrada, o que fazer?

No início deste artigo foi recordado um profético pensamento de Ir. Liliana, certo? A ele é possível somar um breve testemunho retirado de uma campanha de conscientização missionária de uma importante agência de captação de recursos. No recorte daquela publicidade, há o testemunho de um missionário italiano em terras angolanas. E ali ele conta que “no tempo da guerra, só havia três pessoas que andavam nas aldeias, com o povo: os Malucos, os Militares e os Missionários eram os três M’s” (ACN BRASIL, 2024).

É desafiador pensar assim, talvez seja mesmo muito difícil, porém é verdadeiro: a Vida Religiosa Consagrada, missionária por essência, não deveria abandonar as periferias! Não deveria abandonar as zonas de conflito ou de guerra, por exemplo. Nem mesmo deveria abandonar os campos e as florestas, com a justificativa de que assim, ali no centro urbano, melhor se administra e acompanha a vida dos irmãos e das irmãs. Claro que ali também é lugar de missão e é também aonde devemos ir e onde devemos estar. Mas sempre deveria estar ali porque a missão requer e não porque somos poucos e assim, juntos ou

juntas, fica mais fácil administrar a comunidade.

Os religiosos e as religiosas, radicalmente descentralizados na alma, são convidados também a descentralizar-se territorialmente. *Itinerantemente*, saem e vão caminhando por aí, habitando os povoados pequenos e distantes, encontrando-se com as pessoas lá onde elas estão. Eles estarão

ali para defender a vida ameaçada, para tornar Jesus conhecido e para manifestá-Lo ao mundo. Enfim, somando-se às características e elementos da espiritualidade do próprio instituto, esse deveria ser o fim último da vida de um homem e de uma mulher que se consagraram para tornar visível ao mundo, Jesus casto, pobre, obediente, orante e itinerante!

Para sentipensar em comunidade e rezar:

1. Resignificar a VRC é o horizonte mais largo dos trabalhos da CRB Nacional para este triênio. E a proposta deste artigo é mostrar que este processo pode passar pelo assumir a itinerância de Jesus Cristo como critério de renovação. Seria possível que este critério também fosse levado em consideração nas decisões do instituto? O que impede que o seja e por quê?
2. A CRB Nacional tem alguns projetos de itinerância. São equipes inter-congregacionais que trabalham em diversas áreas. Você já pensou em voluntariar-se em um projeto deste tipo? Não seria, talvez, uma interessante proposta para retomar a alegria da própria vida consagrada?

Referências

ACN BRASIL. **Missionários somos todos nós**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=01I1er-swRY&t=69s>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BOM ROBERT, Everaldo. **A pró-existência de Heinz Schürmann**. Disponível em: <Acesso em: 31 jan. 2024.

CAMARA, Dom Hélder. **Missão é partir**. Disponível em: <https://www.arquidioceseolindarecife.org/wp-content/uploads/2011/09/Miss%C3%A3o-%C3%A9-partir.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

CLAR. **Mujeres del alba**. Disponível em: <https://www.clar.org/mujeres-del-alba/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CNBB–COMINA. **Programa Missionário Nacional**. Brasília, CNBB, 2019.

FRANCISCO, Papa. **Audiência Geral**. Roma, 4 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2020/documents/papa-francesco_20201104_udienza-generale.html Acesso em: 19 ago. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Corações ardentes, pés a caminho**. Mensagem para o Dia Mundial das Missões. Roma, 1º de junho de 2023. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/20230106-giornata-missionaria.html>. Acesso em: 18 fev. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Discurso aos catequistas vindos a Roma em peregrinação por ocasião do Ano da fé e do Congresso Internacional de Catequese**. Roma, 27 de setembro de 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130927_pellegrinaggio-catechisti.html. Acesso em: 18 fev. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Ide e convidai a todos para o banquete**. Mensagem para o Dia Mundial das Missões. Roma, 20 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/20240125-giornata-missionaria.html> Acesso em: 19 ago. 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. **Vita Consecrata**. Exortação apostólica pós-sinodal sobre a Vida Consagrada e sua missão na Igreja e no mundo. Petrópolis, Vozes, 1986.

PALAURO, Adroaldo. Jesus orante nos ensina a orar. **IHU Online**, 26 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/42-comentario-do-evangelho/591028-jesus-orante-nos-ensina-a-orar>. Acesso em: 19 ago. 2019.

PERFECTA CARITATIS. Decreto sobre a conveniente renovação da Vida Religiosa. Roma, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_perfectae-caritatis_po.html. Acesso em: 19 ago. 2024.

**BEM VIVER PARA
BEM ENVELHECER
2025**

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

EMAIL: formacao@crbnacional.org.br
Telefone/WhatsApp: (61) 98471-0242

São Gonçalo, RJ

*De 11 a 16 de
maio de 2025*

A PRESENÇA PROFÉTICA DA VRC JUNTO ÀS INFÂNCIAS.

Ir. Edgar Genuino Nicodem¹

Resumo: Ao celebrar os 70 Anos de sua existência, a CRB Nacional convida a refletir sobre a dimensão profética da VRC. Neste texto, o autor, a partir da realidade das crianças e adolescentes da periferia de Porto Alegre, reflete sobre a prática e o significado de ser presença que denuncia a realidade de dor e sofrimento e aponta para a esperança de uma sociedade onde todos, mas especialmente os mais frágeis que são as crianças e adolescentes, possam viver com dignidade.

Palavras-chave: Vida Religiosa Consagrada. Infância. Profecia. Esperança.

Situando a questão

Uma das prioridades do período 2022-2025 da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB Nacional), do Eixo Discipulado, é “assegurar nossa presença profética e transformadora junto às infâncias e juventudes e às diversas formas de pobreza e vulnerabilidade nas periferias existenciais,

sociais e geográficas”. Essa prioridade remete ao Horizonte Inspirador do triênio que nos convoca a “escutar e responder, com esperança, os gritos e os clamores de nosso tempo, para tornar visível o Reino de Deus”, “buscando ressignificar a Vida Religiosa Consagrada (VRC)”.

¹ Irmão lassalista. Licenciado em Ciências. Bacharel e Mestre em Teologia. Diretor do Noviciado Interprovincial Santíssima Trindade de Porto Alegre, coordenador da Equipe Interdisciplinar da CRB. Endereço para contato: edgar.nicodem@lasalle.org.br

Entre os gritos e clamores de nosso tempo, inevitavelmente, está a realidade das infâncias e juventudes em situação de vulnerabilidade. Ressignificar a VRC consiste, entre outros aspectos, revisitar a nossa presença profética e o nosso compromisso transformador com aqueles que estão no coração de Deus para tornar visível o seu Reino. Instaurar esse compromisso transformador significa escutar, aproximar-se, estender a mão e caminhar lado a lado com as vítimas de uma sociedade cada vez mais desumanizadora.

Abordaremos neste artigo a temática das infâncias. Inicialmente contextualizaremos a situação das infâncias na sociedade e na Igreja. Num segundo momento analisaremos as reações da sociedade, Igreja e VRC diante das múltiplas evidências de abusos em relação às infâncias e suas nefastas consequências para o presente e o futuro das crianças e adolescentes. Entre essas reações destacaremos o direito à Educação, o *Motu Proprio Vos Estis Lux Mundi*, o Núcleo *Lux Mundi* e a Política de Proteção da CRB. E, para finalizar, vamos evidenciar algumas implicações para a presença profética da VRC na sociedade e na Igreja.

Uma tempestade perfeita

Num sábado à tarde, acompanhado por duas Ministras Extraordinárias da Eucaristia de uma das Paróquias da Zona Sul de Porto Alegre, onde habitualmente marco presença pastoral, visitamos a família de dona Alicia³. Uma das Ministras me disse: “Irmão, precisamos visitar a família de dona Alicia porque na última semana foi encontrado o corpo de seu filho em avançado estado de decomposição”. Marcos, o jovem assassinado, tinha 17 anos e era pai de uma menina de alguns meses. Estudava em um curso profissionalizante com o objetivo de qualificar-se para num futuro próximo entrar no mercado de trabalho e propiciar melhores condições de vida para a sua família.

De acordo com dona Alicia, Marcos foi sequestrado, torturado e assassinado por traficantes. A lei do tráfico é implacável. Foi encontrado quase um mês após o desaparecimento, enterrado até o pescoço, com evidentes sinais de maus tratos.

A senhora Alicia vive numa casa de 8 por 3 metros quadrados, numa das zonas periféricas de Porto Alegre. Em sua casa, além

³ Todos os nomes mencionados são fictícios.

do marido vivem três de suas filhas e mais um irmão de Marcos. A filha maior tem três filhos (duas meninas e um menino), a segunda filha tem dois filhos (um menino e uma menina) e a filha mais nova tem uma menina. Além das três filhas e de Marcos, dona Alicia tem quatro filhos homens. O maior deles também foi morto pelo tráfico, o segundo vive na rua com a esposa. O terceiro vive com a família no litoral. O filho que antecede a Marcos também sofreu uma tentativa de assassinato. Perto da casa de dona Alicia funciona um baile funk rodeado de densa vegetação. Antônio já havia sido amarrado numa árvore para o interrogatório. É costume fazer esses interrogatórios deixando cair pedras nos pés das vítimas. No dia em que visitamos dona Alicia, Antônio estava se recuperando no hospital. Antônio só está vivo porque no momento do interrogatório houve um intervalo no baile e muita gente saiu do salão e acabaram presenciando a cena.

Se olharmos a tragédia de dona Alicia vemos que há seis crianças em situação de vulnerabilidade. Um dos poucos espaços alternativos que elas têm é a Escola Estadual onde estudam. O restante do tempo passam na casa ou na rua. Diante desse relato é necessário colocar uma questão básica

– quantas crianças e adolescentes neste nosso país vivem situações de vulnerabilidade semelhantes?

Uma questão de direitos fundamentais e justiça social

Segundo dados do IBGE (2023), o Brasil tem uma população de 203.080.756 de habitantes, dos quais 53.759,457 têm menos de 18 anos. Mais da metade das crianças e adolescentes do país são afrodescendentes e um terço das 1.227.642 pessoas dos povos originários são crianças. As crianças e os adolescentes de nosso país têm seus direitos fundamentais assegurados pela Constituição. Contudo, a questão central é saber como o Estado e a sociedade estão comprometidos em atender essas necessidades básicas. Um ditado popular afirma que uma sociedade que não cuida das crianças e das pessoas idosas é decadente. Como qualificamos o nosso país?

Dados recentes, também do IBGE, revelam que entre 2019 e 2022 o trabalho infantil aumentou 7% no Brasil. Em termos práticos isso significa que são quase 2 milhões de crianças e adolescentes envolvidas em trabalho infantil. Desse total, quase dois quartos tinham entre 5 e 15 anos. Entre os adolescentes de 15 e 16

anos a carga horária chegava ao redor de 40 horas semanais. Entre as piores formas de trabalho infantil estavam 756 mil menores. Ou seja, em atividades que envolviam riscos de acidentes e eram prejudiciais à saúde. O trabalho infantil é uma das piores chagas que afeta nossas crianças e adolescentes. Erradicá-lo, segundo a UNICEF (2021), deve ser a prioridade das prioridades. Não é possível continuar hipotecando o futuro de nossas crianças e adolescentes.

Algumas informações complementares sobre essa triste realidade do trabalho infantil (UNICEF, 2021). Segundo dados de 2019, do total de crianças e adolescentes envolvidos em trabalho infantil, 66,4% são meninos e 33,6% são meninas. Praticamente o dobro de meninos do que de meninas. Desse total 75,8% em trabalho infantil urbano e 24,2% em trabalho infantil rural. Outro fator relevante é a idade das vítimas do trabalho infantil: a) 53,7% entre 16 e 17 anos; b) 25,0% entre 14 e 15 anos; c) 21,3% entre 5 e 13 anos. Dos quais 66,3% são pretos ou pardos, 33% são brancos e 12,1% não estudam.

Segundo o Diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no país, Vinícius Pinheiro, a erradicação do Trabalho Infantil

até 2025, meta das Nações Unidas, infelizmente não será alcançada no Brasil. O mais urgente, segundo ele, é retirar as crianças e os adolescentes do mercado de trabalho e colocá-las em espaços educativos (escolas) e lúdicos. Criança tem que estudar, brincar e não trabalhar. Uma educação de qualidade, acessível a todos (as), será fundamental para mudar esse terrível cenário.

Uma das faces mais cruéis da violência

Uma das faces mais trágicas das violações de Direitos no Brasil, são os homicídios de adolescentes. A cada hora, um adolescente é assassinado no país. Em sua grande maioria essas vítimas são meninos, negros e moradores de favelas. O Brasil tem uma das legislações mais avançadas no que diz respeito à proteção da infância e adolescência. Contudo, as políticas públicas ainda estão longe de combater e superar de modo eficaz as desigualdades geográficas, sociais e étnicas do país e poder celebrar a riqueza da diversidade.

Ainda segundo a UNICEF (2021), entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes de até 19 anos foram mortos de forma violenta no Brasil – uma média de

7 mil por ano. Para mudar esse cenário, é preciso que o País enfrente a normalização das violências, promova a capacitação de profissionais que trabalham com crianças e adolescentes, engaje as polícias em ações de prevenção das violências, garanta a permanência das crianças e adolescentes nas escolas, promova a sensibilização de meninos e meninas sobre seus direitos, garanta a responsabilização dos perpetradores de violências, e invista no monitoramento e geração de evidências.

Denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes

Apesar dos avanços, sabemos que as denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes sempre são situações complexas e que ainda há um longo percurso pela frente. Segundo o Ministério da Saúde, entre 2015 e 2021 foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. São praticamente 80 casos por dia. Esses são os casos notificados e quantos serão os não notificados? Persiste o grave problema da subnotificação.

Segundo Boletim divulgado em 2021, por ocasião do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Explora-

ção Sexual de Crianças e Adolescentes, tivemos 83.571 (41,2%) dos casos de violência foram contra crianças de 0 a 9 anos e 119.377 (58,8%) foram praticados contra adolescentes de 10 a 18 anos. A maioria das ocorrências, tanto com crianças quanto com adolescentes, acontece dentro de casa e os agressores são pessoas do convívio das vítimas, geralmente familiares. Outro dado relevante é que a maioria das violências é praticada mais de uma vez.

Como fazer denúncias

É inadmissível que a sociedade continue condescendente com as situações de abusos a crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade. Conhecer os canais para fazer as denúncias pode ser um diferencial importante. Felizmente temos em nosso país instituições, particularmente ligadas à Justiça, que funcionam bem. Segue uma relação de canais onde se pode apresentar denúncias.

Disque 100 – É o número da Secretaria de Direitos Humanos que recebe denúncias de forma rápida e anônima e encaminha o assunto aos órgãos competentes no município de origem da criança ou adolescente. Pode ser discado de qualquer parte do Brasil. A ligação é gratuita, anônima e com

atendimento 24 horas, todos os dias da semana.

Aplicativo Proteja Brasil – Através do aplicativo *Proteja Brasil* qualquer cidadão pode encaminhar denúncias de violações de direitos humanos. O aplicativo pode ser baixado diretamente no celular. Disponível em português, inglês e espanhol, funciona em celulares e tablets e está disponível para os sistemas operacionais iOS ou Android. Para começar a utilizar o aplicativo, basta:

- Fazer o download do app compatível com o seu celular.
- Permitir que o app acesse a sua localização.
- Preencher um formulário com dados da vítima, dados do agressor e uma descrição da violência perpetrada.
- Sua denúncia é registrada de uma forma totalmente sigilosa e segura.

Com apenas alguns cliques, o usuário consegue apresentar sua queixa à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos de maneira fácil, rápida, anônima e segura.

Disque 190 – É o número da Polícia Militar que deve ser acionado em casos de necessidade imediata ou socorro rápido. O 190 recebe ligações de forma gratuita em todo o território nacional.

Conselho Tutelar de sua Cidade – O Conselho Tutelar é um dos órgãos de proteção e que também recebe denúncias de violações dos direitos das crianças e adolescentes.

Direito à Educação

O direito à educação é reconhecido tanto internacionalmente quanto em nosso país. Em nível internacional podemos mencionar a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, da UNICEF, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989. Ela estabeleceu a Educação Básica como um dos direitos inalienáveis das crianças, impondo padrões mínimos a seguir.

O direito à Educação foi reconhecido no Brasil pela Constituição de 1988. O artigo 6º da Constituição enumera a educação entre os direitos sociais. Já o artigo 205 afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Como um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente à dignidade humana, é dever do Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Outro documento importante no direito à Educação é o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O ECA regulamenta a artigo 227 da Constituição Federal que define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado. O ECA também reconhece a diversidade de necessidades e realidades das crianças e adolescentes, garantindo o acesso à educação nas diferentes modalidades.

Inegavelmente temos uma excelente legislação referente ao direito à educação. Contudo, o que acontece na prática? Por que existe esta imensa distância entre o direito e o acesso à educação? É importante analisar os porquês dessa situação e como ela pode ser superada, onde as políticas públicas possuem um papel preponderante.

O Brasil tem 26.515.601 matrículas no Ensino Fundamental e 7.770.557 no Ensino Médio. Um dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes é o acesso à educação. Conforme a Organização para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil avançou em número de

matrículas e melhorou o nível de escolaridade da população nas últimas décadas. É a primeira vez que mais da metade da população com mais de 25 anos completou o Ensino Fundamental. O analfabetismo caiu de 6,1% para 5,6%. Segundo o relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) conseguimos avançar no acesso à educação básica e até em relação a índices de desempenho, mas as desigualdades persistem. Essas desigualdades são multidimensionais, se dão por nível socioeconômico, mas também por raça, gênero e localização geográfica. A desigualdade é o problema que grita em todas as partes deste país. Entre pretos e pardos, 7,4% são analfabetos, mais que o dobro da população branca. O abandono escolar também é um indicador dessa desigualdade. Sete em cada 10 jovens que não completaram o Ensino Médio são pretos ou pardos.

Paulo Freire, em uma de suas tantas considerações sobre a educação, afirma: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Transparece nessa afirmação de Freire a importância da educação como elemento fundamental para reduzir a inequidade social e para que a educação se

constitua em diferencial na vida democrática, econômica e social do país. Quais são as barreiras que impedem o acesso à educação de qualidade?

As barreiras que dificultam o acesso à educação, um direito social, podem resultar em aumento do desemprego, criminalidade e discriminação. Sem acesso à educação de qualidade aumentam as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e menores chances de conquistar vagas em Universidades e concursos públicos. Num país, como o nosso, onde a Educação não é prioridade, a redução da inequidade social fica comprometida, realidade que afetará futuras gerações. Para muitas crianças e adolescentes de zonas rurais e periferias ir à escola é um trabalho hercúleo. A própria situação familiar pode ser um desafio quase intransponível. No esforço pela sobrevivência muitas crianças e adolescentes acabam trabalhando, contribuindo com a renda familiar. O trabalho infantil ainda continua sendo uma triste realidade em nosso país.

Diante de um quadro tão problemático e desafiador a missão profética da Vida Religiosa Consagrada mantém todo a sua atualidade e urgência. Como os nossos Fundadores e Fundadoras somos chamados a sermos criativos na

construção de alternativas para que mais e mais crianças, adolescentes e jovens possam ter acesso à educação de qualidade. Além das obras que habitualmente animamos será fundamental, com outras instituições, lutar por políticas públicas que possibilitem o acesso de todos a uma educação de qualidade, como direito social consagrado em nossa Constituição.

Quando um membro sofre, todos sofrem

O fenômeno dos abusos marcou tristemente a Igreja nos últimos anos. O que mais suscitou notícias, mesmo em âmbito internacional, foi o envolvimento de membros da hierarquia, sacerdotes, religiosos e religiosas. O modo como a hierarquia e os superiores maiores fizeram a gestão das denúncias em muitos casos foi problemático. Podemos aqui mencionar os casos de encobrimento e as transferências, que nada mais fizeram do que transferir o problema.

Quem sabe é importante lembrar entre as reações, a palavras do Cardeal Ratzinger na Via-Sacra da sexta-feira de 2005: “quanta sujeira há na Igreja, e precisamente entre aqueles que, no sacerdócio, deveriam pertencer completamente a Ele! Quanta

soberba, quanta autossuficiência! A traição dos discípulos, a recepção indigna do seu Corpo e do seu Sangue é certamente o maior sofrimento do Redentor, o que lhe trespassa o coração” (RATZINGER, 2005).

O Papa Francisco tem sido incansável em enfrentar a questão dos abusos. Aqui vamos mencionar duas de suas iniciativas. Em primeiro lugar, a Carta ao Povo de Deus (2018) e, em segundo lugar, o *Motu Proprio Vos Estis Lux Mundi* (2023).

Carta do Papa Francisco ao Povo de Deus

No dia 20 de agosto de 2018, o Papa Francisco dirigiu uma Carta ao Povo de Deus onde afirma que “é imperativo que nós, como Igreja, possamos reconhecer e condenar, com dor e vergonha, as atrocidades cometidas por pessoas consagradas, clérigos, e inclusive por todos aqueles que tinham a missão de assistir e cuidar dos mais vulneráveis”.

O olhar do Sumo Pontífice se dirige particularmente às vítimas de abuso sexual, de poder e de consciência. A dor das vítimas, afirma Francisco, “é um gemido que clama ao céu, que alcança a alma e que, por muito tempo, foi ignorado, emudecido ou silen-

ciado”. Olhando para o passado, recorda o Sumo Pontífice, nunca será suficiente o que se faça para pedir perdão e procurar reparar o dano causado. Olhando para o futuro, nunca será pouco tudo o que for feito para gerar uma cultura capaz de evitar que essas situações não só não aconteçam, mas que não encontrem espaços para serem ocultadas e perpetuadas.

No próêmio do *Motu Proprio Vos Estis Lux Mundi*, que veremos a seguir, o Papa Francisco afirma: “Os crimes de abuso sexual ofendem Nosso Senhor, causam danos físicos, psicológicos e espirituais às vítimas e lesam a comunidade dos fiéis. Para que tais fenômenos, em todas as suas formas, não aconteçam mais, é necessária uma conversão contínua e profunda dos corações, atestada por ações concretas e eficazes que envolvam todos os membros da Igreja, de modo que a santidade pessoal e o empenho moral possam concorrer para fomentar a plena credibilidade do anúncio evangélico e a eficácia da missão da Igreja”.

Motu Proprio Vos Estis Lux Mundi

Diante de tão graves denúncias, com ampla repercussão internacional, a Igreja não poderia

ficar indiferente. O Papa Francisco tem trabalhado arduamente desencadeando inúmeras iniciativas, entre as quais é necessário destacar, o *Motu Proprio Vos Estis Lux Mundi*. Essa Carta Apostólica não somente deixa claro o posicionamento da Igreja, mas também estabelece uma série de procedimentos para fazer frente aos crimes de abuso sexual que ofendem Nosso Senhor, causam danos físicos, psicológicos e espirituais às pessoas e lesam a comunidade de fiéis, segundo o Papa Francisco.

Vamos destacar alguns procedimentos requeridos pelo *Motu Proprio Vos Estis Lux Mundi*: 1º - Todas as Dioceses devem estabelecer sistemas estáveis e facilmente acessíveis ao público para apresentar denúncias. 2º - Todos os clérigos, religiosos e religiosas devem informar às autoridades eclesiais sobre abusos que tenham conhecimento. 3º - São estabelecidos prazos dentro dos quais devem ser concluídas as investigações. 4º - O *Motu Proprio* também enfatiza o cuidado com as pessoas que foram ofendidas e a importância do acolhimento, escuta e acompanhamento, oferecendo-lhes assistência espiritual e terapêutica.

Para que tais lamentáveis situações não continuem acontecendo

ou se repitam, insiste o *Motu Proprio*, é necessária uma conversão contínua e profunda dos corações, transformada em ações concretas e eficazes que envolvam a todos na Igreja. A credibilidade do anúncio do Evangelho e a eficácia da missão da Igreja dependem, entre outros fatores, dessa renovada ação em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade. O Papa Francisco assegura que embora muito já tenha sido feito, precisamos continuar a aprender das lições amargas do passado a fim de olhar com esperança para o futuro.

Núcleo *Lux Mundi*

Uma das iniciativas para fazer frente ao triste fenômeno dos abusos em nosso país foi a criação do *Núcleo Lux Mundi*. A finalidade desse Núcleo é colocar em prática as propostas do *Motu Proprio Vos estis Lux Mundi*. Isso se faz por meio de uma série de iniciativas considerando crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade. Particularmente relevantes são as iniciativas de formação.

Uma das tarefas importantes do *Núcleo Lux Mundi* é ajudar as Dioceses e Congregações Religiosas ou Províncias a elaborar o seu Protocolo ou Política de Proteção. Ter um Protocolo ou Política

de Proteção é fundamental para um posicionamento institucional, mas também para ter procedimentos claros em caso de eventuais denúncias. Outro aspecto importante é efetivamente instaurar uma cultura de proteção institucional caracterizada pela transparência.

Tem-se observado certa lentidão das Congregações Religiosas em colocar em prática as determinações do *Motu Próprio Vos estis Lux Mundi*. Parece que ainda falta despertar para as nefastas consequências dos diferentes tipos de abusos perpetrados. Às vezes tem-se a impressão de que pressões externas são necessárias para mover algumas instituições. É o caso, por exemplo, da exigência de um Protocolo para receber ajudas de organismos internacionais. Contudo, é fundamental que cada Congregação ou Província tenha a sua Política de Proteção ou Protocolo.

Política de Proteção da CRB

Desde 1º de agosto de 2021 a CRB tem a sua “Política de Proteção a crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade” (CRB Nacional, 2021). Ao assumir a proposta do *Motu Proprio* do Papa Francisco, a CRB considera inadmissível qualquer tipo de abuso contra pessoas

em situação de vulnerabilidade. Trata-se na verdade de uma política de prevenção e de proteção que tem a finalidade de promover uma cultura de prevenção.

Desde a aprovação da Política de Proteção da Nacional a Comissão de Proteção pôs-se a trabalhar. Além dos momentos formativos ela tem a missão de acolher e encaminhar as denúncias recebidas. Diversas denúncias foram recebidas e encaminhadas. Foram momentos importantes de escuta, acolhida e encaminhamento de situações. O tema da proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade continua sendo um importante desafio para a missão da CRB na animação da VRC do país. O caráter dinâmico do Política de Proteção deve ser ressaltado. Ela precisa ser constantemente avaliada, atualizada e assumida pela CRB, congregações e ordens religiosas, dado que está em jogo a sua credibilidade e seu testemunho profético.

Presença profética da VRC com as crianças e adolescentes

Após esse percurso relativamente longo sobre a situação das crianças e adolescentes em nossa sociedade e Igreja, chegou o momento de descortinar alguns

aspectos de como a presença da VRC pode ser profética e transformadora nesse contexto. Considerando a Vida Religiosa Apostólica é difícil identificar uma congregação ou ordem religiosa que não tenha presença pastoral ou educativa significativa junto a crianças e adolescentes. Contudo, em que consistiria uma presença profética e transformadora junto a esse contingente tão significativo de nossa população?

Muito se tem escrito sobre a dimensão profética da VRC, e não é nossa intenção sintetizar a riqueza e a atualidade dessas reflexões. Simplesmente queremos relacionar essa parte de nosso escrito com o horizonte e o eixo da missionariedade do atual triênio (2022 – 2025) da CRB. Basicamente como podemos responder, com esperança, aos gritos e clamores das infâncias?

Como pano de fundo para as nossas considerações vamos utilizar a perspectiva da imaginação profética de Walter Brueggemann. Acreditamos que essa perspectiva traçada há décadas permanece atual e continua sendo inspiradora. A vocação do profeta, segundo Brueggemann, é manter vivo o ministério da imaginação propondo futuros alternativos, diferentes daquele único pensável pela política e estruturas vi-

gentes (BRUEGGEMANN, 1983, p. 51-52). Ao longo da obra *A imaginação profética*, Brueggemann contrapõe de forma sistemática a capacidade de imaginar alternativas diferentes, encontradas, por exemplo, no Êxodo e em profetas como Jeremias e o Dêutero-Isaías, com a monarquia institucional na qual tudo está previsto, planejado e não há espaço para o novo. O importante é encontrar brechas por onde o novo pode entrar e transformar a realidade.

A esperança é a principal expressão profética segundo Brueggemann (1983, p. 81). E como tal, a esperança é inoportuna, invasora e desconcertante mostrando que a realidade desumanizante não tem a última palavra. É uma força disruptiva diante do *status quo* que renova e ativa antigas promessas e nada pode detê-la. O que era estéril torna-se fértil: Sara (Gn 11,30); Rebeca (Gn 25,21); Raquel (Gn 29,21); e Isabel (Lc 1,7).

A esperança é posterior à aflição e quem a expressa publicamente necessita conhecer e participar da angústia que torna possível a esperança (BRUEGGEMANN, 1983, p. 94). Sem uma participação efetiva com os que padecem aflições não se pode cantar cânticos novos. Sem essa participação os cânticos poderão sim-

plesmente ser manifestações ruidosas ou até falsas. Ou em outras palavras, quanto rito, cerimônia ou pano para estar em perfeita sintonia com o “status quo”.

Vamos passar à análise de como se dá a relação entre aflição e esperança nos relatos do nascimento de Jesus, segundo Brueggemann. Em Lucas podemos reconhecer a solidariedade com os pobres pastores e, em Mateus, o conflito com os poderes estabelecidos. Em Lucas a revelação aos pastores anuncia uma novidade que vai acabar com algo que parecia eterno. Haverá uma inversão profunda da lógica reinante (Lc 1,51.53). Não será uma mudança indolor porque o rei não deixará o poder escapar sem reagir violentamente. Não vai morrer sozinho. Vai matar e aniquilar. Enquanto Lucas celebra a novidade nascente, Mateus coloca no centro a dor e aflição provocada pela grande transformação. Em Mateus, vemos os últimos estertores de um rei que termina (Mt 2,16-23) e a aflição de Raquel que “chora seus filhos e não quer ser consolada, porque já estão mortos” (Mt 2,18b). Mateus revela simultaneamente o fim de um período de matança e morte, e o surgimento de uma nova e transformadora alternativa com o Nazareno (Mt 2,23). À aflição gerada pela perse-

guição, matança e exílio, segue-se um novo horizonte de esperança com o retorno de Jesus, Maria e José à cidade de Nazaré.

A VRC é uma pequena parcela do Povo de Deus. Faz parte da vida e missão da Igreja. Paulo VI, na *Evangelii Nuntiandi*, afirma que:

Graças à sua consagração religiosa, eles são por excelência voluntários e livres para deixar tudo e ir anunciar o Evangelho até as extremidades da terra. Eles são empreendedores, e o seu apostolado é muitas vezes marcado por uma originalidade e por uma feição própria, que lhes granjeiam forçosamente admiração. Depois, eles são generosos: encontram-se com frequência nos postos de vanguarda da missão (EN, 69).

Segundo o Paulo VI, os/as religiosos/as são convocados/as a assumir o seu apostolado com originalidade e feição própria, colocando-se com generosidade nos postos de vanguarda da missão. Ao considerar a situação das infâncias supramencionada, é fundamental que a VRC esteja na vanguarda da defesa e promoção da dignidade e dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Destacaremos algumas perspectivas que nos podem iluminar nesta caminhada:

1. Walter Brueggemann destaca a importância da imaginação profética diante de situações que parecem imutáveis. Mais do que administrar o instituído, é indispensável imaginar novas alternativas e configurar novos horizontes para transformar a realidade. É preciso estar aí onde são mais necessárias a imaginação e a criatividade, onde o risco é maior para sacudir a perda do dinamismo profético (SOBRINO, 1984, p. 335). Superar o triste quadro que afeta nossas crianças e adolescentes requer muita imaginação, criatividade e a superação da inércia que afeta muitas vezes as instituições da Igreja e da VRC;
2. Em sua homilia, por ocasião da visita a Lampedusa, o Papa Francisco denuncia “a cultura do bem-estar que leva à indiferença a respeito dos outros; antes, leva à globalização da indiferença”. Há algumas situações, segundo Francisco, que são como um espinho no coração que faz doer.

Brueggemann afirma que sem uma participação efetiva nas aflições dos que padecem não podemos cantar cânticos novos. Até nossas bem-intencionadas celebrações podem parecer manifestações ruidosas e vazias. Qual é o impacto que a dor e sofrimento de tantas crianças e adolescentes têm em nosso coração? Que sentido tem para o nosso cotidiano comunitário e para nossas instituições? Como estamos conseguindo superar a globalização da indiferença?

3. A esperança, como vimos, é uma força disruptiva que não permite que sejamos indiferentes ou coniventes com o *status quo*. Nossos fundadores/as souberam olhar a realidade com os olhos de Deus e criar novas alternativas. Hoje essa missão é nossa. Não podemos abandonar, ser indiferentes ou fracassar com aqueles que Deus nos confia.

O evangelho de Mateus (25, 31-46) mostra que qualquer pequeno gesto tem valor inestimável. Por isso, sigamos adiante com fé e

esperança. As crianças e os adolescentes agradecem. Quem sabe, não somos mais do que “uma gota d’água num mar sem fim” (SCORPIONS, 1977), mas com a nossa

presença solidária podemos fazer toda diferença na vida de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

Para sentipensar em comunidade e rezar

1. Como a realidade das crianças e adolescentes impacta em nossa vida e missão?
2. *Quais são as iniciativas de caráter profético envolvendo crianças e adolescentes das quais a nossa Congregação ou Província participa?*
3. *Como Congregação ou Província conhecemos a Política de Proteção da CRB?*
4. *Temos em nossa Congregação ou Província uma Política de Proteção ou Protocolo?*
5. *Conhecemos os canais de denúncia dos abusos de crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade?*

Referências

BRUEGGEMANN, Walter. **La imaginación profética**. Santander: Sal Terrae, 1986.

CENSO 2022. De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões. **Agência IBGE Notícias**, 28 de junho de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CRB Nacional. **Política de Proteção a crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://crbnacional.org.br/wp-content/uploads/2023/03/POLITICA-DE-PROTECAO-CRB-NACIONAL.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CRB NACIONAL. **Política de proteção a crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade**. Disponível em: <https://crbnacional.org.br/wp-content/uploads/2023/03/POLITICA-DE-PROTECAO-CRB-NACIONAL>.

- ESTATUTO da e do adolescente. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- FRANCISCO, Papa. **Carta ao Povo de Deus**. Roma, 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2018/documents/papa-francesco_20180820_lettera-popolo-didio.html. Acesso em: 21 ago. 2024.
- FRANCISCO, Papa. **Vos Estis Lux Mundi**. Carta Apostólica sob forma de Moto Proprio. Roma, 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/20230325-motu-proprio-vos-estis-lux-mundi Acesso em: 21 ago. 2024.
- PAULO VI, Papa. **Evangelii Nuntiandi**. Petrópolis, Vozes, 1975.
- PAULO VI, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi**. Roma, 1975. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost-exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.
- RATZINGER, Joseph. **Nona Estação**. Roma, 2005. Disponível em: https://www.vatican.va/news_services/liturgy/2005/via_crucis/po/station_09.html. Acesso em: 21 ago. 2024.
- SCORPIONS. **Dust in the wind**, 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wO29FkM6LZM>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- SOBRINO, Jon. Resurrección de la verdadera Iglesia: los pobres lugar teológico de la eclesiología. Santander: Sal Terrae, 1984.
- UNICEF. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. UNICEF/Fórum Nacional de Segurança Pública, 2021.

VIDAS JOVENS IMPORTAM: JUVENTUDES DAS FRONTEIRAS NO CAMINHO DA RESSIGNIFICAÇÃO DA VRC.

Ir. Joilson de Souza Toledo¹

Resumo: As juventudes se apresentam como um desafio para a Igreja no século XXI. O jeito e a intencionalidade de se aproximar delas sinalizam o que elas são para nós. Vidas jovens importam para nós e isso precisa ser traduzido em nossas escolhas. Parte do processo de ressignificação da VRC proposto pela 26^a AGE passa pela aproximação com as juventudes. Qual o lugar que as jovens e os jovens ocupam em nossos carismas é a pergunta fundamental que precisamos nos fazer. De que forma concretizamos estas intuições? Junto a estas questões nos detemos em três questões emergentes nos cenários juvenis: as vidas precarizadas, o mundo conectado e a saúde mental.

Palavras-chave: Juventudes. Vidas precarizadas. Papa Francisco. Desafios.

Situando a questão

Enquanto escrevo este texto, acompanho várias notícias de violência contra jovens periféricos: um entregador de aplicativo que levou um tiro na coxa de um policial que não estava em serviço;

jovens “confundidos” com traficantes; jovens mortos na disputa entre facções do crime organizado. Tudo isso me faz retomar a afirmação do professor Carles Feixa (2023), em sua conferência de abertura do IX JUBRA ocorri-

¹ Irmão Marista. Doutorando em Teologia. Membro da Equipe Interdisciplinar da CRB Nacional. Endereço para contato: mistagogo@yahoo.com.br

do em novembro do ano passado, em Teresina, “Vidas jovens importam”. A expressão inspirada no movimento “Vidas Negras Importam”, que tomou parte da sociedade estadunidense em 2020, por ocasião do assassinato de George Floyd. Há jovens que, de formas diversas, afirmam que “não conseguem respirar”. Diante dessa situação, há pessoas que tentam intervir. Há pessoas que assistem. Há pessoas, projetos, um sistema que coloca o joelho sobre corpos jovens majoritariamente periféricos. Nessa situação, onde estão os consagrados e as consagradas?

A 26ª AGE no processo de “Ressignificação da Vida Religiosa Consagrada numa Igreja sinodal” discerniu como uma das prioridades para futuro: “assegurar nossa presença profética e transformadora junto às infâncias e juventudes e às diversas formas de pobreza e vulnerabilidade nas periferias existenciais, sociais e geográficas”.

O chamado a assegurar uma presença profética junto às juventudes se dá porque na fé cremos que Deus viu, ouviu, que conhece as dores, que desceu e nos envia. Em Deus, não há indiferença, em seu amor, toda vida importa. A Bíblia apresenta o testemunho de que, para Deus, a vida dos pequenos e indefesos tem valor.

Nessa tradição, os/as discípulos/as de Jesus são convidados/as, em cada momento da história, a reconhecer os “caídos e machucados à beira da estrada” e gastar tempo e recursos com eles, mudar rotas porque eles importam. Em muitas sociedades, entre elas a brasileira, dentre esses deixados à margem encontram-se inúmeros jovens.

Vivemos tempos de mudanças aceleradas, que demandam respostas mais rápidas, e respostas rápidas demandam lidar com a provisoriedade. O que parece ser um desafio para nós, consagradas e consagrados. É tempo de tentar. É preciso arriscar porque, na fé e pelos votos com que nos comprometemos, acreditamos que vidas jovens importam. Reconhecer que nossas respostas são históricas e, por isso, demandam-se (re)vistas, e o fato de que iniciativas pertinentes ontem podem não responder hoje, pois demandam humildade, discernimento, itinerância. Situam-nos, num itinerário de mudança.

Nesse processo, detemo-nos sobre o lugar ocupado pelas juventudes em cada carisma fundacional e, posteriormente, ao redor do conceito de Juvenicídio, e aborda as vidas precarizadas de diversas juventudes. Dentro das possibilidades deste capítulo, entre as

várias situações, refletimos sobre desafios do mundo conectado e da saúde mental e, por fim, apresentamos elementos para ajudar a olhar e escolher.

Pensar em prioridade para nós é pensar em discernimento. Proporia a você pegar um papel ou um espaço de anotações no celular para reconhecer intuições que percebe de sua leitura, pois mais importante do que aquilo que o texto levanta é o que você reflete. As perguntas de fundo para nós, religiosas e religiosos, são: vidas jovens importam para nós (mim)? O que Deus quer que sejamos? O que Deus quer que façamos? Por isso, para além de trazer uma série de dados e conceitos neste capítulo, proponho-lhes um caminho de meditação sobre suas realidades juvenis que lhes tocam e sobre como vocês tocam as realidades juvenis.

As Juventudes e a minha Congregação

Nossas congregações estabelecem relações diversas com as juventudes. Para algumas estão no coração do carisma e da missão. Seria imprescindível pensar nas juventudes para refletir sobre quem são, o que fazem, por que fazem e o que é mais importante para elas. Em outras, as juven-

tudes são um dos campos de missão, para outras, ocupam lugares de menos destaque. Há, ainda, aquelas em que as juventudes podem ser um espaço de releitura do carisma no século XXI e outras, para as quais as juventudes estão fora do horizonte. No entanto, de uma forma ou de outra, todas as congregações apostólicas nasceram para defender a vida num determinado campo. O reconhecimento desse “lugar” das juventudes sinaliza o que essa prioridade da CRB nacional significa para cada família religiosa.

Antes de continuar a leitura, convido você a pensar um pouco sobre o campo de atuação de sua congregação: que lugar as juventudes ocupam em seu carisma e em sua missão? O/A fundador/a encontrou jovens? Quais? O que falou deles/para eles? Quais são as conexões que reconhece entre a intuição fundacional de sua congregação e o atual lugar das juventudes na missão? Se seu/sua fundador/a entrasse numa reunião da congregação em que estão partilhando o que fazem hoje com e para os jovens, o que diria para vocês? Daquilo que fazemos, o que podemos chamar de “presença profética”? De alguma forma não estamos utilizando algumas “presenças” para justificar que, majoritariamente, continuamos fazendo “mais do mesmo”? Quais são

as formas de pobreza e vulnerabilidades que nosso trabalho toca? Em que fronteiras existenciais, sociais e geográficas atuamos? Essas questões não deveriam ser respondidas nem com otimismo/triunfalismo, nem com pessimismo. Justificar tudo e não reconhecer limitações em nossa ação pastoral/institucional é um equívoco, mas não perceber o que há de bom e inspirador, mesmo em meio às contradições, é outro. Essas duas visões extremas atrapalham os processos de ressignificação que almejamos empreender. Tais questões são significativas para calibrar o grau de urgência para você e sua comunidade ou congregação (re)pensarem a missão com as juventudes.

Outra dimensão importante é que, para toda congregação religiosa, o trabalho com as juventudes pode ser um espaço para sentir o quanto estamos dialogando com o tempo presente. Nestes tempos de profundas e aceleradas mudanças, os jovens nos ensinam caminhos. Segundo o Papa Francisco, “a juventude são janelas pelas quais o futuro entra no mundo” (apud BASSO, 2017). Dessa forma, a presença de religiosos e religiosas perto das juventudes e, em especial, das juventudes que estão nas fronteiras é uma oportunidade para as congregações aprenderem a dialogar com um

mundo que emerge. Podem nos retirar de uma inércia que, mesmo que pareça eficiente, mina nossa vitalidade e nosso vigor evangélico.

Por mais estranho que pareça, a afirmação feita por Carles Feixa, que dá título a este texto, poderia ser acolhida em tom de pergunta: vidas jovens importam? O que refletimos até agora nos diz o quê? O que nossas agendas respondem? Que respostas emergem quando olhamos os planejamentos e a destinação de recursos de nossas províncias e comunidades? Essas questões nos ajudarão nos próximos passos da leitura deste capítulo. O lugar que as juventudes ocupam em nossas vidas e em nossas congregações pode nos ajudar a nos aproximar melhor das vidas precarizadas e dos grandes desafios contemporâneos para lidar com as realidades juvenis.

VRC diante das Vidas Precarizadas

Há décadas, dentro e fora da Igreja, tem-se refletido sobre a situação de extermínio da juventude (IPEA, 2023). O número de assassinatos de jovens coloca o Brasil em meio aos países que vivem situações de guerra. A frase do religioso que dedicou a vida às juventudes, Padre Gisley Aze-

vedo, Estigmatino, goiano, que esteve na assessoria do Setor Juventude da CNBB e na diretoria do Instituto de Pastoral da Juventude do Leste 2 “Vamos juntos gritar, girar o mundo. Chega de violência e extermínio de jovens”, materializou-se na Campanha Contra a Violência e o Extermínio de Jovens (PJ Nacional, 2010) que durou mais de 10 anos. Recentemente, a Pastoral da Juventude (PJ) propôs uma Campanha de Enfrentamento aos Ciclos de Violência contra as mulheres (PASTORAL DA JUVENTUDE; CNBB, 2020). Essas, entre outras mobilizações, apontam constatações e escolhas pastorais do passado que podem iluminar o que lemos e escolhemos no presente.

No campo das pesquisas sobre/ com as juventudes, o sociólogo mexicano José Manuel Valenzuela Arce, em 2015, com a publicação *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España*, defende um conceito de juvenicídio para se entender o que tem acontecido no continente latino-americano nas últimas décadas.

Por juvenicídio não se entende simplesmente o homicídio de jovens, mas a precarização da vida de pessoas jovens, que configuram trajetórias de risco. Esses jovens, que aparecem cotidia-

namente nos noticiários sendo assassinados, foram “alvejados” pela sociedade vários anos antes. Não importam para a maior parte da sociedade. O professor Giovane Scherer (2022, p. 33) aponta que “é importante destacar que o juvenicídio se constitui na interrupção de vidas jovens, de forma violenta por meio de homicídios, provocados, especialmente, pela condição de precarização existencial gerada pela violência estrutural que impossibilita a construção de projetos de vida e futuro”. Contudo, Valenzuela (2022, p. 16) salienta que o juvenicídio “mais que o ato homicida são os processos de precarização da vida que possibilitam que certas pessoas, com certas características, sejam assassinadas”.

Essas realidades se constituem para a VRC Galileias Juvenis. Realidades jovens onde o Ressuscitado nos espera. Pontos de encontro e (re)começo do discípulo e da discípula, justamente por serem o lugar do primeiro amor. Em sua participação na obra sobre os 50 anos da Teologia da Libertação, Michelle, piauiense, secretária nacional da Pastoral da Juventude no período de 2020 a 2022, afirma que

estar na Galileia é olhar e sentir a história que desafia e inquieta, mas converte, gera mudan-

ça, inspira a seguir, para isso é preciso tocar, ouvir e deixar-se interpelar pelas juventudes onde elas estão, compreendendo que são muitas as realidades juvenis na pós-modernidade. Nos deparamos com a Galileia da juventude negra, das juventudes indígenas, das mulheres, das juventudes encarceradas, das jovens e dos jovens em situação de rua, desempregados e desempregadas, das juventudes LGBTQIA+, das Galileias existenciais, como a realidade da depressão, da ansiedade e dos suicídios e tantas outras realidades gritantes (GONÇALVES, 2022, p. 164).

Nós, religiosas e religiosos que pretendemos defender a vida das juventudes, precisamos nos perguntar sobre a “articulação dos elementos que possibilitam o assassinato de jovens” (VALENZUELA, 2022, p. 17) e quais são os elementos de precarização da vida de pessoas jovens que reconhecemos em nossas realidades e até que ponto nossas obras, presenças, iniciativas e projetos atingem esses elementos.

As congregações apostólicas têm em sua gênese alguma forma de compaixão diante de vidas precarizadas e a construção de respostas para algum aspecto. Ser presença profética em meio a realidades desafiadoras está na origem de nossas congregações,

por isso é um passo decisivo para o processo de ressignificação.

Juventudes e o mundo conectado

Há décadas a professora Regina Novaes apontava que o mundo conectado era uma das características das juventudes, mesmo que vivenciado de formas diversas. A cada dia mais, essa é uma realidade. Mais do que uma linguagem, o mundo conectado se apresenta como um ambiente que traz possibilidades e desafios às pessoas jovens e aos que pretendem trabalhar com eles.

O *TikTok*, os *digital influencers*, as *fake news*, o *cyberbullying* e as *deepfakes* são alguns dos sinais do tempo que nos cabe viver. Estamos diante de novas formas de estabelecer sociabilidade que têm modificado o jeito de ser, crer e viver de várias pessoas. Novas oportunidades, novas ameaças, novas formas de tocar e de ser tocados, tudo isso tem configurado um desafio, em especial, para aqueles que viveram o tempo do discador IG.

A cultura digital configura vulnerabilidades, estabelece novas fronteiras, é muito mais do que transpor o que fazemos no presencial e aprender novas linguagens. É lidar com novas formas

Juventudes e saúde mental

de sentir, entretanto também é reconhecer interesses econômicos e políticos em disputas. O que nos faz atentar-nos a mecanismos de controle nessas áreas e de novas formas de dominação e geração do capital.

Um dos desafios cruciais deste tempo tem sido a dificuldade de formar grupos de jovens. A Comissão Episcopal para as juventudes no projeto *Ao seu lado* (2024, p. 46-48) fala da *gamificação*. Não seria esta uma ferramenta significativa para repensarmos processos e projetos pastorais não só em nossas famílias religiosas, mas para círculos mais amplos que estamos inseridos? Poderia este ser um caminho para, garantindo uma evangelização libertadora, (re)pensássemos linguagens?

Os nativos digitais trazem experiências, linguagens, vivências e desafios que podem ser pouco inteligíveis para quem não nasceu imerso nessa realidade. São processos de transformação em curso que desafiam nossas lógicas e nos colocam rumo a realidades por ora desconhecidas. O que é pensar presenças proféticas nesses contextos? Quais seriam as novas formas de pobreza e vulnerabilidade que os públicos a que servimos estão expostos nessa área?

“Jovens e saúde mental num mundo em mudanças” foi o tema do Dia Mundial da Saúde Mental, em 2018. Nessa ocasião, a Federação Europeia de Associações de Psicólogos afirmava que “o uso crescente de tecnologias on-line, sem dúvida trazendo muitos benefícios, também pode trazer pressões adicionais, à medida que aumenta a conectividade a redes virtuais a qualquer hora do dia ou da noite” (EFPA, 2018).

O campo da saúde mental tem se colocado como um dos desafios de emergência da terceira década do século XXI. Certamente, constitui-se como uma fronteira existencial, aglutinando um conjunto de questões sem as quais não poderíamos falar que nossas propostas pastorais, pedagógicas e sociais têm por perspectiva a formação integral.

O período pós-pandemia acendeu o sinal de alerta de um processo que é bem anterior a ele. Nos espaços educacionais, sociais e pastorais em que muitos de nós estamos inseridos, as questões ligadas à saúde mental emergem de maneira expressiva. Crises de ansiedade, episódios depressivos e situações de automutilação têm nos desafiado. O que essas situações falam sobre nossas formas de

estar entre os jovens e sobre eles mesmos?

Quem trabalha com jovens nas escolas, nas paróquias ou nos projetos sociais tem percebido que desafios do ponto da saúde mental tomam uma dimensão bem maior que antes. Estudos da Sociedade Brasileira de Pediatria apresentados em um artigo da Fiocruz ponderam que

para além dos quadros que são diagnosticados, digamos que há um sofrimento público. Às vezes eles são transformados em um transtorno mental, que se demora mais tempo para perceber. Mas já sabemos que os quadros de ansiedade e depressão dobraram por conta da pandemia. Isso é percebido na clínica e ratificado em estudos científicos (TAVARES, 2022).

Num dos depoimentos presentes no capítulo que aborda a saúde no Atlas das Juventudes, uma jovem afirma: “Minha saúde mental está oscilante. [...] Entretanto, acho que isso faz parte do momento histórico que vivemos. Não é normal estar normal. Saúde mental é também acolher nossas tristezas e angústias” (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2021, p. 207).

Quanto aos episódios depressivos, o estudo infere “A depressão reduz a capacidade de adaptação dos indivíduos e possui maior prevalência entre os jovens. Aproxima-

madamente 21% a 28% dos adolescentes experimentam um episódio de depressão grave até os 19 anos de idade” (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2021, p. 210).

Já em relação ao suicídio,

é preocupante no período da juventude, principalmente entre jovens de 15 a 24 anos. Para cada jovem que comete suicídio, pode haver de 100 a 200 tentativas de suicídio. Para alguns grupos de jovens – incluindo aqueles que estão envolvidos nos sistemas de justiça, LGBTQIA+, indígenas e membros do serviço militar –, a incidência de comportamento suicida é ainda maior. Pais, tutores, familiares, amigos, professores, líderes comunitários e muitos outros podem desempenhar um papel na prevenção do suicídio e no apoio às juventudes (BJS, 2014, p. 212) [...]

Um em cada quatro ou cinco jovens atende aos critérios de diagnóstico de um transtorno mental duradouro e, como resultado, pode enfrentar discriminação e estigmas. Apesar desses desafios, para a maioria dos jovens, o transtorno de saúde mental é episódico, não permanente, e, se houver apoio de pares e familiares, bem como de serviços e profissionais, a maioria pode navegar com sucesso pelos desafios que advêm de experimentar um diagnóstico de transtorno de saúde mental (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2021, p. 210).

Diante destas realidades a Comissão Episcopal para juventudes nos traz o projeto *Cuidar da Vida* com uma série de iniciativas que propõe a formação para prevenção do suicídio juvenil (COMISSÃO EPISCOPAL PARA A JUVENTUDE, 2024, p. 43-45). A multiplicação de iniciativas e formações que se dediquem ao cuidado das juventudes fragilizadas emocionalmente podem ser também um outro campo de fronteiras para religiosas e religiosos especialmente os formados em psicologia ou com obras no campo da saúde.

Sem a pretensão de resumir o campo da saúde mental, intencionamos, neste capítulo, apenas apontar que essa precisa ser uma perspectiva transversal para qualquer projeto de aproximação e defesa da vida das juventudes. Acreditar que vidas jovens importam significa entender como sentem e são tocados por este tempo que nos cabe viver e reconhecer lacunas e possibilidades para nossas presenças e propostas.

Concluindo

As realidades e os cenários juvenis se constituem como um dos principais desafios missionários da Igreja na terceira década de século XXI. Para nós, consagra-

das e consagrados, esse contexto toma contornos especiais. Ressignificar a Vida Religiosa Consagrada numa igreja sinodal pede que pensemos proximidades e distanciamentos de nossas comunidades, nossos provinciais e institutos das juventudes.

Contemplar o lugar que as juventudes, com suas vidas precarizadas, ocupam na missão de nossas congregações e relacionar com o lugar que ocupam em nossas agendas institucionais e em nossa alocação de recursos são questões prementes. Nossa relação com propostas evangelizadoras que expressam uma Igreja Sinodal e com coletivos juvenis também precisa ser olhada.

As realidades de precarização das juventudes, a cultura digital e o campo da saúde mental emergem como fronteiras missionárias. Contudo, dentro de seu trabalho, realidade ou carisma, talvez existam outras tão ou mais relevantes para você. Quais?

Na construção das prioridades, a 26ª AGE discerniu que “Vidas jovens importam” e, por isso, concretizou essa certeza em suas escolhas, o que desafia cada um de nós a, em nossos contextos, reconhecer onde e de que forma os jovens dizem que “não conseguem

respirar”. Há jovens que sentem suas vidas em risco. Discípulos e discípulas de homens e mulheres que, a seu tempo, colocaram-se em escuta, correram riscos e

ensaiaram possibilidades, mostremos na agenda que somos dignos de ser chamados seus filhos e suas filhas espirituais.

Para sentipensar em comunidade e rezar:

1. Da meditação deste artigo, o foi mais marcante para você, para nossa comunidade?
2. Que lugar as juventudes ocupam na missão de sua congregação? Como sua comunidade tem vivenciado essa intuição?
3. “Vidas jovens importam”, como traduzir essa certeza em ação? O que é preciso escolher e deixar para concretizar essa certeza?

Referências

- BARÃO, Marcus; RESEGUE, Mariana; LEAL, Ricardo (Coords.). **Atlas da juventude**. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/06/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2024.
- BASSO, Wilson. O Papa Francisco e a juventude. **Revista Vida Pastoral**. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/edicao/o-papa-francisco-e-a-juventude/>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlas-violencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2024.
- COMISSÃO EPISCOPAL PARA AS JUVENTUDES. **Ao seu lado**: plano de pastoral juvenil da Igreja no Brasil, 2024.
- EFPA. **Jovens e saúde mental em um mundo em mudança**: tema do Dia Mundial da Saúde Mental 2018, comemorado em 10/10. BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/jovens-e-saude-mental-em-um-mundo-em-mudanca-tema-do-dia-mundial-da-saude-mental-2018-comemorado-em-10-10/>> 2018. Acesso em: 19 ago. 2024..

- FEIXA, CARLES. **Juventudes e outros modos de viver**: rebeldias, resistências e autonomias. Conferência de Abertura proferida no IX JUBRA. Disponível em: <<https://www.jubra2023.com.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- GONÇALVES, Veronica Michelle. **Desafios da libertação das juventudes e as Teologias da Libertação**: Pode-se falar de Teologias da Libertação Juvenil? In: GUIMARÃES, Edward; SBARDELOTTI, Emerson; BARROS, Marcelo (Org.). *50 anos de Teologias da Libertação*: memórias, revisão, perspectivas e desafios. São Paulo: Recriar, 2022, p. 151-166.
- IPEA. **Atlas da Violência 2023**. Brasília, IPEA, 2023.
- PASTORAL DA JUVENTUDE; CNBB. **Campanha Nacional de Enfrentamento aos ciclos de violência contra a mulher**. Disponível em: <https://www.pj.org.br/wp-content/uploads/2020/11/CAMPANHA-combate-ciclos-violencia-mulher-final.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- PJ Nacional. **Campanha contra a violência e o extermínio de jovens**. Disponível em: <https://pjpira.files.wordpress.com/2010/02/como-organizar-a-campanha.pdf> >. Acesso em: 28 mar. 24.
- SCHERER, Giovane Antonio. Notas Introdutórias: O Juvenicídio para além das “sombras”. Em: SCHERER, Giovane Antonio (Org.). **Juvenicídio, território e políticas públicas**: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Cirkula, 2022, p. 33-51.
- TAVARES, Viviane. **Saúde mental**: especialistas falam sobre os desafios no cuidado de jovens e adolescentes. FIOCRUZ. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/saude-mental-especialistas-falam-sobre-os-desafios-no-cuidado-de-jovens-e-adolescentes>>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- VALENZUELA ARCE, José Manuel. Prefácio [Do encontro com José Manuel Valenzuela Arce]. In: SCHERER, Giovane Antonio (Org.). **Juvenicídio, território e políticas públicas**: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Cirkula, 2022, p. 15-21.



FORMADORES/AS PARA A VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA

Especialização
Lato Sensu
Reconhecida
pelo MEC
8ª edição

04 Módulos

1ª Etapa: 21 a 26/07/2025 (presencial)

2ª Etapa: 05 a 24/01/2026 (presencial)

3ª Etapa: 20 a 25/07/2026 (remota)

4ª Etapa: 04 a 23/01/2027 (presencial)

Destinatários/as:
Religiosos/as atuando
ou preparando-se
para atuar na
formação para a VRC
e religiosos/as em
formação
permanente.

Informações e Inscrições:
www.estef.edu.br/cursos
Fone: 51 3217 4567
Whats: 51 91072640
Email:
secretaria@estef.edu.br

Escola Superior
de Teologia e
Espiritualidade
Franciscana
Rua Tomás Edson,
212
Bairro Santo
Antônio
CEP 90640-100
Porto Alegre, RS

ASSUMIR O BEM VIVER COMO UM ESTILO DE VIDA EM DEFESA DA CASA COMUM.

Pe. Aloir Pacini¹

Resumo: O texto reflete sobre algumas categorias antropológica para provocar os leitores, especialmente a Vida Religiosa Consagrada, a assumirem a ecologia integral e o *bem viver* como um estilo de vida, na defesa da Casa Comum (irmã terra e/ou mãe-terra) e dos povos originários. Para tal, traz dados etnográficos do campo junto à etnia Warao que se encontra em Cuiabá (MT). Os detalhes das falas dos próprios Warao tornam o texto pertinente para pensar ações concretas, pois essa etnia encontra-se em contexto urbano na maioria das cidades brasileiras.

Palavras-chave: Teologia do domínio. Profecia Warao. *Bem viver*. Ecologia integral.

O contexto

Aqui desejamos assumir a ecologia integral e o *bem viver* como um estilo de vida, na defesa da Casa Comum ao modo ou em comunhão com os povos originários. Colocamo-nos diante do que a re-

alidade apresenta para nossa reflexão nos dias atuais no Brasil, pois a mais desafiadora de todas as realidades que já experimentei, como etnólogo, parece-me ser agora a presença de mais de oito mil Warao² que vieram do delta do Amacuro, da região de Tucupi-

¹ Jesuíta e antropólogo da Equipe interdisciplinar da CRB: aloir.pacini@ufmt.br

² De língua isolada, mas com empréstimos linguísticos dos troncos Aruaque e Caribe, vivem na waja que pode ser traduzido como “costa baixa”, “pantanosa” ou “pântano”, enquanto arao significa “gente”, ou seja, os Warao são “gente da costa baixa” (GARCÍA-CASTRO; HEINEN, 1999). Os Warao se dizem “gente das águas” e/ou “gente das canoas”.

ta no baixo Orinoco (Venezuela), das comunidades de Morichito, Barranquilla, Arawabisi, Bamutanoko etc. que estavam situadas nos *caños*, isto é, nos braços do rio e que estão marcando presença nas maiores cidades deste país. Contudo, esse texto não busca etnografar a rede de parentesco e relações que acontecem entre eles mesmo espalhados, mas especificamente olhar como convivem em Cuiabá, onde vivem desde o ano de 2019, e uma rede de solidariedade se estabeleceu para responder a essa presença de mais uma etnia no Mato Grosso.³

Por um lado, temos diante de nós diariamente o Evangelho de Jesus Cristo que remete ao tempo da Criação, como tempos de criatividade, para vivermos essa Comunhão com o Ressuscitado, presente no que de bom pudermos realizar em favor dos menos favorecidos na sociedade. Temos também diante de nós as cosmologias dualistas que devem ser desmascaradas nas acusações como visões simplistas de racismos circunstanciais e/ou estruturais que levam a desprezar o outro por ser indígena, negro ou preto, ou mesmo pobre.

Algumas teses de Antropologia ou mesmo obras literárias do calibre de Crime e castigo (Dostoiévski) fazem reflexões pertinentes sobre nossa herança cultural colonialista, por isso devem nos levar a superar visões exclusivistas de preto ou branco, esquerda ou direita que fazem identificar a presença do mal no diferente com desejos escondidos de nos desvincular desse mal eliminando o outro. Assim, vamos olhando as coisas mais cinzentas e/ou coloridas para abraçar insistentemente o bem viver de inspiração indígena que traz para o nosso meio os Warao com outros mundos possíveis e legítimos (ver PACINI, 2019).

Uma aldeia onde seja possível sua reprodução sociocultural está no horizonte de todos nós, mas explicitamente nas falas dos Warao. Hernaida Rivero Estrella é explícita: “Decidimos não viajar mais, vamos ficar aqui para termos saúde, estudar, viver. Também para ajudar nossa família que está na Venezuela, que está passando fome lá também. Não queremos voltar para a Venezuela porque já não temos casa lá.”⁴ Manifestou-se como arani no encontro com as autoridades e instituições em diferentes momentos, como segue:

³ Trata-se do grupo de 51 famílias indígenas refugiadas (que estavam acampadas) no Bairro São José, em Cuiabá – MT, 5 famílias no Bairro Jardim Passaredo e mais 5 famílias no Bairro 1º de Março.

⁴ Hernaida Rivero Estrella com o esposo Euclides, além dos filhos, também estão criando três órfãos da irmã que faleceu em Roraima.

Cada pensamento da família é diferente. Isso que estou fazendo é como voluntária. Um Warao não pode viver em um abrigo ou em uma casa fechada. Claro que há diferentes Warao em muitas cidades. Alguns vivem nos abrigos e estão presos. Pensando assim, gostei muito dessa cidade, que é bonita. Nos ajudaram. Gostamos de viver aqui e não queremos ir para outra cidade para passar pela mesma situação. Não queremos repetir a mesma história. Por isso decidi lutar para ter um teto para as famílias. Somos humildes indígenas, mas temos fé. Oramos muito todo domingo. Quero viver aqui no Mato Grosso com meus filhos; queremos ver nossos filhos progredindo; queremos que plantem seus sonhos, que tenham essa experiência de serem profissionais. Isso é muito diferente de viver em um abrigo; viver em paz, viver livre. (apud TARDELLI, 2024, p. 19).

Nesse mundo todo misturado, sem querer olhar o bem e o mal separado de forma estanque mas sabendo que somos todos seres humanos em caminho, vamos acompanhando o caso dos Warao em Cuiabá desde janeiro de 2020, o que está deslocando nossa forma de pensar os indígenas desterrados, com grandes dificuldades de se sentirem com direito ao sol, porque longe de seus territórios tradicionais. Por isso, o apelo repetido muitas vezes arranha em

nossos ouvidos: “*No somos animales!*” Isso acontece com esses estrangeiros que chegam como migrantes e/ou refugiados, mas principalmente porque estão reagindo à forma como são tratados por muitos da sociedade brasileira.

Contudo, é importante notar que as redes de solidariedade entre eles são tão fortes que nem a morte pode os separar e continuam conectados com os antepassados no sustento de uma vida em extrema precariedade, mas com perspectiva de um trabalho mais intenso para assegurarem um território, para construírem suas casas, uma bela metáfora da Casa Comum ou Mãe-terra que fomos aprendendo a compreender melhor depois de muito esforço.

Reconhecer no indígena um rosto de irmão

Por outro lado, ao constituirmos o Brasil como uma nação democrática e, para sermos também cidadãos de um país, existe a necessidade de reconhecer o *rosto* de nossos irmãos. Por isso, uma rede de instituições governamentais e não governamentais e cidadãos livres desse país estamos sendo mobilizados para cumprirmos nossos papéis e assim nos redirmos, pois enquan-

to um irmão sofre é o Cristo que sofre no irmão. O fato de muitas vezes viverem em abrigos comuns ou casas que conseguiram alugar e acabavam acolhendo até cerca de 50 pessoas tem a ver com a solidariedade vivida na prática, o que levava a pensar equivocadamente que desejassem viver assim amontoados.

Presenciamos a alegria de uma doação de uma carga de madeira, pela Paróquia Nossa Senhora da Guia, que foi distribuída entre eles num sistema bem original: cada um contribui segundo sua possibilidade e recebe segundo sua necessidade, mas como os recursos eram limitados demais, a paciência histórica também reinou. Ou seja, quando tiveram uma pequena chance de ter madeira para construir novas casas rapidamente construíram cerca de 13 novas casas, precárias, mas cheias de vida porque ali estavam se organizando segundo seus costumes, mesmo sem a privacidade desejada, porque as casas não possuíam paredes, nem portas, nem janelas e eram cobertas com lonas, ou seja, eram improvisadas e precárias. Com materiais doados, muitos utilizaram lençóis e cobertas para conseguirem alguma privacidade e para se proteger das chuvas e do sol. Os barracos eram interligados por tábuas que fazem as vezes de “pontes” sobre

as águas contaminadas e a vegetação do terreno alagadiço e provisório do São José.

Porém, não desanimam jamais, a vida se impõe e encontram formas melhores de sobreviver, porque senão não tinham deixado os aluguéis ou a insegurança das ruas. A insegurança alimentar, ainda presente, vai sendo superada com ações bem concretas, acompanhando as crianças subnutridas em processos mais cuidadosos com tratamentos em hospitais e cuidados para com uma alimentação mais saudável.

Estamos em nova fase. Depois de serem jogados de um lugar para outro sem que as políticas públicas fossem efetivas, a pressão de todos levou o prefeito a doar uma área de 3,5 hectares para os Warao. Mas, não conseguiram tomar posse porque em parte era propriedade privada não indenizada e outra parte era Área de Proteção Permanente (APP). O tempo de acompanhamento dessa etnia em Cuiabá está trazendo uma rede de solidariedade impressionante em seu entorno e levando muitas pessoas e viverem o chamado da Igreja no Brasil para a Amizade Social de forma muito concreta. Tempos de graça são possíveis em tantos lugares, mas o que estamos vivendo no acompanhamento dessa etnia

aqui em Cuiabá tem tocado o coração dos Céus e a amizade de tantos que se fazem presentes, o que abafa qualquer grosseria que ainda aparece aqui e acolá por pessoas que não sabem nem o que dizem e muito menos o que fazem. Desde pessoas que doam o alimento, até pessoas que pensam o acompanhamento de casos de saúde ou mesmo a escola para quem deseja estudar e sair dessa condição marginalizada a longo prazo, tantos sinais do Reino de Deus são vistos por aqui, isso porque o Cristo veio nos libertar de toda escravidão.

A idolatria do domínio não deixa espaço para o *bem viver*

Aqui vale uma reflexão a respeito da teologia da prosperidade que agora tem uma variante mais perversa: *teologia do domínio* ou *da dominação* na análise do historiador e professor de literatura comparada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) João Cezar de Castro Rocha (2024), e encontra um afastamento radical da experiência de Jesus Cristo de Nazaré. Por isso também é dita uma perigosa ameaça às democracias atuais, porque exigem uma vinculação direta ao rei Davi que mata e se apropria

dos “bens” alheios para ter mais poder e prazer. Isso é contrário frontalmente aos ensinamentos de Jesus e ao *bem viver*, o que se torna um risco real de aderirmos a governos de extrema direita ou extrema esquerda com *distopias teonomistas*, porque pretendem subordinar toda a vida na terra ao que concebem como “religião verdadeira”, que deve ser imposta aos demais. Sabemos que o fanatismo religioso é um perigo em todos os tempos e lugares.

Não adianta argumentar que estamos em um território tradicional Bóe (Bororo) para que sobre um lugar para os Warao, porque as autoridades acham que eles podem distribuir os bens públicos somente para os que já são abastados. Enquanto vivemos com o Papa Francisco que faz pontes para passarmos, andamos na direção da Ecologia Integral numa Teologia do Cuidado e rezamos a primeira versão da teologia da criação: “Deus disse: ‘Façamos o ser humano à nossa imagem e semelhança [selem e demût] para que domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos e todos os animais selvagens e todos os répteis que se arrastam sobre a terra’. Deus criou o ser humano à sua imagem, à imagem de Deus os criou, homem e mulher os criou. E Deus os abençoou e lhes disse: ‘Sede fe-

cundos e multiplicai-vos, enchei a subjugai a terra, sobre as aves do céu e sobre tudo que vive se move sobre a terra” (Gn 1,26-29).

Se seguimos somente este texto ligado mais à cultura dos pastores (patriarcado) ou privilegiarmos sua compreensão, o aspecto do *domínio* fica ressaltado. Castro Rocha (2024) recorda que foi a partir do rei James (Inglaterra) que a leitura literal dessa passagem foi ressaltada “*have dominion over*”, haja visto que a Inglaterra queria dominar o mundo e o faz ainda hoje de alguma forma com a língua inglesa, ou os EUA com a coca-cola e o dólar. Isso justificava os *eleitos* por Deus a terem domínio sobre tudo, especialmente na condução de seus reinos, por suposto também os Estados.

Importante aqui é encontrar um antídoto na comunhão trinitária: equilibrar a tendência de devoções ligadas ao Cristo Rei (papas como reis e pastores como empresários) e a supressão da política pela teocracia, porque na *pólis* convivem pessoas diversos, que precisam dialogar para gerir com a sabedoria do *bem viver* vida plena para todos, não só para o seu rebanho. Isso é o que estamos vivenciando em reuniões sistemáticas entre os Warao, em Cuiabá, para chegarem a alguns

acordos. Essa arte do bem falar supõe também saber escutar em profundidade as outras pessoas e culturas diferentes com quem dialogamos, uma vez que os Warao escolheram serem batizados como *católicos* e desejam viver de forma ecumênica nesse contexto em que se constituem como mais uma Comunidade Eclesial de Base nessa Arquidiocese.

Nessa reflexão, importante é também alguns lampejos de exegese, pois o ser humano é criado para ser co-criador, levar avante a obra da criação com a mesma benevolência do Pai Criador, pois “Deus viu que tudo era bom” (Gn 1,25). Por isso a *lectio divina* leva a meditar que o texto traz conceitos mais complexos: “dominar” *radash* (Gn 1,26) e “subjugar” *kabash* (Gn 1,28), podem ser traduzidos também como governar bem, “cultivar” e “cuidar”. Ou seja, louvamos a Deus por ter criado o ser humano como Cristo Servo: “Tu o fizeste um pouco inferior a um ser divino, tu o coroaste de glória e honra, deste-lhe o domínio (*kabash*) sobre as obras de tuas mãos, tudo submeteste (*radah*) a seus pés; as ovelhas e todos os bois e até os animais selvagens, as aves do céu e os peixes do mar, tudo o que abre caminho pelo mar” (Sl 8,6-9).

Agora arrematamos com a segunda versão do **Gênesis (2,4-25) que é mais ligada ao cultivo da terra, porque Deus tira todos os seres do pó da terra, também o ser humano, estabelecendo com isso um laço de profunda irmandade entre todos nós. Verifica-se que a primeira humanidade criada vivia em solidão e, por isso lhe deu uma mulher como suprassumo da criação, como companheira (Gn 2,23) e os colocou no Jardim do Éden, para “cultivar e guardar” (2,15) a terra, usando a palavra hebraica *shamar e também abad* (arar-cultivar). Com isso fica excluída toda forma de totalitarismo e domínio sobre os outros povos (também os palestinos), ou mesmo sobre a Casa Comum (terra, mas também *irmã* terra para São Francisco de Assis e *mãe-terra* nas cosmologias indígenas), como sendo o projeto de Deus.**

A mudança para uma casa num pedaço de chão Warao

Os Warao necessitam uma área relativamente grande, para construir suas casas, e suas atividades produtivas, como o exercício de atividades agrícolas, ao abastecimento de água e ao saneamento: plantam suas hortas familiares com *ocumo* (Colocasia Esculenta), que assemelha-se ao

inhame ou à taioba, aqui conhecido como cará, um dos alimentos prediletos dos Warao, como também a mandioca, o milho. Contudo, o mais urgente é o acesso à terra para moradia de maneira digna (arquitetura, ao estabelecimento de espaços comuns), permanente e estruturada, levando-se em consideração a necessidade de viverem coletivamente e de exercerem sua cultura, seus usos e costumes.

Impressionante foi acompanhar os Warao se instalando em torno das duas casas cedidas, uma para a família da *arani* Hernaida e Euclides e a outra para a família do *aidamo* Rabel Aquiles Rive-ro e Maria. E foram sendo construídos mais 20 casas ao redor de famílias nucleares no Bairro São José. Mas era um lugar provisório, cedido e próximo ao rio Coxipó. Enquanto isso as celebrações de Missas no local se tornaram ocasião de aglutinar a comunidade e as rezas sempre incluíam os pedidos de um território que fosse deles para formar sua aldeia. As alianças em torno deles, de várias pessoas e instituições, forçaram a prefeitura a disponibilizar um lugar para eles próximo ao Morro Toroari, no Distrito de Nova Esperança, Pequizeiro.

No dia 1º de março de 2024, os Warao receberam o lote de três

hectares e meio localizado na esquerda da MT-040, estrada que liga Cuiabá a Santo Antônio do Leverger na altura do Pequizeiro. Contudo, a efetivação da entrega desse território mostrou-se um descaso com essa população que vem sendo tratada com desprezo por muitos dos poderes públicos, porque em diferentes momentos fomos para tomar posse do local. Primeiro a parte alta do local que servia para as moradias estava com posse de outra pessoa que pagava IPTU do mesmo. A parte mais abaixo do local indicado pelos técnicos da prefeitura estava dentro de uma APP, parte numa área alagável, imprópria para moradias e insalubre a longo prazo, como foi o local onde ficaram até o dia 8 de maio de 2024.

Assim, a prefeitura envergonhada ofereceu um Abrigo num albergue, pois muitas crianças Warao estão doentes, até que se resolva a entrega de um lugar digno para formar essa aldeia em Cuiabá. Foram conhecer uma casa para alugar no Nova Esperança no domingo dia 5 de maio de 2024 e no dia 6 já estavam lá limpando a casa para se mudarem com as coisas no dia 8. Eles se organizaram no desmonte das casas e fizeram o trabalho todo de carregar no caminhão as coisas por famílias, tudo bem ordenado e, graças a Deus, em tempo

sem chuva, porque muitas coisas ficam ao relento até construírem novas casas. Para o Abrigo Miraglia foram no dia 13 de maio de 2024. Assim, estamos tendo que tratar todos os imponderáveis que surgem de forma resiliente para conseguir avançar no diálogo com as políticas públicas e garantir os direitos desses que buscam o *bem viver* no meio de nós.

Este texto está conectado. Recorda também as serras e montanhas em Roraima, Venezuela (Santa Helena) e Gayana. Agora mais intensamente o Tororari (morro de Santo Antônio na Baixada Cuiabana) porque suas águas vão passar para os rios nos ensinam a sermos resilientes. Podemos começar com a grande instituição social e cultural dos indígenas de lá, o *benab*. Os Macuxis falam da casa geral (*yewi'ta*) e os Wapichana falam da “nossa casa” como *wadapu* ou desta casa grande que reúne todos os seus filhos, *kuamap* (PACINI, 2019). Os Warao que estão em situação de calamidade na Venezuela, por isso vêm para o Brasil para ter comida, saúde e educação escolar nos ligam a todos. Na visita aos abrigos dos venezuelanos, encontrei mais de 400 crianças Warao e Panares em situação de vulnerabilidade em Pacaraima, Boa Vista e Manaus. Na parede do abrigo do município de Pacarai-

ma, divisa entre Roraima e Santa Helena (Venezuela), está o letreiro ilustrativo em língua Warao: *janokoida* (nossa casa grande), a casa comum.

Casa para diálogos íntimos

Podemos tomar o viés das línguas e aprender a dialogar em línguas diferentes como em Pentecostes. Neste caso os ensinamentos e aprendizados devem ser multilíngüísticos e multiculturais como os povos indígenas para poderem dar conta desta diversidade linda que são as possibilidades de sermos mais humanos. Podemos compreender melhor os caminhos humanos, as trilhas e atalhos que devemos utilizar para chegar mais rápido e seguros onde queremos com casa, comida e trabalho para todos.

A casa particular de cada família como também a *Casa Comum* não é apenas um utensílio a mais, mas um espaço íntimo com significados múltiplos (LEVINAS, 1980, p. 25) e função social com momentos de identificação impressionantes (o corpo, a casa, o trabalho, a posse, a economia etc.): “A possibilidade para a casa de se abrir a Outrem é tão essencial à essência da casa, como as portas e as janelas fechadas” (LEVINAS, 1980, p. 154). Da casa, os Warao saem para interagir com o mun-

do e para onde retornam para se refugiar. O papel privilegiado da casa com uma rede e um *morichi* (buriti) ao lado, que é tido a mãe dos Warao não consiste no fim da atividade humana, mas no começo (LEVINAS, 1980, p. 135) que os Warao indicam como o momento que passaram por onde está a estrela da manhã para chegar aqui. Em casa podem se refugiar na intimidade, que é um requisito fundamental para a experiência do mundo no acolhimento hospitaleiro: “A mulher é a condição do recolhimento, da interioridade da Casa e da habitação” (LEVINAS, 1980, p. 138). A Casa possibilita outras atividades humanas, como o trabalho das artes e a representação do país do qual saíram para se tornarem estrangeiros e depois cidadãos no cotidiano dessa existência corporal fundamental para reconhecer o rosto do outro na construção da subjetividade e da consciência pessoal (LEVINAS, 1980, p. 147).

Tradicionalmente, a casa representa o nosso corpo, um domínio privado do qual emergimos para interagir com o mundo que nos cerca e para onde podemos recuar sempre que necessário para o descanso, melhor se for numa rede trançada com as películas de buriti. Mas, necessária também é uma rede de relações fraternas. Levinas chama a atenção para o

risco do fechamento e da redução da relação ao domínio do eu (meu) que os Warao sabem superar com sabedoria

meu “no mundo” ou meu “lugar ao sol”, meu eu em casa, não constituíram usurpação dos lugares que pertencem ao outro homem já por mim oprimido ou esfaimado? Citemos ainda Pascal: “É meu lugar ao sol, eis o começo e a imagem da usurpação de toda a terra”. Receio por tudo o que meu existir, apesar de sua inocência intencional e consciente, pode realizar de violência e de morticínio (LEVINAS, 2004, p. 174).

Um lugar ao sol de Cuiabá é algo que tem a ver com o calor humano do povo daqui, mas também com as altas temperaturas que essa bacia do rio Cuiabá proporciona aos seus moradores. Os 3,5 hectares que os Warao conquistaram para viver em Cuiabá foram entregues num ato público de grandes proporções no dia 1º de março de 2024, dia mundial de oração em que as mulheres se reúnem há 86 anos e já abrange mais de 170 países, mas a não legalização desse terreno torna tudo mais moroso para atender a ansiedade dos Warao, que desejam mudar-se, especialmente para construir suas casas e cultivar em seus quintais.

Os espaços públicos merecem uma lagoa ou rio, mas também uma escola, campo de esportes, de uma igreja de Nossa Senhora da Consolata, o que eles falam claramente que é seu território, como seus corpos. Uma capela também está no meio da aldeia como lugar mais sagrado, como casa *grande* para os santos ancestrais se relacionarem com a comunidade, que sempre deverá ser uma estrutura física como as casas humanas, mas também uma construção espiritual. Evidente é que aparece nesse momento: os Santos trabalham junto com os Warao para ancorar essa casa no céu num processo físico e espiritual, porque é decorada e protegida por Deus Trindade e seus Santos.

Como no local no Distrito de Nova Esperança (Pequizeiro) que foi dado aos Warao não foi possível formar aldeia porque em parte era propriedade particular e em parte APP, continuamos pressionando a prefeitura, o Estado e a União para encontrarem o território para os Warao, isso para que os compromissos públicos com essa etnia sejam assumidos de forma efetiva.

Por isso, os detalhes da transferência para o Albergue se tornaram um passo atrás para podermos avançar, como se estivessem voltando a Pacaraima, Boa Vista,

Manaus ou Porto Velho. Ali as regras de convivência têm que ser mais rígidas para poderem viver em grande quantidade de pessoas num local pequeno, mas isso parece ser provisório. O novo local com casas para cada família e sua organização mais autóctone e autônoma fica adiada.

Como planejamento futuro nessa rede de solidariedade com instituições e pessoas continuamos conforme planejado: vamos começar com um galpão comunitário que será o local para guardar os materiais doados enquanto os Warao vão usando o que eles precisam nas construções de madeira nas quais possuem mais habilidade. Assim, na aldeia ideal, os materiais para os espaços comunitários precisam ser pensados mais conjuntamente e harmonizar cerca de 50 casas de famílias nucleares com as redes de parentesco ressaltadas nas casas mais próximas. Esse processo cotidiano de escolhas e de trabalhos voluntários exigirá grande esforço de diálogo para que seja o mais harmonioso possível, com muitas atividades em regime de mutirão. Como muitos desejam estar neste local, os interesses coletivos devem superar os mais individuais. E fica a regra de ouro das primeiras missões jesuíticas com indígenas: cada um contribui conforme

a sua capacidade e recebe segundo a sua necessidade!

A simplicidade do cotidiano dos Warao abre o coração de muitos para a amizade social, para viver uma consagração intensa ao serviço de pessoas que realmente precisam. Assim, os profetas do Reino de Deus aqui na terra precisam saber que essa promessa é uma esperança histórica.

Quando Jesus esteve entre nós, caminhava e tinha voz e vez, agia e tinha a autoridade de amar e servir em todo tempo e lugar, passava por todas as aldeias e cidades fazendo o bem. Cumpre finalmente informar que nessa rede de fraternidade muitos consagrados de diversas Congregações se fazem presente de forma generosa e gratuita para fecundar a todos, pois a plenitude do Reino do Amor fraternal/sororal já está aqui no meio de nós e a experiência de seguimento de Cristo pobre e humilde já se faz presente, mas ainda não totalmente, porque a Vida Religiosa Consagrada continua a viver intensamente nos lugares onde o Reino celestial de onde vieram os Warao é ameaçado.

Para sentipensar em comunidade e rezar

1. Quando abandonamos a teologia da libertação, tendemos a embarcar acriticamente na teologia da prosperidade ou da dominação? Quais as consequências?
2. Como as Instituições do Estado e Comunidades de Vida Religiosa Consagrada estão respondendo para auxiliar nesse momento de novas configurações de aldeias nos contextos urbanos?
3. A ecologia integral e o bem viver em comunhão com a mãe-terra como um estilo de vida na simplicidade provocam nossa vida comunitária e as nossas escolhas apostólicas?

Referências

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**. Petrópolis: Vozes. 2004.

PACINI, Aloir. As identidades Chiquitanas em perigo nas Fronteiras. **CADERNOS IHU ideias**, UNISINOS, ano 17, n. 292, v. 17, 2019.

PACINI, Aloir. *Kaimen*. O bem-viver Wapichana. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 19, n. 38, p. 181-211, jan./abr. 2019.

ROCHA, João Cezar de Castro. **O bolsonarismo é uma distopia teocrática?** Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/teologia-do-dominio-e-mais-perigosa-para-democracia-que-bolsonarismo-diz-historiador/?amp> Acesso em: 21 ago. 2024.

TARDELLI, Gabriel Calil Maia. **Diagnóstico antropológico acerca da situação dos Warao em Cuiabá (MT)**. ACNUR. Fevereiro de 2024.

ORIENTAÇÕES PARA OS/AS COLABORADORES/AS.

135

CONVERGÊNCIA • ANO LX • Nº 548 • JANEIRO • FEVEREIRO E MARÇO DE 2025

A revista

A Revista Convergência é uma publicação trimestral que aborda temas relacionados à Vida Religiosa Consagrada ou com reflexões que dizem respeito à missão desenvolvida pelos religiosos/as. Aceitam-se colaborações de religiosos, religiosas e de toda pessoa interessada na temática. Os artigos são publicados após consulta ao conselho editorial. Aceita-se também relatórios das Assembleias, Congressos, Encontros das Regionais, Nacionais e Internacionais, sempre em sintonia com os interesses da CRB Nacional.

Normas técnicas

Os textos devem ser enviados em formato .doc ou compatível, contendo entre 16 e 22 mil caracteres com espaços, fonte *Times New Roman*, corpo 12, entrelinhamento 1.5. Aceitam-se apenas textos originais.

As referências de citações no corpo do texto são indicadas pelo sistema **autor/data** (SILVA, 2018, p. 23; SILVA; SILVA;

LIMA; OLIVEIRA, 2019, p. 987; CNBB, Paróquia: comunidade de comunidades, 2000, p. 82). Para referências bíblicas e documentos eclesiais utiliza-se a abreviatura consolidada (Is 24, 13; Lc 11, 5; LG 89; RM 31; DAp 28).

Citações diretas com mais de três linhas devem ser apresentadas em parágrafo a parte, caixa 10, espaço simples e endentação de 3,5 cm. Citações diretas com menos de três linhas são mantidas no parágrafo e colocadas entre aspas.

Depois da Conclusão são propostas duas ou três questões que motivem os leitores a um diálogo comunitário sobre o texto.

No final do artigo é apresentada a relação de todas as fontes citadas no texto seguindo as normas abaixo indicadas.

Resenhas, informes, relatórios, mensagens e outros artigos breves com informações relacionadas à Vida Religiosa Consagrada ou de seu interesse também serão publicados seguindo parecer do Conselho Editorial.

Modelos de Referências:

Referências de livros: SILVEIRA, João Antônio. **Felicidade infeliz**. São Paulo: Fronteira Sem Fim, 1977.

Capítulo de livro: PEREIRA, João. Os frutos da desilusão. Em: ANDRADE, Plácido. **Pen-samentos e sentimentos**. São Paulo: Ser e Cantar, 2018. P. 28-67.

Referências de artigos de periódicos: ZACHARIAS, Ronaldo. Virtualidade: um novo desafio à vida religiosa e sacerdotal. Em: **Convergência**, Ano LVII, n. 538, p. 73-86, 2002,

Referências em meios eletrônicos: FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium**. Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Roma, 2013. Disponível em: [https://](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html)

www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html Acesso em: 16/11/2022.

Ao enviar o arquivo, os links devem estar ativados.

Resumo: Contendo, no máximo, 250 palavras, deve apresentar o objeto, o método, os recursos e as principais conclusões do texto. É seguido pela apresentação de três a cinco palavras-chave.

Identificação do autor: Nome completo; Instituição religiosa a que pertença (quando for o caso); endereço eletrônico para contato. A submissão de originais implica que o autor/a ceda totalmente os direitos autorais para a CRB.

E-mail para envio dos artigos: publicacoes@crbnacional.org.br

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB)
CONFERENZA DE LOS RELIGIOSOS DEL BRASIL
BRAZILIAN RELIGIOUS CONFERENCE
CONFERENZA RELIGIOSA BRASILIANA



ASSINATURA DA REVISTA CONVERGÊNCIA

Para assinaturas novas ou renovação, preencher o cupom e enviar para: convergencia@crbnacional.org
Pode também acessar o site e imprimir o boleto: www.crbnacional.org.br

Nome completo:

Congregação:

Endereço:

CEP (código postal): Cidade: UF: País:

Nova assinatura () Renovação ()

Telefone: () E-mail:

Forma de pagamento:

Efetivo () Depósito Bancário () Agência: C/C:

Valor da Assinatura:

Brasil: R\$ 145,00 América Latina e Caribe: U\$ 80 Europa: E 70 Outros países: U\$ 100

1. Brasil: O pagamento pode ser efetuado na sede da CRB Nacional ou nas regionais. Pode também efetuar o pagamento na conta da CRB: Banco do Brasil: Ag: 452-9 - C/C: 306934-6 (enviar o comprovante por e-mail ou entrar em contato (61) 3226-5540).
2. América Latina e Caribe: O pagamento pode ser feito em cheque, em dólar no Banco do Brasil em nome da Conferência dos Religiosos do Brasil. Enviar o comprovante por e-mail (convergencia@crbnacional.org.br)
3. Outros países: pode ser feito em cheque, em dólar (para tanto se for em euro deve fazer a devida conversão para dólar). Enviar o comprovante para a CRB Nacional (convergencia@crbnacional.org.br).

